



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1671/09	DATA: 01/10/2009
INÍCIO: 16h26min	TÉRMINO: 22h47min	DURAÇÃO: 06h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h19min	PÁGINAS: 135	QUARTOS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI – Presidente da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR.
LÍTIA CAVALCANTI – Promotora de Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão.
CLÁUDIA DA COSTA SILVA DE OLIVEIRA – Representante do PROCON do Maranhão.
JOSÉ MARIA BORGES – Líder comunitário de Coroadinho, São Luís do Maranhão.
RONALDO DOS SANTOS CARNEIRO DINIZ – Líder comunitário da Área Itaqui-Bacanga, São Luís do Maranhão.
JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO – Advogado do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão.
MARCOS CALDAS – Deputado Estadual pelo PRB do Maranhão.
AUGUSTO MIRANDA PAES JUNIOR – Vice-Presidente da CEMAR.
MARCOS ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA – Participante.
PAULO DUARTE – Vice-Presidente da Casa das Mães Maranhenses.
PATRÍCIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA – Diretora da CEMAR.

SUMÁRIO: Esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das tarifas de energia elétrica no Estado do Maranhão.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de São Luís, Estado do Maranhão.
O início da reunião não foi gravado.
Houve exibição de imagens.
Há palavra ininteligível.
Houve exibição de vídeo.
Houve interrupção da gravação.
Houve intervenções paralelas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve manifestação nas galerias.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - *(Início da reunião não gravado.)* ...na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Quero agradecer ao Presidente desta Assembleia, Deputado Marcelo Tavares, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais para realização desta reunião nesta Casa Legislativa.

Gostaria de ressaltar também o grande trabalho que a bancada do Maranhão tem realizado na Câmara Federal, apoiando e trabalhando para que o povo do Maranhão tenha respostas concretas, tenha resultados importantes na questão das tarifas de energia elétrica.

Gostaria de convidar o Deputado Cleber Verde, um dos Deputados mais assíduos na Comissão (*palmas*); o Deputado Pinto Itamaraty, também com sua presença assídua nos trabalhos da CPI (*palmas*); o Deputado Washington Luiz, também preocupado em defender o direito dos consumidores do Maranhão (*palmas*); o meu amigo Domingos Dutra, também um incansável defensor do povo maranhense (*palmas*); o meu amigo e conselheiro Pedro Fernandes, que, com certeza, muito bem representa o povo do Maranhão na Câmara Federal (*palmas*); o Deputado Chico Lopes, defensor incansável dos consumidores do Brasil (*palmas*); o Deputado Marcio Junqueira, um grande guerreiro e defensor dos consumidores de todo o Brasil (*palmas*); o meu amigo e conselheiro Edio Lopes, que, com certeza, vem desempenhando um grande trabalho na CPI das Tarifas de Energia Elétrica; o Sr. Nonato Aragão, Deputado Estadual que também tomará assento à Mesa; o Sr. Hélio Soares, Deputado Estadual, que também nos honrará com sua presença à Mesa; o Sr. Carlos Piani, Diretor-Presidente da CEMAR — por favor, tome assento à Mesa (*palmas*); Dra. Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor — por favor nos honre com sua presença à Mesa (*palmas*); e a Sra. Cláudia da Costa Silva de Oliveira, representante do PROCON. (*Palmas*.)

Gostaria de agradecer a todos que estão aqui hoje, nesta tarde tão importante para o povo do Maranhão.

Antes de passar a Presidência ao Deputado Cleber Verde e a Relatoria ao Deputado Pinto Itamaraty, gostaria de dizer da importância que tem a CPI das Tarifas de Energia Elétricas percorrer os Estados brasileiros para dar oportunidade à



população de se expressar, de dizer os problemas que enfrenta no dia a dia em todo o Brasil.

Já percorremos o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado de Alagoas e estamos hoje aqui no Estado do Maranhão, que, por sinal, tem uma das maiores tarifas de energia elétrica do Brasil e uma das menores rendas *per capita* do nosso País. Daí o comprometimento da renda familiar do povo maranhense com o pagamento das tarifas de energia elétrica.

Então, é mais do que justo esta CPI se deslocar de Brasília e vir ao Estado do Maranhão para escutar de perto, da população, os problemas que ela enfrenta no dia a dia, para que possa chegar ao final do mês e pagar a conta de luz, comprometendo boa parte da renda familiar.

Esta é uma preocupação da CPI, uma preocupação de todos os Deputados Federais do Estado do Maranhão. E tenho certeza de que, no final do dia de hoje, levaremos informações importantes, para apresentarmos no relatório final da CPI propostas concretas para o Maranhão e para o Brasil.

Gostaria agora de passar a presidência dos trabalhos ao Deputado Cleber Verde, para que possa conduzir, junto com o povo do Maranhão, os trabalhos desta CPI, que, tenho certeza, é uma CPI muito importante para o povo do Maranhão e para o povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Sr. Presidente Eduardo da Fonte, quero cumprimentar e, ao mesmo tempo, agradecer por ter atendido nosso requerimento para estarmos hoje nesta audiência pública, que, tenho certeza, vai ter uma importância muito grande para todo o Estado do Maranhão, que certamente encontra-se hoje representado por muitas lideranças políticas e lideranças comunitárias, que terão a oportunidade também de se expressar em nome da sociedade maranhense. Portanto, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade que nos dá de nos visitar e trazer esta Comissão para discutir, em audiência pública, o preço da energia elétrica.

Quero cumprimentar o Deputado Pinto Itamaraty, Relator nesta oportunidade; o Deputado Washington Luiz; o Deputado Domingos Dutra; o Deputado Pedro Fernandes; o Deputado Chico Lopes, do Estado do Ceará; o Deputado Marcio Henrique; o Deputado Edio Lopes; o Nonato Aragão, Deputado Estadual; o



Deputado Hélio Soares; cumprimentar o Presidente da CEMAR, Dr. Carlos Piani; a Dra. Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor, e a Dra. Cláudia da Costa Silva de Oliveira, representando nesta oportunidade o PROCON.

Quero também justificar que chega às nossas mãos um ofício da nobre Deputada Gardênia Castelo, que, por motivo de força maior, lamenta não estar presente a esta audiência pública sobre as tarifas de energia cobradas pela Companhia Energética do Maranhão. Ela também foi autora de requerimento que deu origem a esta audiência pública.

Quero cumprimentar o Sr. Ronaldo dos Santos Carneiro Diniz e perguntar, inclusive, se ele está presente. Ele foi convidado para representar a Itaqui-Bacanga e poder se pronunciar em nome daquela área. Quero cumprimentar o Sr. Antônio Araújo Moraes Pinheiro, que também veio até aqui falar em nome da comunidade do Coroadinho, e também, junto com ele, o Sr. José Maria Borges e o Sr. Jânio Abreu.

Enfim, cumprimentar a todos e agradecer pela oportunidade e a honra que nos dão ao comparecerem a esta audiência.

Inicialmente, quero pedir desculpas a todos pelo atraso. O voo atrasou, e só chegamos às 15h; por isso, acabamos chegando atrasados aqui na Assembleia Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu quero inicialmente registrar um dos motivos que me fez requerer esta audiência pública especial aqui no Maranhão. Temos, todas as semanas, ouvido representantes do Governo e de empresas envolvidas com o setor energético. E uma das razões também muito forte que nos traz aqui é exatamente a alta tarifa de energia que paga o Maranhão.

Basta dizer — e todos têm conhecimento dos dados que a própria ANEEL divulga e estão no seu *site* — que o Maranhão paga a maior tarifa de energia elétrica. Inclusive, para fazer um comparativo e um demonstrativo do que de fato nós aqui nesta oportunidade vamos tratar, permita-me, Sr. Presidente, ler uma matéria que saiu na *Folha de S. Paulo*.

Ela diz o seguinte:

“Com a 2ª pior renda per capita do País, o Maranhão tem o maior custo; em Brasília, que lidera em rendimentos, a conta é mais barata.



ANEEL, que regula as tarifas, afirma que diferença não é ‘tolerável’ e afeta até o poder de atração de novos investimentos no Estado”.

O texto segue dizendo o seguinte:

“Um paradoxo rege o modelo brasileiro de tarifas de energia elétrica: enquanto as mais baixas taxas são cobradas em áreas mais ricas, as regiões mais pobres convivem com os maiores preços do serviço.

O Maranhão, por exemplo, tem a segunda menor renda per capita do Brasil, mas sua população paga a maior tarifa de energia dentre as 64 distribuidoras instaladas no País.

A tarifa da CEMAR, distribuidora local, é 72% maior do que a da CEB, em Brasília, que tem o maior PIB per capita do País e onde a energia é a mais barata (o preço só é menor no Amapá por razões atípicas, pois a ANEEL não autoriza reajustes da distribuidora porque ela está inadimplente com as geradoras).

Na comparação com os consumidores residenciais da ELETROPAULO, maior distribuidora do País, a tarifa no Maranhão é 43% mais cara. Todas essas concessionárias figuram entre as com menores tarifas do País.

Os cálculos foram feitos com base em dados da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e consideram a tarifa básica, ou seja, apenas o custo da energia. Não estão, embutidos encargos (como a taxa de iluminação pública de alguns Estados) e o ICMS, diferenciado em cada Estado, que pode variar de 12% a 30%, dependendo do Estado e da faixa de consumo de energia. Em alguns Estados, a baixa renda é isenta do tributo.



Ainda na lista das mais altas tarifas estão distribuidoras como Rondônia, interior de Minas Gerais, Piauí e Tocantins — todos com renda per capita menor. Também está a Ampla, que abastece parte da região metropolitana e o interior do Rio e tem grande perda de energia.

A própria ANEEL, que regula as tarifas, mostra-se preocupada com a discrepância do custo entre as distribuidoras.

Segundo o Diretor-Geral da ANEEL, Nelson Hubner, é preciso reduzir a ‘assimetria’ de preço entre as várias concessionárias. Não é ‘tolerável’, avalia, o consumidor de alta renda de Brasília pagar o menor valor, enquanto o Maranhão, mais pobre, paga muito mais. Tal realidade, afirma, retira até mesmo o poder de atração de investimento a Estados de menor renda per capita — já que a disparidade persiste também no custo de energia para as indústrias.

Em vista disso, o Governo estuda mudança, obviamente, com subsídios de novas regras de concessão, para reduzir a tarifa.

O desequilíbrio decorre das próprias características do mercado e da distribuidora. As concessionárias em regiões mais ricas têm mais consumidores concentrados num espaço menor. Ou seja, uma rede menor atende um número maior de usuários, o que reduz os investimentos. É o caso da ELETROPAULO, por exemplo.

Já nas áreas mais pobres, a densidade de consumidores é mais baixa, e os custos para manter as redes são os mesmos. Nesse perfil, está a CEMAR (Maranhão).



'É um problema da economia de escala, uma rede do mesmo tamanho numa área pobre atende menos pessoas e com consumo mais baixo. Isso onera a tarifa', diz o professor Nivalde de Castro, do Grupo de Estudo do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio.

Para corrigir esse problema, diz Hubner, uma das ideias é ampliar os subsídios dos consumidores das regiões mais carentes e reduzir o incentivo à baixa renda em áreas com maior renda, onde a tarifa já é mais baixa. Ele citou o caso da ELETROPAULO'.

Aí, faz um comentário, por exemplo, acerca do benefício da CDE — Conta de Desenvolvimento Energético, que é cobrada dos consumidores de modo geral e que só este ano, para custear as contas da população, das pessoas de baixa renda, estima-se, arrecadará 2,9 bilhões de reais.

Portanto, esta matéria da *Folha de S.Paulo* exatamente faz uma referência ao nosso Estado e ao disparate da cobrança aqui em relação aos demais Estados brasileiros.

Na oportunidade, Sr. Presidente, antes de nós ouvirmos os Srs. Deputados, eu acredito que, para darmos início de fato aos trabalhos, é importante que nós possamos, até diante dos fatos narrados e daquilo que se quer debater, discutir, ouvir primeiro o Presidente da CEMAR, que está aqui presente e a quem certamente agradecemos por ter atendido ao nosso convite... (Pausa.)

Portanto, passo a palavra ao Sr. Carlos Augusto Leoni Piani, Presidente da Companhia Energética do Maranhão — CEMAR.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Inicialmente, eu quero desejar boa tarde a todos e a todas, dar boas-vindas aqui ao Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da Comissão; ao Deputado Marcio Junqueira, que é de Roraima, do Democratas; ao Deputado Eduardo Lopes, que também é de Roraima, do PMDB; quero dar boas-vindas ao Estado do Maranhão. Desejo a V.Exas. que tenham êxito no trabalho.

Eu não faço parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas pela...



Deputado Chico Lopes, nosso querido cearense, do PCdoB, também seja bem-vindo.

Eu não faço parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, em função do tema, que diz respeito ao conjunto da população brasileira, e por ser maranhense, não poderia não estar presente.

Eu quero apenas fazer um requerimento verbal para que seja incluído como convidado a depor nesta Comissão o Dr. José Guilherme Carvalho Zagallo, advogado do Sindicado dos Urbanitários. Acho que ele pode contribuir bastante para o esclarecimento do conteúdo da Comissão e, ao final, contribuir para encontrar formas mais suaves para preservar os investimentos, mas, ao mesmo tempo, proteger o consumidor.

Este é o requerimento que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - O requerimento está anotado pelo nobre Relator Pinto Itamaraty, e certamente o Sr. Zagallo será ouvido por esta Comissão.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Dr. Carlos Augusto Leoni Piani.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Exmo. Sr. Deputado Federal Cleber Verde, Presidente desta Mesa, na pessoa de quem saúdo os demais Deputados e autoridades presentes; senhoras e senhores, boa tarde.

Eu quero agradecer a oportunidade que tenho agora de participar desta discussão de tema tão relevante não só para o setor energético, mas também para o Estado do Maranhão, prestando os nossos esclarecimentos e colocando as nossas contribuições sobre o assunto.

Eu gostaria de começar com uma breve apresentação, se me permitem, falando um pouco da evolução da CEMAR, para que possa servir de contexto para toda esta discussão.

Então, vou começar com um breve histórico e falar um pouco da característica da concessão, do processo de reestruturação por que passou a CEMAR, dos resultados que foram alcançados, dos benefícios para o Maranhão, e vou introduzir a questão da tarifa, que pode servir de subsídio para discussão futura.

(Segue-se exibição de imagens.)



Então, só recapitulando, a Companhia Energética do Maranhão era uma empresa estatal até agosto de 2000, quando houve um leilão de privatização. A companhia que venceu esse leilão foi uma companhia americana chamada PPL, que ficou como controladora da empresa até agosto de 2002.

Aconteceu algo bastante inusitado. A PPL tentou decretar concordata preventiva da companhia. Efetivamente, a CEMAR faliu nessa época. E esse controlador entregou a companhia. A Agência Nacional de Energia Elétrica, utilizando-se de um dispositivo do contrato de concessão, interveio na companhia, geriu a empresa durante aproximadamente 2 anos e conduziu um processo que buscava selecionar um novo acionista e controlador que pudesse não só reestruturar a companhia financeiramente, o que era uma situação bastante delicada à época, mas também alguém que pudesse reestruturar a companhia do ponto de vista operacional, dados os índices, infelizmente, muito ruins que a companhia tinha à época.

Esse processo foi terminado em maio de 2004. Uma empresa chamada Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora desse processo e controla a CEMAR desde então.

Falando um pouco mais do controle da CEMAR, a Equatorial detém 65% hoje da CEMAR, o outro aproximadamente um terço é detido pela ELETROBRÁS, que é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, e temos aproximadamente um pouco mais de 1% na mão de acionistas minoritários.

A Equatorial, por sua vez, é uma empresa listada na Bolsa de Valores de São Paulo, no nível de maior governança cooperativa existente, que é o novo mercado, e tem aproximadamente 1.300 acionistas, entre eles quase 80% de pessoas físicas que compram e vendem suas ações todo dia.

A Equatorial também participa indiretamente do controle da Light, a empresa de energia elétrica do Rio de Janeiro, e também de uma empresa chamada GERAMAR, que tem duas plantas termelétricas aqui no Maranhão, que vão entrar em produção em janeiro de 2010, na cidade de Miranda do Norte.

Só recapitulando um pouco as características de concessão, o Maranhão tem aproximadamente mais de 330 mil quilômetros quadrados, é a sexta maior concessão do Brasil, tem uma população um pouco superior a 6 milhões de



habitantes, tendo, como consequência, uma baixa densidade demográfica, em torno de 18 habitantes por quilômetro quadrado, o que gera uma grande dificuldade de operacionalização devido a essa baixa densidade.

Na hora em que se adiciona que quase 40% da população vive em área rural, isso complica ainda mais, e isso é mais do que aproximadamente o dobro da média nacional.

A CEMAR, por sua vez, tem 1,6 milhão de consumidores. No nosso Estado temos quase 4 habitantes por consumidor. Quase 90% dos clientes são residenciais. E, desses residenciais, 70% fazem jus a um subsídio dado o baixo consumo, que reduz o preço da tarifa paga por esses consumidores. Algo que eu vou detalhar um pouco mais à frente.

A concessão, no Maranhão, está numa área de transição entre a região Nordeste e a Norte, o que a leva a ter regiões bastante heterogêneas. Temos a região dos Lençóis Maranhenses, a região da Baixada, que tem um período sazonal que fica alagadiço, como na foto ali em cima.

Temos a região central, que, devido às chuvas, também alaga — o exemplo é Trizidela do Vale, que acho que todos, infelizmente, tiveram a oportunidade de presenciar ao longo deste ano —, e várias dificuldades de acesso. Infelizmente, apenas 13% das estradas no nosso Estado são pavimentadas.

Outro grande destaque no nosso Estado é o Programa Luz para Todos. A meta inicial era de 249 mil ligações. Já foram feitas mais de 200 mil ligações, mais de 80% da meta inicial, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas. Só para passar a dimensão do que é isso, já foram estendidos mais de 32 mil quilômetros de rede. Isso é mais do que todas as redes do Estado de Alagoas, 35 mil transformadores, que são mais 120% do número de transformadores do Estado vizinho, que é o Piauí, e mais de 200 pessoas foram ligadas, que é mais do que metade dos consumidores de Tocantins. Então, efetivamente, é um programa muito grandioso, que gera complexidade de implantação também.

Essas metas foram recentemente revistas pelo Ministério e subiram de 249 para 289. Temos um dos 4 maiores programas do Brasil e estamos na 3^a ou 4^a colocação entre as que mais fizeram. Hoje, a CEMAR já fez aproximadamente 70%



dessa meta ajustada, e a expectativa é concluir esse programa até dezembro de 2010.

Esse programa, constantemente, é fiscalizado por inúmeras entidades: ELETROBRÁS, ANEEL, Tribunal de Contas da União. Dos 26 Estados onde esse programa existe, apenas 4 empresas têm um índice máximo de aprovação na prestação de contas. O Maranhão figura entre um deles, com mais de 99% de aderência às obras aos padrões estabelecidos pelo programa. Além do Maranhão, tem Bahia, Mato Grosso e Tocantins. Como funciona? É só um breve histórico, aproveitando a oportunidade. A priorização de obras é feita por um comitê estadual, com inúmeros representantes da sociedade, e a CEMAR é um deles, a liberação de recursos fica a cargo da ELETROBRÁS e a execução de obras fica a cargo da CEMAR. O nosso papel é mero executor, responsável pela parte técnica. Indo para a parte de reestruturação, é importante frisar que, antes dessa troca de controle que aconteceu em 2004, a companhia investia muito pouco. Ela investia na ordem de 30 milhões de reais apenas. Isso é menos do que o necessário para repor os equipamentos que ficavam obsoletos. De 2004 até hoje, a companhia já investiu 1,8 bilhão de reais. Esse é um montante bastante significativo. Na época da revisão tarifária de 2005, o valor dos ativos todos da companhia era da ordem de 835 milhões de reais. Então, foram investidos mais de 2 vezes o valor dos ativos que existiam na revisão naquela época. Aproximadamente 1 bilhão referente ao sistema existente e 800 milhões referentes ao Programa Luz para Todos.

Qual a consequência disso tudo? Aumentaram-se em quase 80% os quilômetros de rede, aumentaram-se em 30 o número de subestações, mais de 50% de aumento, realizando obras em todas as regiões do Estado; o número de transformadores de distribuição, mais de 300%; e a conclusão: que as subestações em sobrecarga, que facilitavam e muito a probabilidade de falta de luz, foram eliminadas por completo e a digitalização de subestações aumentou também, o que ajuda na velocidade de restabelecimento de energia em momentos de problemas de falta de luz.

Investimos também em sistemas. O COD/COS, que significa Centro de Operação da Distribuição e Centro de Operação dos Sistemas, eram, infelizmente, bastante obsoletos, com pouca utilização de tecnologia e tinham aproximadamente 6



por 700 espalhados pelo nosso Estado. Esses centros foram centralizados na nossa sede em São Luís, com programas de alta tecnologia que foram integrados a um sistema de rastreamento via satélite das nossas equipes, para facilitar e agilizar esse atendimento. Então, hoje, acompanhamos, no Estado, todas as nossas equipes através dessa solução.

Também investimos na mudança do nosso padrão. Então, infelizmente, no lado esquerdo, podemos perceber o Estado que os ativos da companhia tinham naquela época. Eram Estados, infelizmente, muito pouco cuidados em relação aos ativos da concessão pública, que foram todos reestilizados, como esse em São Bernardo, na região nordeste do Estado — aqui também da de Zé Doca —, apenas um exemplo dessa mudança de padrão na subestação na região central do Estado.

Investimos numa subestação móvel, algo que poucas concessionárias no Brasil têm, que hoje pode atender a um município de mais 120 mil consumidores. Num momento de uma obra de maior relevância, a gente utiliza esse equipamento para que não haja falta nessa região.

Também investimos numa mudança bastante relevante na parte de atendimento. Começamos um grande programa, que é o CEMAR 116. O primeiro deles foi a mudança do atendimento comercial. Estamos com um programa de um novo ponto de atendimento a cada 16 dias, totalizando 116 novos pontos, com um novo padrão visual, um novo gerente exclusivo, ambiente climatizado, sistema de monitoramento, enfim, melhorando o canal de comunicação, para que a gente possa prestar um melhor serviço aos nossos consumidores.

Fizemos uma central de atendimento. Como todos sabem, a central inicialmente ficava na Bahia, conseguimos convencer uma grande empresa a instalar uma central de atendimento aqui no nosso Estado, o que foi feito em Imperatriz. Investimos mais de 1 milhão de reais, gerando mais de 200 empregos diretos.

Investimentos também no nosso sítio, na rede mundial de computadores, com inúmeras facilidades para o nosso cliente. Reestilizamos o material informativo, inclusive aqui tem o exemplo da tarifa social, do subsídio, onde explicamos os benefícios, os direitos e deveres para o nosso consumidor.



Investimos também em agências móveis. Hoje, temos 9 unidades. Infelizmente, ainda não temos capacidade de ter uma agência em cada município. Então, essas agências percorrem municípios com menos de 10 mil habitantes, de forma que possamos estar mais próximos dos nossos consumidores nessas localidades mais distantes.

Investimos também num processo de informatização da leitura. Hoje, 100% é informatizada, com equipamentos que permitem a realização de fotos que possam esclarecer eventuais dúvidas no momento da leitura. Investimos na telemedição, que é nada mais do que medir remotamente alguns consumidores de alta tensão, grandes clientes.

A consequência disso tudo eu começo a mostrar aqui. O setor elétrico tem um indicador que mede quantas contas são refaturadas por algum motivo de erro ou entendimento equivocado, dividido por cada 10 mil contas. A CEMAR — aqui estão as principais companhias do Brasil — estava numa situação muito ruim em 2004, que é esse gráfico em vermelho aqui, com 38 contas refaturadas a cada 10 mil faturas emitidas. Esse valor, em 2008, foi para 4,4, uma redução de mais de 80%, o que representa hoje, na CEMAR, que 99,96% de todas as faturas emitidas são emitidas de uma forma correta. Ainda há um resíduo, há erros que buscamos solucionar a favor do cliente.

A nossa qualidade, com todos esses investimentos, também melhorou de forma bastante significativa. Em 2004, faltava luz mais de 63 horas na média, por consumidor, por ano. Esse indicador caiu para 27 horas em 2008, uma queda de 57%, melhorando a qualidade de energia não só para o consumidor, como para novos empreendimentos que possam vir para o Maranhão.

Com esse resultado, o Maranhão melhorou muito a sua posição relativa no mercado brasileiro. Aqui tem uma amostra dos Estados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Infelizmente, o Maranhão era o pior Estado dessas Regiões em 2004. Hoje, como todos esses investimentos, a falta de luz saiu de 5 horas por mês para 2 horas por mês, e a posição relativa da CEMAR melhorou muito. Hoje, está numa região mais central, e estamos trabalhando para levar a CEMAR para uma das melhores colocações dessas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



A mesma coisa na frequência. Quantas vezes falta luz, na média, para um consumidor? Esse indicador também era bastante alto. Da ordem de 39 vezes faltava luz, na média, para um consumidor no Estado do Maranhão. Esse número caiu para quase 17 vezes, uma redução de mais de 57%. Também melhorou muito a posição relativa do Maranhão a outras empresas. Saiu de uma das posições finais para uma posição bem próxima das melhores empresas. Hoje, podemos dizer que a CEMAR tem qualidades de falta de energia melhores do que Brasília, onde muitos dos Deputados e Deputadas residem, por incrível que pareça, dados os investimentos que foram feitos.

Todo esse trabalho foi feito de forma bastante séria, comprometida, onde a gente, além disso tudo, melhorou os padrões de segurança. O setor elétrico tem 2 indicadores que medem a segurança: um é a gravidade do acidente e o outro é a frequência — quantas vezes funciona. A primeira barra amarela, do lado direito, era o indicador da CEMAR em 2003; e o mais à esquerda é o indicador em 2008. A CEMAR saiu de uma posição intermediária. A CEMAR, em 2008, foi a empresa com o menor indicador de acidente de todas as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e foi a terceira em termos de gravidade, algo pelo que temos bastante satisfação. Gostaríamos de levar a gravidade também para a primeira posição.

Há uma pesquisa anual que é feita pela mesma associação de todas as empresas do Brasil, onde mede a satisfação dos nossos consumidores, os consumidores que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço da companhia. Tínhamos 47% dos consumidores satisfeitos ou muito satisfeitos. Em 2009, esse indicador pulou para 62,5%, um aumento de 15,5 pontos percentuais. Foi a maior evolução do setor elétrico do Brasil no ano passado e foi a segunda maior evolução da história do setor elétrico. Está longe de onde gostaríamos de estar, mas mostra que estamos tendo avanços na prestação de serviço.

Outra questão, também, que achamos importante: o PROCON. Em 2007, infelizmente, a CEMAR liderava o número de reclamações junto com uma outra empresa. Através desses trabalhos que foram feitos, no ano de 2008, saímos da primeira posição e fomos para a quarta posição, já uma evolução, reflexo daqueles investimentos e do trabalho que eu já comentei. No ano de 2009, para nossa satisfação, a CEMAR não figurou entre as 10 empresas com o maior número de



reclamações. Então, no nosso entendimento, mostra uma evolução, ainda não onde gostaríamos de chegar — ainda estamos trabalhando —, mas que há uma melhora na prestação do serviço no nosso Estado.

Essa evolução da CEMAR também teve um grande benefício para o Estado. Em 2003, havia 2.800 colaboradores próprios e de empresas parceiras trabalhando para a CEMAR. Com o aumento do volume da atividade, esse número subiu para quase 5.600 pessoas trabalhando em função dos investimentos no setor elétrico aqui no Estado. Isso gerou um aumento de quase 200% no ICMS, que é o principal imposto estadual, e gerou um aumento de quase 630% nos impostos federais. Qual é a dimensão desses impostos? A somatória desse aumento representa quase 60% do orçamento de segurança e 41% do orçamento de educação. Então, mostra que a recuperação na CEMAR ajudou, também, na arrecadação de impostos, para que possam ser feitos outros investimentos por parte do Estado e ajudar o desenvolvimento.

Temos inúmeros programas sociais que visam auxiliar no desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso Estado. Aqui só tem uma amostra desses trabalhos. Fomos, por alguns veículos de comunicação, reconhecidos por essa grande evolução, não que a situação da CEMAR hoje seja a contento, mas reconhecendo essa grande evolução que tem acontecido no setor elétrico brasileiro. Aqui, uma matéria da revista *Exame* comparando com o Estado do Piauí, que se encontrava, em 2004, na mesma condição da CEMAR. Infelizmente, no Estado do Piauí, não houve essa grande evolução que houve no Estado do Maranhão.

Eu queria terminar falando algumas questões em relação à tarifa de energia. A tarifa de energia é definida pela ANEEL, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica, conforme estabelecido no contrato de concessão e regulamentações aplicáveis. Cabe à CEMAR apenas aplicar a tarifa. Então, o que quer dizer isso? A CEMAR não define tarifa. Quem define tarifa é a Agência Nacional de Energia Elétrica, o.k.? E como esse processo se dá? A Agência Nacional de Energia Elétrica divide a receita da distribuidora, seja da CEMAR ou de qualquer outro Estado, em 2 parcelas. Uma parcela que eles chamam de Parcada A, a primeira, que tem qual objetivo? Cobrir custos que não competem à concessionária. Alguns exemplos: encargos setoriais, que são como se fossem impostos setoriais, como foi citado pelo



Deputado, CDE, vários encargos que visam subsidiar tarifas, investimentos no setor elétrico e também custos de geração e transmissão de energia elétrica. Hoje, a CEMAR e qualquer outra distribuidora não tem o poder de decisão. Esse poder de decisão é do Governo Federal, através de um novo modelo que foi implementado em 2004. E a outra parcela, a outra parte da receita da CEMAR, cobre os custos de competência da CEMAR, que são os investimentos para operar o sistema, manter o sistema, fazer o atendimento comercial, realizar os investimentos, repor os ativos obsoletos, que sejam antigos. Então, é essa parcela.

A Agência Nacional de Energia Elétrica tem 2 principais momentos de mexer na tarifa de uma concessionária — no nosso caso aqui é o Maranhão. Um é o reajuste anualmente. Ela faz uma regra mais simples, que repassa integralmente o custo daquela Parcela A, quer dizer, se houver um aumento dos encargos, se houver aumento do preço da geração da energia, isso vai diretamente para a tarifa. E ela corrige a outra parte, que é referente à concessionária, no caso do Maranhão, a CEMAR, por inflação, menos um fator que busca reduzir a remuneração da concessionária. Então, normalmente a concessionária nunca tem o aumento da inflação na sua remuneração. Ela tem algo inferior à inflação. E a cada 4 anos, no caso do Maranhão, existe um outro procedimento, que se chama revisão tarifária, essa Parcela A, que não é controlado pela CEMAR, tem um repasse novamente integral para a tarifa, mas a parte da CEMAR é discutida na sua integralidade, num detalhe bastante exaustivo, onde se busca dividir ganhos de produtividade com o consumidor, com a sociedade. Foi esse procedimento que acabou de ocorrer agora em agosto. Houve uma redução de 1.47% na tarifa, um impacto de menos 1.64 na tarifa.

O resultado disso, tentando simplificar de uma forma mais visual, é que a tarifa que é paga, no preço que é pago por qualquer consumidor no Maranhão há uma parte que vai para a CEMAR — que é essa aqui de debaixo —, uma parte que vai para outros agentes, para os geradores, para os transmissores, para o Governo, em relação aos encargos, e há os tributos que incidem direto. Por exemplo, de numa conta de 100 reais, apenas 37 reais e 40 centavos vão para a CEMAR. Aproximadamente 62 reais a CEMAR apenas arrecada e repassa a terceiros.



Então, uma parte vai, como eu falei, para os geradores, para os transmissores, e parte vai para os tributos.

Há um detalhe que, acredito, teremos oportunidade de falar mais ao longo desta audiência: a tarifa no Maranhão é, efetivamente, a mais elevada, mas o preço pago não é o mais elevado. Qual a diferença nisso que eu estou comentando? Que sobre o preço, como já foi colocado, sobre aquele preço de tabela, que é publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, incidem impostos. Então, a gente vai somar imposto, seja estadual, federal. Também existem subsídios, que já existem para tentar reduzir esse efeito de uma tarifa elevada. Então, deveria ser levado em consideração isso. Então, na medida em que a gente considera esses 2 pontos, a posição do Maranhão continua numa posição de preço pago pelo consumidor alto, mas ele não é o mais alto. Dando exemplos, depois podemos subsidiar, caso sejam solicitadas as contas. Se essa conta fosse feita para os principais Estados aqui do Nordeste, o preço pago por um consumidor médio no Maranhão seria muito próximo do Estado de Pernambuco e do Estado da Bahia, e seria inferior ao caso da Ampla, que foi citado aqui na Mesa também.

Então, no nosso entendimento, a questão tributária e a questão dos subsídios, que já foi citada, são muito importantes para se verificar o preço efetivamente pago, porque no final do dia não é o valor de tabela publicado pela ANEEL que é pago pelo consumidor, é um preço com impostos e um preço líquido de subsídios.

Aqui há um caso, que eu queria dar para exemplificar isso que eu comentei, de um consumidor com 80 quilowatts hora/mês. É um consumo baixo, por exemplo, de uma pessoa que tenha 3 pontos de luz, uma geladeira, uma televisão basicamente. Então, aqui, o consumidor que não tenha o subsídio, no lado esquerdo, e que tenha o subsídio, aqui no lado direito. Então, a conta, aplicando apenas a tarifa da tabela da ANEEL, seria de 32 reais e 90 centavos. Só que a esse valor deveriam ser adicionados os impostos, que nesse exemplo aqui seria de 11 reais e 10 centavos. O total da conta seria de 44 reais. Agora, considerando os subsídios já existentes para tentar diminuir esse impacto, a conta de 32 reais e 90 centavos teria um desconto de 16 reais e 50 centavos. Como o valor, antes dos impostos, seria menor, o imposto, em vez de 11, seria 9 reais e 60 centavos, o que



levaria uma conta final de 26 reais e 10 centavos, uma redução de quase 41% em relação ao primeiro exemplo. Ainda a gente vai comentar que a tarifa é elevada, mas hoje uma tarifa com subsídio menor. E por que estou citando isso? Porque mais de 70% dos consumidores no Maranhão recebem esse subsídio. Hoje temos, por exemplo, mais de... Perdão, 500 mil consumidores, só a título de exemplo, no Maranhão têm uma cota média de 8 reais em função desse subsídio.

Independentemente disso, a tarifa no nosso Estado é elevada. Por quê? Porque o modelo que existe hoje, a política tarifária vigente, que não cabe à CEMAR definir, mas à Agência Nacional de Energia Elétrica, ela leva em consideração principalmente 2 componentes. Um primeiro, como foi colocado, a extensão geográfica da concessão — que, no caso do Estado do Maranhão, como nós citamos, era a sexta maior do Brasil, em termos de extensão; e o mercado, quer dizer, a quantidade de energia que todos os consumidores do Maranhão juntos representam.

Então, como esse consumo é um consumo baixo e a concessão é bastante extensa, hoje você tem um custo de operacionalização elevado, que é dividido por um consumo médio de todos os consumidores baixos, o que leva a uma tarifa elevada.

Então, esse é o modelo hoje vigente que independe de quem é o administrador dessa concessão, seja ele um ente público, seja um ente privado. Essa é a regra que existe.

E, para terminar, nós vemos 2 alternativas para que a tarifa no nosso Estado seja reduzida. A primeira: nós acreditamos que, fruto dos próprios investimentos que nós estamos realizando na CEMAR, eles ajudarão, no médio prazo, essa tarifa reduzida. Por quê? Porque, infelizmente, a CEMAR, antes de 2004, não tinha investimentos, e a própria CEMAR era um gargalo, era uma restrição para o desenvolvimento do Estado. E nós estamos eliminando essa condição. Hoje, o Maranhão é muito mais competitivo do ponto de vista de fornecimento de energia elétrica do que era no passado. E, com isso, as pessoas, os consumidores industriais, comerciais e residenciais podem consumir mais, fazendo com que, no tempo, a tarifa reduza.



E uma outra: acredito que é muito feliz a oportunidade de se discutir a tarifa como um todo. Poderia se discutir a questão da carga tributária, porque aí não impacta só o Maranhão, mas todos os Estados do Brasil, ou uma redistribuição desse subsídio, privilegiando Estados com menor poder aquisitivo.

Vale lembrar que essa redistribuição não interfere em nada se a concessionária vai ganhar mais ou menos. Ela só significa que o consumidor, a mesma conta, por exemplo, de 10 reais, em vez de ser paga integralmente pelo consumidor, ela seria paga mais como um subsídio do Governo Federal.

Então, Sr. Presidente, era isso o que eu tinha para expor. Estou à disposição para eventuais esclarecimentos futuros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quero agradecer. Com certeza, há muitos questionamentos por parte dos Srs. Deputados, mas nós vamos seguir uma dinâmica que nos permita ouvir aqueles que foram convocados e convidados, e logo em seguida passamos para o debate.

Primeiro, quero registrar aqui, com satisfação e com alegria, a presença ilustre do Presidente desta Casa, a Casa do Povo do Maranhão, Deputado Marcelo Tavares, que nos honra com a presença (*palmas*); do eminente Deputado Pavão Filho (*palmas*), que queremos cumprimentar.

Está entre nós também o Deputado Marcos Caldas (*Palmas.*). Particularmente para mim é uma alegria imensa, porque o Partido Republicano Brasileiro que não tinha Deputado nesta Casa, que é o nosso partido, o qual com alegria eu presidi no Estado, tem a honra de tê-lo como o mais novo membro do nosso Partido Republicano Brasileiro. Seja bem-vindo, Deputado. (*Palmas.*)

Mas, dando continuidade aos nossos trabalhos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, quero registrar a presença do Deputado Chico Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Deputado Chico Gomes. Peço desculpas por não ter feito o registro. Deputado Chico Gomes. (*Palmas.*)

A Deputada Márcia Marinho também se encontra na Casa. (*Palmas.*) Obrigado pela presença.

Dando continuidade, passo a palavra à Dra. Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor de São Luís.



Vamos estipular um tempo de até 15 minutos, para que nós possamos ouvir a todos e logo em seguida passar para os debates.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Boa tarde. Exmo. Sr. Deputado Federal Cleber Verde, Deputado Domingos Dutra, demais presentes, consumidores que estou vendo, meu relato é muito rápido até porque eu acho que a questão da CPI hoje é focada na tarifa, no valor da tarifa de energia cobrada pela CEMAR. Então, o meu tempo, o meu discurso vai ser muito pequeno, haja vista que já vimos desenvolvendo um trabalho há quase 2 anos no que se refere à questão da CEMAR. Isso foi algo que já se iniciou há 1 ano e meio e chegamos agora a um termo de ajustamento. Na época, constataram-se algumas irregularidades na cobrança de energia e isso foi objeto de um inquérito civil. No caso, houve uma perícia, um laudo pericial que foi formulado pelo pessoal da USP. Acho que todos aqui sabem, e até quem levantou as bandeiras dessa luta foi o pessoal do Coroadinho, que está presente aqui. Então, agora o que estamos buscando é adequar a administração da CEMAR em termos de cobrança tarifária, em termos de leitura do medidor, em termos de *software* de faturamento, enfim, da fatura que chega ao consumidor a um preço justo, mas não que entre esse aspecto dessa discussão na questão tarifária, porque, na verdade, só queremos organizar a forma de cobrança de acordo com a 456 da ANEEL.

Então, agora esse TAC deve ser homologado amanhã pelo Conselho Superior do Ministério Público, e daí vai-se iniciar uma nova etapa em que vai haver o acompanhamento e será efetuado por um perito indicado pelo Ministério Público para as novas adequações que virão e advirão dessas demandas.

Agora, não obstante isso, é óbvio que tem outros problemas. Uma grande empresa onde tem um leque de consumidor muito grande, então é óbvio que tem as reclamações, sabemos disso. Tem ainda muita coisa para se caminhar, ainda tem muito o que melhorar. É como eu disse, não vou tratar ainda da fatura de energia porque ainda é estabelecida pela ANEEL e é objeto da discussão desta CPI. Mas no caso, há muito o que melhorar.

O que eu tenho a dizer é que o Ministério Público do Maranhão, o Ministério Público do consumidor tem acompanhado e também não tem olvidado de utilizar os artigos, ou mesmo até os diálogos, as legislações pertinentes para se adequar as



condutas da CEMAR e de outras empresas também à questão do CDC e ao respeito ao consumidor.

Em resumo, era basicamente isso que eu queria colocar, mas também me coloco à disposição para qualquer dúvida de algum consumidor, mesmo dos Deputados presentes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Agradecemos.

Nós vamos fazer uma alteração aqui na programação, considerando que o Deputado Pedro Fernandes tem de se ausentar e o Deputado Chico Lopes vai ter de pegar um voo às 18h. Eu vou mudar a dinâmica, passando a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, Deputado Cleber Verde, senhoras e senhores, eu não faço parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a questão das tarifas energéticas. Eu sou membro da Comissão de Minas e Energia, e nessa Comissão nós temos acompanhado todas as concessionárias e temos também acompanhado todo o trabalho da agência regulamentadora dessa atividade.

Eu vim aqui mais para prestigiar os trabalhos da Comissão presidida por um grande amigo meu, Eduardo da Fonte, todos os companheiros aqui, e ressaltar neste momento o trabalho desenvolvido pelos Deputados Cleber Verde, do Maranhão, e Pinto Itamaraty, também do Maranhão.

Então, eu desejo sucesso aos senhores. Que levem subsídios e eu estarei atento, naturalmente, a esses resultados. E, na Comissão de Minas e Energia, poderei dar minha contribuição.

Quero dizer aos senhores que nós temos acompanhado muito de perto toda a evolução da CEMAR. Tudo o que foi colocado aqui pela CEMAR nós estamos acompanhando, e é verdade que a CEMAR realmente deu um salto de qualidade muito grande. É claro que nós precisamos neste Brasil baixar os níveis dos impostos. Eu, por exemplo, brigo muito na Câmara Federal para que a gente acabe com a assinatura básica do telefone, mas nós não conseguimos porque os Governos dos Estados detêm 30% desse valor e eles não querem abrir mão de 30%, mais ou menos, de um faturamento de 25 bilhões de reais por ano.



Então, eu quero dar esse meu testemunho da evolução da CEMAR. É claro que a tarifa é uma coisa que onera muito o trabalhador brasileiro, e tudo que nós fizermos para diminuir a tarifa, naturalmente nós estaremos beneficiando a sociedade brasileira.

Quero desejar sucesso e peço desculpas para me retirar, porque tenho outros compromissos.

Muito obrigado e sucesso, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Esta Presidência agradece, Deputado Pedro, e, ao mesmo tempo, cumprimenta V.Exa. pelo trabalho também relevante que desenvolve em Brasília em favor do Estado do Maranhão.

Passo a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao Deputado Chico Lopes, quero cumprimentar o Deputado Mauro Jorge, que também está aqui entre nós.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Boa tarde a todas as mulheres presentes, boa tarde a todos os homens, boa tarde, gente. Quero cumprimentar os Deputados Cleber Verde e Pinto Itamaraty, os Deputados do Maranhão, como o Washington, o Domingos Dutra; o Deputado Pedro Fernandes, que está saindo agora e dizer para o povo maranhense que fico muito honrado pelos seus 18 Deputados Federais. E todos têm representado muito bem o Maranhão. As divergências políticas e ideológicas não têm atrapalhado a luta por mais emendas, por mais verbas para o Estado do Maranhão, porque na Câmara Federal nós pensamos o Brasil como um todo, embora cada um puxando a brasa para a sua sardinha, quando se trata do Estado. Todos fazem isso muito bem. E os nossos companheiros de CPI, como o Márcio e vários outros companheiros, quero cumprimentar.

Quero começar pedindo licença a todos para fazer aqui uma homenagem ao Dr. Sávio Dino, meu colega de partido, este jovem, brilhante advogado, irmão de um Deputado de primeiro mandato, que hoje faz parte dos 100 mais importantes políticos da Nação, que é o nosso amigo e irmão Flávio Dino.

Agora, companheiras e companheiros, eu queria levar essa discussão política, mesmo eu sendo auditor de profissão, mas eu não fui eleito para ser técnico, eu fui eleito para ser político e as questões são políticas. Porque ao verificar



a apresentação do Diretor Institucional da CEMAR, parece-me que o defeito está na tributação... no pessoal pobre — e ele não colocou o gato, que geralmente eles colocam. Disso aí o que eu discordo é apenas do gato, até em função da segurança dos consumidores de energia elétrica. Porque ninguém de bom senso pode achar que o gato é legal, até porque pode uma pessoa morrer. Mas, dadas as necessidades e as dificuldades, ele apresenta aí.

Uma outra, pediria licença também para homenagear quem teve a ideia de fazer um auditório dessa natureza, confortável. Evidentemente, muita gente diz: “*Por que não gastou dinheiro com outra coisa?*” Porque orçamento é assim, é para investimento, é para pessoal, e o povo pobre merece sentar numas cadeiras dessas confortavelmente, como qualquer outra pessoa rica. Por isso eu quero elogiar também a Assembleia.

Agora, eu queria só... porque o Diabo, quando vem, traz o seu secretário. Para a sorte da CEMAR, nós temos 2 coisa que eu gostaria de ler e os senhores tirarem suas conclusões. Essa revista que saiu a semana passada traz 1 economista, 1 contador... 3 economistas e 1 contador — e me incluo nessa última profissão. Diz assim:

“No Maranhão, a tarifa residencial era de 648 reais megawatt/hora. Em dezembro de 2008, segundo a ANEEL, em comparação aos 369 reais cobrados em São Paulo, um estudo produzido pelos técnicos da USP constatou índice de cobrança indevida por parte da concessionária local, CEMAR, do Grupo Equatorial de Energia, distribuidora de tarifas, teria faturado mais do que contas de 80 mil consumidores de baixa renda. Consultada pela CartaCapital, a CEMAR, em nota enviada por e-mail, afirma que a empresa chegou a um termo de ajuste de conduta.”

A primeira pergunta eu faria para a minha companheira de Defensoria Pública, aqui no lugar, que é a cachaça nossa, que gostamos do consumidor. Eu gostaria de saber, mas você não vai responder para mim, vai ser taquigrafado e vai



para as futuras discussões, qual o caminho que nós vamos dar para essa história, que é a primeira preocupação.

A segunda: é falso todas elas chegarem para a gente e dizerem que é a carga tributária, que é não sei quê. Agora, eles não quebraram, têm um lucro absurdo. A luz do campo não é problema.

Agora, vamos a outro documento. Por isso que eu digo: quando o cão vem, traz o seu secretário. O Presidente do BNDES esteve na Comissão esta semana, como sabe o nosso Presidente Eduardo... Eduardo da Fonte, que é uma fonte de sabedoria — puxei o saco agora bem direitinho. Eles dizem o seguinte: *“Sabe quanto custou a CEMAR, na época?...”*

No dia 16/6/2000, a receita do leilão foi 287,70 dólares; dívidas de transferidas também de 158 milhões de dólares... 158 mil dólares. Então, o total dela foi 446,70 mil dólares... Mil dólares, não, milhões... É, mil dólares. Só que ele não disse para ninguém que o BNDES entrou com financiamento quase que 80%. Não sei no caso dela, mas a maioria pegou Fundos de Previdência e não tem um capital externo nessas privatizações feitas pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, que deve ser responsabilizado também. A CPI vai ter que ter condições de enfrentar essa dificuldade. E aqui foi Pennsylvania e Light, que dá 100%.

Enquanto ela subiu o preço da tarifa, o BNDES — está aqui o nosso Presidente, o Relator não está presente, mas quem estava lá, como o Edio Lopes, como o Junqueira... — foi baixando o juro. E era contrato de 15 a 25 anos. Todas elas não estão devendo mais um tostão. É um negócio da China! Para 20 anos já pagaram tudo, estão com um lucro. Agora, onde é que vai? Política e ideologicamente, em cima da questão tributária, que é simpática a todos nós. Nós sabemos que a carga tributária no Brasil não é essa coisa que nós queremos, mas não podemos responsabilizar pela questão dos lucros absurdos das privatizações no Brasil simplesmente a carga tributária, que é muito fácil. Por que é que ele não defende a microempresa? A média empresa?

Então, gostaria de chamar a atenção de todos porque a questão é política. Não é pegar o representante da CEMAR aqui e querer botá-lo na fogueira santa, não é isso. Ele não podia dizer outra coisa, senão isso. Agora, eu chamaria o Governador ou o Prefeito, porque pelo retrato que eles mostraram ali as estradas



aqui estão tão ruins quanto as do Ceará, ouviu? Podem olhar que nas fotografias, onde os carros estavam fazendo (*ininteligível*) precisam melhores estradas para usar a empresa.

Pois bem, meus senhores e minhas senhoras — e temos responsabilidade suficiente — a agência reguladora tem que explicar muita coisa, porque eles dizem que a tarifa é autoridade dele, mas ninguém diz que um bocado de funcionários que estavam no setor elétrico hoje estão na agência reguladora e vice-versa. Essa relação promíscua, essa relação horrível politicamente que se dá nós também temos que levar em consideração

Portanto, eu queria colocar isso para uma reflexão, sem entrar entre o bem e o mal, mas, politicamente, como podemos resolver, porque energia é desenvolvimento, principalmente o Maranhão que terá a maior refinaria do País, o Ceará, a segunda, e Pernambuco, outra. Isto significa mais emprego, mais gente, mais formação de gente, etc. e tal, e a energia terá a sua importância. Agora, não dá para ter esse comportamento entre as distribuidoras de energia elétrica que não investiram nada, ganham muito bem e ainda vêm para cá posar... Querem a tributação, querem a luz do campo, querem o gato... que é o responsável por tudo isso. Longe dessa ideia. Eu chamo a atenção das pessoas para que façam uma reflexão, porque nós não queremos acabar com elas. Nós não queremos voltar à estatização, porque não tem mais jeito, mas nós queremos respeito com a economia do nosso País e respeito com o meu povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Queria que o Dr. Leoni Piani e a Dra. Lívia Cavalcanti registrassem as perguntas para, no momento oportuno, respondê-las.

Dando continuidade, passo a palavra à Dra. Denise Gasparinho, Superintendente do PROCON.

A SRA. CLÁUDIA DA COSTA SILVA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Infelizmente, a Superintendente do PROCON não pôde se fazer presente devido a viagens e atraso de voo, mas gostaria de fazer a ressalva de que nós estamos aqui ajudando a comunidade no sentido de reclamações, apesar de não ser de fato o foco desta audiência pública.



Mas já agradeço, desde logo, ao Deputado Eduardo da Fonte; à Dra. Lízia Cavalcanti, uma pessoa que está muito presente lá no PROCON, que nos ajuda muito e a gente tem sempre uma parceria muito legal com ela; ao Dr. Carlos Piani, Diretor-Presidente da CEMAR; ao Dr. Marcos Caldas, Deputado Estadual; ao Dr. Hélio Soares, Deputado Estadual; ao Dr. Nonato Aragão, Deputado Estadual, que foi quem nos convidou muito gentilmente para esta audiência; ao Dr. Washington Luís; ao Dr. Domingos Dutra, Deputado Federal; ao Dr. Pedro Fernandes; ao Dr. Pinto Itamaraty, Deputado Federal; ao Dr. Cleber Verde; ao Dr. Chico Lopes; ao Dr. Edio Lopes, e Marcio Junqueira.

Infelizmente, por uma questão técnica do CINDEC, o cadastro que trabalhamos no PROCON, alguns dados da CEMAR foram perdidos, porque os *backups* não foram feitos da forma certa. E o Ministério da Justiça, em Brasília, conseguiu resgatar alguns dados que, infelizmente, não pudemos lançar no *ranking* das mais reclamadas este ano por uma questão de segurança e de responsabilidade da Superintendência do PROCON. Mas, dentro do que a gente tem levantado e que não impede que no ano que vem a CEMAR possa figurar, a gente... Eu fico até numa situação complicada de desdizer o que o Presidente falou, porque, na verdade, temos 887 reclamações só no PROCON, e que se fosse liberar no *ranking* ele estaria em segundo lugar. A maior parte delas era referente a essa questão de cobranças indevidas e acusações de furto de energia. No mais era uma coisa bem simples. É só uma ressalva, um adendo à questão que está sendo discutida, e que a gente se coloca à disposição de todos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ao Relator que ficasse registrada a afirmação da Dra. Denise Gasparinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Perdão. É a Dra. Cláudia da Costa Silva de Oliveira, que está representando a Dra. Denise Gasparinho.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Perfeito.

A representante do PROCON afirma que os números ora apresentados aqui pelo representante da CEMAR não condizem com a realidade.



Então, eu gostaria que isso ficasse registrado no relatório da CPI, aqui na cidade de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Muito obrigado, Deputado Marcio Junqueira.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma palavra, por favor. Carlos Piani, da CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Eu gostaria que o Dr. Carlos Piani aguardasse só um pouco, porque vamos dar continuidade aqui aos trabalhos e, logo em seguida, vamos passar às respostas que certamente serão muitas.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - É porque a acusação, Presidente, foi um pouco forte. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Eu gostaria que o senhor aguardasse só o momento adequado.

Eu, dando continuidade, vou passar para o Sr. José Maria Borges, líder comunitário do Coroadinho, para fazer uso da palavra. V.Sa. vai dispor de até 10 minutos, representando aquela área, Polo Coroadinho.

O SR. JOSÉ MARIA BORGES - Boa tarde a todos e a todas. Nobre Presidente Cleber Verde, em nome de quem saúdo os demais membros da Mesa, eu tenho uma vida comunitária há muito tempo e trabalho no movimento comunitário na área do Polo Coroadinho. Fui, por 4 mandatos, Presidente da associação dos moradores daquele bairro. Em seguida, fui Presidente do Conselho das Entidades do Polo Coroadinho, que agregava 64 entidades comunitárias. Hoje, não sou mais Presidente, mas entrei na chapa da atual Presidente e sou o Vice-Presidente do Conselho das Entidades, o qual estou representando aqui. E, como líder comunitário, você sabe que a gente recebe muitas reclamações, e o povo humilde acha que o líder é o Prefeito do bairro, ele tem que responder por tudo. Mas eu quero dizer para vocês que há mais de 20 anos que as reclamações da CEMAR são constantes, sem parar, sem trégua. Nos últimos 8 anos, aumentaram muito mais e nos últimos 2 anos foram piores. Nós chegamos até a pedir socorro ao Ministério Público, e eu gostaria de, mais uma vez, aqui, ressaltar, homenagear e agradecer à Dra. Lízia Cavalcanti, que, em nome do Ministério Público de Defesa do Consumidor, nos prestou um grande socorro ao Polo Coroadinho. Ela não teve medo dos



grandes. Ela foi em frente e conseguiu nos defender, no caso dos medidores que não corriam normalmente. Mas eu quero dizer, Dra. Lízia, que até hoje ainda tem medidor que está nessa situação.

Esta semana mesmo, nós conseguimos desligar todos os congeladores de uma casa, mas os medidores continuavam rodando além do normal. Mas, como eu não posso tomar muito o tempo, se eu fosse aqui citar as reclamações da comunidade, que o povo humilde reclama no bairro, uma tarde não daria, nem a noite, para eu citar uma após outra. Mas a gente como líder do Polo Coroadinho que agrupa hoje até o Coroado, gente do Sacavém, todos nos procuram para contar histórias a respeito principalmente da CEMAR e de outras coisas que faltam para a nossa comunidade. Recentemente, por exemplo, um moço da Rua Araci Campos, no Sacavém, reclamava que ele, com 3 bicos de luz, uma pequena televisão e uma pequena geladeira, estava recebendo uma conta de 600 reais, lá naquela rua do Sacavém. E um da Vila Natal reclamava de uma conta de 400 reais, com apenas duas lâmpadas. Mas o que foi mais grave e que me chamou a atenção — e eu estou até com essa senhora aqui — é o caso de um casal de idosos, na Rua Bom Jesus, chamada de Rua do Poço, porque antigamente não tinha água no Polo Coroadinho, e a gente se servia era do poço, e nessa Rua Bom Jesus tem um poço.

Essa referida casa foi comprada do Sr. Domingos, que nós chamávamos de Domingos Caladinho — há mais de 20 anos que eu o conheci —, por esse casal de idosos. E, recentemente, não está com 15 dias, que uma equipe de uma empresa que representava ali a CEMAR entrou na casa desse casal de velhinhos, da senhora Maria José Martins Rodrigues, esposa do Sr. Antônio Rodrigues, que está muito doente e vive acamado. Essa equipe da CEMAR entrou lá, sem piedade, dizendo que lá havia um gato. Um casal de idosos comprou a casa há mais de 20 anos e nunca soube de gato nenhum. Mas disseram que havia um gato naquela casa. Essa equipe da CEMAR entrou naquela residência, quebrou parede, quebrou parede, quebrou parede, e esse senhor passando mal. E essa senhora pediu até: *“Pelo amor de Deus! Não faça isso, pois o meu marido está passando mal”*. E eles: *“Não. Aqui tem um gato, e nós vamos quebrar”*. E quebraram a parede.

Meu Presidente Cleber Verde, para a nossa tristeza, esse senhor terminou indo para o hospital, no Anil, pedir socorro para a saúde, porque ele passou mal. Eu



fiquei revoltado e, como líder comunitário, eu ia denunciar isso na polícia, mas como iria ter esta reunião aqui, eu deixei para denunciar perante a Promotoria Pública, a quem hoje cobro reparação por danos morais àquela família de idosos. E o Cleber Verde também conhece esse pessoal, o Nonato Aragão também conhece. E quero dizer que achei muito injusto o que fizeram com essa senhora e com esse velhinho que terminou indo para o hospital, passando mal. Em seguida, com o papel que deixaram para ela, ela foi lá na CEMAR para saber o tamanho da multa dela desse gato que eles disseram que havia na casa dela.

Os representantes da CEMAR foram ao computador e buscaram em todos os setores que podiam e disseram: *“Não, aqui não consta nenhum gato e nem consta nenhuma multa para a senhora coisíssima nenhuma. A senhora não deve nada aqui”*. Mas em seguida eles voltaram lá, rebocaram de novo a parede, conseguiram uma tinta na mesma cor e pintaram. Mas lá está a pintura nova para provar que houve uma invasão de representantes da CEMAR e, como líder comunitário, eu exijo a punição a esses representantes que não são preparados profissionalmente para invadirem a casa dos moradores do Coroadinho, porque esse é um dos fatos que eu estou relatando aqui, mas muitos fatos desses acontecem no Polo Coroadinho, porque é um bairro de pessoas pobres. E as contas são exorbitantes, e às vezes as pessoas têm 2 bicos de luz.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Esta Presidência quer registrar que o que V.Sa. acabou de falar está registrado nos Anais e certamente vai ser manuscrito e certamente encaminhado aos órgãos competentes para providências.

Quero passar a palavra ao Sr. Ronaldo dos Santos Carneiro Diniz, que, nesta oportunidade, representa as comunidades da área de Itaqui-Bacanga.

Peço que deixe registrado o nome completo, CPF e endereço, para que nós possamos, no ato da ocorrência, registrar aqui na CPI e depois anotar. Pediria à Jesus que tomasse a providência de anotar os dados que o Zé Maria acabou de anunciar.

O SR. RONALDO DOS SANTOS CARNEIRO DINIZ - Cumprimento e saúdo a Mesa, em nome do Sr. Presidente, Deputado Federal Cleber Verde; a Sra.



Promotora Lízia Cavalcanti e o Sr. Deputado Federal Pinto Itamaraty. Sintam-se todos saudados.

Também saúdo todos os usuários que se encontram aqui, nesta Casa. Também quero aqui saudar com uma boa tarde, já quase à noite, toda a imprensa que aqui nos dá a satisfação de estar documentando esta audiência que é de suma importância para todos nós.

Senhores e senhoras, moro na área de Itaqui-Bacanga, uma comunidade de 56 bairros que representa um quarto da população de São Luís, onde se concentra o setor industrial de São Luís. Porém, nessas comunidades, Promotora Lízia Cavalcanti, concentram-se as famílias consideradas pelo Governo Federal de baixa renda, famílias essas que recorrem até ao benefício do Bolsa Família. Porém, essas famílias hoje, infelizmente, estão sendo — permitam-me aqui usar essa expressão — lesadas, porque, senhores e senhoras membros desta Comissão, uma família que usufrui de bicos de lâmpadas e um televisor, a concessionária CEMAR atribui uma tarifa de 407 reais! Meus amigos e minhas amigas, não se pode continuar com uma empresa que age desta forma com seus usuários. Não é possível continuar dessa forma.

Essa pessoa é um pai de família desempregado. E aqui eu faço um desafio a esta Comissão, aos senhores e senhoras que aqui estão: que peguem o endereço dessa família e vão fazer uma visita para, de fato, justificar se essa família tem disponibilidade financeira para pagar tal valor de consumo. Por ela não ter eletrodomésticos em sua casa, não pode ter um valor atribuído de uma natureza dessa. Também temos aqui casos semelhantes, de pessoas como o Sr. Jaime Ferreira de Carvalho Júnior, um pai de família que simplesmente usufrui de lâmpadas em sua casa e recebe uma tarifa de 115 reais mensais. Deputado Pinto Itamaraty, que é o Relator, peço que isso fique registrado, porque não pode continuar. Essas pessoas não têm como pagar um valor tão obsceno que a CEMAR tem atribuído a essas famílias que recorrem ao benefício do Bolsa Família para sustentá-las.

Também gostaria aqui de dizer aos senhores e senhoras que a Dra. Lízia Cavalcanti é ator principal nesta luta, nesta batalha, porque eu venho acompanhando, doutora, e sei que a senhora é uma Promotora brava que se irmana



à comunidade, que se irmana ao bem comum. Temos que nos ombrear nessa causa, porque aqui eu prestei bem a atenção em toda a explanação do Sr. Presidente da CEMAR, onde a responsabilidade maior é atribuída aos tributos que a CEMAR repassa. Porém, eu aqui gostaria de endossar as palavras do nobre Deputado, aqui me refiro ao Chico Lopes, que nos dá o prazer de aqui estar visitando o nosso Estado, a nossa cidade, pois ele foi preciso em suas palavras, Presidente, ao fazer as suas discordâncias, porque a realidade é esta: estamos aqui em uma audiência em que trazemos a insatisfação daquelas pessoas que não estão aqui. Mas como o companheiro Zé Maria acabou de retratar em sua fala, nós recebemos essas atribuições de trazer aqui as insatisfações dessa comunidade tão sofrida que, atualmente, é lesada porque recebe valores que sabe que não consome.

Uma família considerada de baixa renda não tem como consumir 300 quilowatts mensais de energia, gente! Isso é uma coisa que diverge, que distorce! Porém, eu quero aqui agradecer a oportunidade e o convite que me foi outorgado para estar aqui trazendo a insatisfação minha e daquela comunidade da área de Itaqui-Bacanga. É um momento que considero muito proveitoso, porque acredito nesta CPI, nesta Comissão, nos Deputados desta Casa, nas lideranças que aqui estão representando as suas comunidades, e aqui a representante do PROCON e também a brava Promotora, Dra. Lízia Cavalcanti. Senhores e senhoras, agradeço a todos que, diante do meu pronunciamento, me emprestaram seus ouvidos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Dando continuidade e considerando que o nobre Relator acolheu o requerimento do nobre Deputado Domingos Dutra, passo a palavra ao José Guilherme Carvalho Zagallo, que vai também ter 10 minutos, até 10 minutos, para...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, pela ordem, antes de o ilustre convidado se pronunciar, eu gostaria que o senhor solicitasse a cópia de todas essas contas ora aqui apresentadas para que constem também do relatório da CPI para futura análise junto ao Ministério Público. As contas que o Sr. Ronaldo dos Santos Carneiro Diniz tem em seu poder, eu gostaria de todas as contas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Serão tomadas providências, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO - Exmo. Sr. Deputado Federal Cleber Verde, Presidente da CPI; Sras. e Srs. Deputados Federais que honram o Parlamento brasileiro e aqui estão no Estado do Maranhão visitando e colhendo informações sobre essa importante tarefa, que é a apuração dessa questão tarifária em nosso País; Sras. e Srs. Deputados Estaduais, senhoras e senhores, eu falo aqui na condição de advogado do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão, que já desde 2001 vem sistematicamente representando pela má qualidade da energia elétrica no Estado do Maranhão, pela questão... A CEMAR já foi — infelizmente o Presidente da empresa não mencionou isso —, mas já foi multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica em relação ao critério de qualidade, mau funcionamento, má prestação do serviço de energia elétrica nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005, 2006. Provavelmente, existe uma apuração, alguns indicadores também foram ultrapassados em 2007, mas não há multa ainda nesse sentido.

Há também representação do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão em relação à questão do nível de tensão. Em muitas, muitas das medições que são feitas, o processo de amostragem, a energia está fora dos padrões técnicos que deveriam ser entregues aos nossos consumidores. Também no programa Luz para Todos há denúncias do sindicato, já desde 2005, reforçadas em 2007, sobre problemas na condução do programa, com reflexos na questão tarifária. Desde agosto de 2006... A CEMAR foi a primeira empresa que incorporou na revisão tarifária de 2006 um reajuste de 4,25 pontos percentuais em função da incorporação de custos adicionais causados pelo programa Luz para Todos.

No histórico da questão de energia, da qualidade de energia, não é o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a CEMAR tem um histórico sistemático de descumprimento de multas; 2001, 2002, houve uma renegociação em 2004, após a privatização, que fixou metas de qualidade, ou seja, quantas horas e quantas vezes poderia faltar energia em cada conjunto de consumidores. E os conjuntos são hoje... Cada município representa um conjunto de consumidores. Nós passamos a ter em 2004 metas bastante elásticas, das maiores que existiam no



Brasil, e isso não é bom. Significava que nós poderíamos ter municípios com uma longa duração de falta de energia sem que isso representasse qualquer tipo de punição. Por exemplo, no ano passado, o Município de Paulino Neves tinha como meta 257 horas de falta de energia. Poderia faltar energia... Existem metas mensais também, que é 30% da meta anual, mas, na meta anual, se faltasse energia até 11 dias no Município de Paulino Neves, em dias descontínuos, que não fosse no mesmo mês, não haveria nenhum tipo de sanção àquele, à companhia de energia elétrica prestando serviço naquele Município.

No Município de Bom Jesus das Selvas poderiam acontecer até 111 ocorrências de falta de energia, na questão de frequência da falta de energia. Isso é só para exemplificar quão elástica são as metas de qualidade que a CEMAR tem hoje. Os indicadores estão melhores, mas mesmo essa melhoria dos indicadores é criticada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A CEMAR já foi autuada, já foi multada pela ANEEL por ter o sistema de controle de qualidade... Não sei se isso já foi sanado, mas, no momento em que foi feita a fiscalização, em 2006, o sistema de controle das metas não era auditável para a ANEEL naquele momento.

O Sindicato dos Urbanitários representou sobre o item de qualidade ao Ministério Público Federal, em 2004, contra o Termo de Ajuste de Conduta, em 2005, e para, em relação às metas que foram fixadas para o período 2006/2009, metas que o sindicato entendeu muito elásticas. Ao Tribunal de Contas, em 2004, em relação ao Termo de Ajuste de Conduta, em 2005; à ANEEL todos os anos entre 2001 a 2006; à Controladoria-Geral da União nos anos de 2005 e 2006; ao próprio Governo do Estado do Maranhão, em 2004 e 2005, e ao Ministério Público Estadual em 2002, 2003 e 2005. Na questão dos níveis de tensão, é uma questão um pouco técnica, mas, para tentar simplificar, a nossa energia aqui para o consumidor residencial é de 220 *volts*. Pelas normas da ANEEL, a Resolução 505 fixa que a energia pode ser fornecida entre 201 e 231 *volts*, a tensão na tomada, se for medida.

Este é um parâmetro considerado normal. Abaixo de 201 e acima de 231, essa energia estaria baixa ou elevada demais e isso causaria riscos ao consumidor. Há limites... Esses limites são considerados limites de tensão precária. Existem limites mais extremos ainda, tanto de baixa quanto de alta, que seriam, salvo



engano, 189 *volts* e 233 *volts*, que seriam níveis precários, ou seja, se a energia chega a esses patamares, isso representa um risco mais elevado ainda. E criou-se um sistema de indicadores de DRP e DRC — Duração Relativa de Frequência da Energia em Condição Precária ou em Condição Crítica. O ideal é que esses indicadores sejam de 0%; que a qualquer momento qualquer consumidor, ao ter medida sua energia, nunca tenha ela abaixo de 201 *volts* e nem acima de 231 *volts*. Se a energia estiver nessas condições, não há queima de equipamentos, não há transtornos à população, prejuízos ao comércio.

Aqui houve épocas, e houve sim melhorias, algumas registradas aqui, 17 subestações funcionavam em sobrecarga; havia municípios inteiros que, às 17 horas, o período de ligação de uma boa energia residencial, alguns tipos de equipamentos não funcionavam; compressores, refrigeradores, determinados equipamentos elétricos que precisam de um nível de tensão para eles darem a partida. Estou tentando traduzir para uma linguagem não técnica expressões de cunho mais técnico. Pois bem, isso ainda acontece em larga escala, por exemplo, na Baixada Maranhense. É um problema inclusive que atrapalha o funcionamento da Justiça. O Poder Judiciário maranhense firmou um Termo de Ajuste de Conduta com a CEMAR para melhoria das condições de energia elétrica em muitos fóruns pela queima sistemática de equipamentos. Isso foi ao longo do ano passado.

Não temos notícia se essa situação já está controlada, mas o fato é que, periodicamente, a ANEEL sorteia, para o nosso número de consumidores hoje, próximo aí a 1 milhão e 800 mil, ela sorteia uma amostra de 210 consumidores para que, a cada 3 meses, seja feita uma medição; como é que está o nível de tensão; se a tensão está entre 201 e 231 *volts*. No ano de 2005 foram feitas 845 medições dessas, aleatoriamente. O computador da ANEEL sorteia entre os diversos Municípios do Estado. Desses 845 medições, 418 indicaram desvios, indicaram que a energia estava... Geralmente, no nosso caso, é para baixo, nosso problema é de baixa tensão, mas também casos em que a tensão está elevada, está acima do que seria o limite legal. Isso dá um indicador de 49% das medições realizadas.

Ora, como isso é aleatório, isso é mais ou menos um retrato da energia no Estado. Isso significa que, na média, se essa amostra representa, for extrapolada para todos os consumidores do Estado, 49% dos consumidores de energia em 2005



no Maranhão tinham energia fora do padrão. Em média, coincidência, um DRP médio e um DRC médio de 9,17 e 5,95%. Em 2006, esse número, 860 medições realizadas, 484 medições fora do padrão. O indicador sobe para 56%, ou seja, houve uma relativa piora em relação aos números de 2005, com o valor médio de DRP naquele momento foi de 13,45% e 8,68 para o DRC, que é o crítico. O valor médio da compensação devida, nós fizemos uma projeção em relação à fatura média, que era de 48 reais naquele ano, em média, cada consumidor teria... A legislação permite isso e pouca gente sabe disso, pouquíssima gente sabe disso: se você tem a energia abaixo ou acima dos limites legais, o consumidor tem o direito de pedir uma, primeiro, uma verificação de nível de tensão.

A empresa instala um equipamento durante 7 dias, e a cada 10 minutos faz uma medição automática, faz na entrada do ramal, da residência, do edifício, enfim, do consumidor. E, se for... Eu mesmo já fui beneficiário, já fiquei 3 meses sem pagar energia elétrica porque o nível de energia elétrica da minha ligação estava tão precário que a multa era maior do que o valor da conta; já fui beneficiário em causa própria dessa... Só que menos por ano, talvez mil, 2 mil consumidores acessam esse direito. É uma informação desconhecida da maioria dos consumidores. Já foi objeto de debate nesta Casa, aguarda nesta Assembleia a aprovação de um relatório na comissão técnica que foi designada para isso, não é o foco desta Comissão, mas o que nós queremos ilustrar? A qualidade da energia: 2005, muito ruim; 2006, muito ruim; em 2007, 444 de 840 medições, 53% ainda, houve uma melhora relativa de 56 para 53, mas ainda um indicador muito ruim.

Então, nós pagamos a segunda energia mais cara do Brasil; pagamos por uma energia de primeira, a empresa diz que há muitas dificuldades, mas temos uma energia ainda de péssima qualidade. Os indicadores DEC/FEC exibidos pela empresa mostram que, apesar da melhoria, ainda estamos longe de ser, de estar entre os melhores indicadores na frequência quantas vezes falta energia e quantas horas falta energia em média para o consumidor. E no item de qualidade do nível de tensão, que é inclusive o que causa grande parte das reclamações de queima de equipamentos, de transtornos à população, também estamos muito ruins. A projeção que fizemos... Claro que isso são dados extrapolados a partir de uma média, mas haveria um potencial até, no ano 2006, de 251 milhões de reais em compensações



aos consumidores por essa energia de má qualidade — claro que isso é uma extração, isso não é um dado científico preciso, precisaria de uma amostragem mais ampla provavelmente — e de 309 milhões. Então, desse 1 bilhão de reais que a empresa lucra entre 2005 e 2008, quase metade disso poderia ter sido consumida, se verdadeiros esses números, essa extração, apenas com compensações em função de problemas de nível de tensão.

Esse assunto foi levado ao Ministério Público Federal pelo Sindicato dos Urbanitários em 2006; ao PROCON, em 2005; ao Ministério Público Estadual, em 2008 — a nossa Promotora Lívia Cavalcanti está tratando do assunto — e tem um Termo de Cooperação Técnica com a Assembleia Legislativa em 2008 para tratar desse assunto. Por último, na questão do programa Luz para Todos, já mencionei que desde 2006 há uma denúncia, tramita no Tribunal de Contas da União a Tomada de Contas 017075/2007-4, que foi recebida e está em fase de diligências, sobre esse assunto. Por quê? Os prováveis, possíveis problemas, melhor dizendo, no programa Luz para Todos podem ter reflexos nessa tarifa que nós temos. Desde 2006, nós tivemos um primeiro reajuste; daquele reajuste que foi concedido naquele ano, 4,25 pontos percentuais foram para compensar a elevação de custos da empresa pelos custos adicionais causados pelo programa Luz para Todos.

Então, isso está em apreciação no Ministério Público Federal desde 2005, as 2 representações, 2005 e 2007; no Tribunal de Contas, 2005 e 2007; na Controladoria-Geral da União também nesses 2 anos e na ANEEL em 2007. Então, em síntese, o Sindicato dos Urbanitários do Maranhão acha, acha não, tem denunciado a má qualidade da energia elétrica no Estado do Maranhão no que diz respeito aos seus indicadores de qualidade, no que diz respeito ao seu nível de tensão e possíveis problemas também na condução do programa Luz para Todos, que tem também reflexo sobre a fixação da tarifa. É preciso, é necessário que esses estudos sejam aprofundados.

O sindicato foi informado nesta manhã dessa audiência pública, mas tem dezenas de documentos, quilos de documentos, a dar suporte a todas essas alegações; pode encaminhar à Comissão, é só preciso ser informado como fazer, se faz na Secretaria da Casa, se faz direto ao Parlamento, mas todas essas denúncias estão devidamente fundamentadas em relatórios, alguns relatórios da própria



ANEEL, relatórios de fiscalização da ELETROBRÁS no programa Luz para Todos, relatórios da própria ANEEL, no sistema de qualidade. Enfim, todas as denúncias que foram feitas foram calcadas em documentos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - A Comissão já viu e solicita a V.Sa., Sr. José Guilherme Carvalho Zagallo, que possa encaminhar à Comissão Parlamentar de Inquérito a documentação ora apresentada e outras mais que porventura não esteja nesta oportunidade em seu poder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só pela ordem. Eu pediria a V.Exa. que também requisitasse o ajustamento de conduta referido pelo depoente, realizada pela Companhia e pelo Poder Judiciário; o item também igual, com a Assembleia Legislativa; também o ajustamento de conduta que a Dra. Lízia afirmou que vai ser homologado amanhã pelo Conselho Superior do Ministério Público; que também pedisse a tomada de contas especial referida no depoimento do Dr. Guilherme Zagallo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Feito o registro, será encaminhado pela relatoria que irá tomar as devidas providências.

Mas antes de passar para a lista de inscrições, que certamente irão fazer o uso da palavra para o debate, nós gostaríamos, antes mais nada, que fosse apresentada uma reportagem que me chamou muita atenção na *TV Mirante*, uma reportagem do *Jornal Mirante*, que eu gostaria que pudesse ser exibida, para que nós pudéssemos assisti-la, porque diz respeito exatamente ao assunto que aqui estamos tratando, que vai nos ajudar certamente a ...

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Bem, Srs. Deputados, Promotoria aqui presente, a reportagem é uma matéria que diz muito respeito à questão; é um relato de uma reportagem feita na zona rural de São Luís, que certamente é uma reclamação que a CPI tem recebido inclusive de outros municípios do Estado e que, por si só, já nos basta para alguns questionamentos.

Eu e o Deputado Pinto Itamaraty, o Relator, vamos iniciar o rol de perguntas. Mas, inicialmente, eu gostaria de dizer a todos que esta matéria já está incorporada à CPI, já está conosco, já está imposta à CPI. Inclusive, já tiramos xerox daquilo que foi apresentado pelos oradores.



Gostaria de perguntar ao Dr. Piani, primeiramente, o que dizer de uma situação como essa registrada nessa reportagem, que é, na verdade, o retrato fiel de centenas, dezenas, talvez, milhares de casas em todo o Maranhão, exatamente a exemplo daquele senhor da zona rural que tem 2 pontos de luz, e a conta de energia chega exatamente naquele valor de mais de 400 reais. O Presidente, na sua fala, na entrevista, dizia que chega a comprometer 20%. Nesse caso aqui compromete toda a renda daquele cidadão. Ou seja, mais de 460 reais; portanto, mais de um salário mínimo, que certamente compromete toda a renda. Como fazer para pagar uma conta tão alta?

De acordo com a informação da assessoria, deve-se solicitar uma revisão e, uma vez constatada a cobrança indevida, providenciem tomadas. Que providências são essas? O que a CEMAR está fazendo para evitar que contas tão abusivas cheguem a casas de famílias como essas que foram colocadas na reportagem, ou a exemplo dessa senhora, por exemplo, Dona Laura Maria Costa, cujo esposo está presente aqui, que pagava uma conta de 4,22 reais em fevereiro de 2002 e, em agosto de 2009, paga uma conta de 126,73 reais? Esse é um exemplo de tantos outros que, certamente, podem ser apresentados à CPI, a comprovação dos abusos na cobrança da tarifa de energia elétrica.

Queria perguntar ao Dr. Leoni... Aprovei inclusive um requerimento na CPI pedindo os registros das últimas audiências públicas realizadas no Maranhão, nos 5 últimos anos, com a quantidade de pessoas, quem esteve presente, onde foi registrada, por exemplo, a convocação da comunidade para estar presente na audiência pública, para decidir a respeito dessa cobrança de energia e do aumento da tarifa de energia.

Digo isso porque, recentemente, houve uma audiência pública onde foi registrado — e eu queria que fosse confirmado pelo nobre diretor — que a ANEEL estava presente, e foi nessa audiência, há 2 meses, confirmado um possível aumento. Pergunto se houve, de fato, esse aumento que foi divulgado e as informações, que até o momento não chegaram à CPI, referentes a essas 5 últimas audiências públicas realizadas no Estado no tocante ao aumento da tarifa de energia elétrica com os principais representantes, as pessoas, as quantidades de pessoas, quem estava presente às audiências que permitiram à ANEEL autorizar os reajustes.



Segundo, quantas famílias ainda não foram atendidas no Maranhão, pelo programa Luz para Todos? Porque há um registro nas reuniões da CPI em Brasília que apontam um aumento da tarifa de energia e do preço da energia, em especial no Estado, pelo fato da universalização do atendimento.

Constam, nos nossos registros, que mais de 100 mil famílias ainda não foram atendidas pelo programa Luz para Todos. Gostaria de saber quantas famílias ainda não foram atendidas; quais municípios ainda não foram atendidos. Se for possível, gostaria que nos fosse informado nesta oportunidade; se não, que fosse enviado esse requerimento que é extremamente importante para o relatório final desta CPI.

Em minhas mãos, tenho uma matéria do dia 21 de junho de 2009, que informa que a CEMAR teria que pagar 5 milhões em indenizações para consumidores exatamente em função de terem sido lesados por medidores digitais adulterados da companhia, considerando que o laudo técnico realizado por profissionais na Universidade de São Paulo, em conformidade com que constatou o Ministério Público do Maranhão, ouvida a Promotora Lídia Cavalcanti, foi registrada essa multa, essa indenização. Gostaria de saber se já foi paga essa indenização à população do Estado e quais são os procedimentos que estão sendo tomados para que, de fato, essa decisão se confirme no sentido de indenizar a população maranhense.

Gostaria de saber quanto a CEMAR recebe do Programa CDE, que é exatamente a Conta de Desenvolvimento Energético que é cobrada de todos os consumidores, que só este ano vai importar um valor aproximado de 2,9 bilhões de reais. Quanto a CEMAR recebe desse recurso e de que forma é repassado aos consumidores de baixa renda, principalmente quando se constata uma realidade que nós apresentamos aqui no vídeo da reportagem da *TV Mirante* e de contas que estão em nosso poder que não são apenas essas, mas dezenas e centenas de contas? Há esse exemplo de consumidores de baixíssima renda que deveriam ter uma conta, exatamente como o senhor mesmo colocou, de aproximadamente 8 reais e que estão pagando aí 120, 160, 490, conforme a reportagem que se apresentou.

Por último, eu queria fazer eco às palavras do Deputado Chico Lopes que, ao sair, manifestou... Porque, de fato, as empresas que são fornecedoras de energia



elétrica sempre questionam e colocam como um dos parâmetros a questão da carga tributária. Na verdade, vem ser a saída para justificar uma cobrança tão alta. Mas, mesmo com um percentual pequeno, conforme dito aqui pelo Presidente, de um pouco mais de 20%, que fica para a CEMAR, a Companhia Energética do Maranhão apresenta, de acordo com a revista do BNDES, que está em nossas mãos, uma rentabilidade, nos 12 meses anteriores a julho de 2007, de mais de 37% de rentabilidade referente ao patrimônio líquido, sendo a terceira colocada dentre todas as empresas do Brasil no *ranking* de rentabilidade do patrimônio líquido dos 12 meses anteriores a julho de 2007.

Portanto, são esses os registros que faço nesta oportunidade para que o nobre Dr. Piani, Presidente da CEMAR, possa nos esclarecer e aquilo que não for possível esclarecer, encaminhar à CPI com a maior brevidade, considerando o tempo de duração da CPI, para que nós possamos concluir os nossos relatórios.

Ademais, passo a palavra ao Relator para fazer uso da palavra e fazer seus questionamentos a quem achar conveniente fazer.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Inicialmente, boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Cleber Verde, que preside os trabalhos.

Inicialmente, eu queria solicitar da Dra. Lívia, de acordo com o que foi colocado, que foi feito um inquérito em relação ao desacordo da Resolução nº 456, se o inquérito está concluído e, se concluído, que fornecesse uma cópia para a CPI.

Também queria solicitar da senhora a conclusão do inquérito que deu origem à troca dos contadores dos registros, que naquela oportunidade eram analógicos, para os digitais. Porque ali ficou visível que muitos não estavam condizendo com a realidade daquilo que determinava o INMETRO. Que também fosse fornecida a cópia desse inquérito para a CPI. Também deve chegar ao PROCON e a sua Promotoria, chegar também a essa Casa e também à Direção da CEMAR, um inquérito de autoria do Relator dessa Comissão, subscrito por mim, solicitando também todas as informações que deram origem às denúncias da substituição dos contadores do Estado do Maranhão. Dessa forma, gostaria de contar com a contribuição da senhora.

Logo em seguida eu passo a palavra para a senhora. Só um minutinho.



Eu queria, inicialmente, pedir também, solicitar da direção da CEMAR toda cópia do material aqui apresentado. Isso nós estamos fazendo em todo o Brasil, em todos os Estados que estamos participando com a CPI, para que, no final dos trabalhos, nós possamos confrontar as informações de cada concessionária e as informações que foram mostradas nas audiências públicas e depois buscar a veracidade dos fatos, se condizem com aquilo que foi mostrado aqui.

Foi mostrado aqui, e eu queria deixar essa pergunta, que na zona rural do Maranhão a média é de 39% e no País a média é de 22%. A pergunta é se exatamente pelo número maior de consumidores na zona rural isso é um ponto preponderante para que o consumidor maranhense pague mais pela sua energia.

Desde quando foi privatizada, salvo engano, a CEMAR também passou a cobrar, passou a incluir nas suas contas, nas contas de grande consumo, uma energia chamada de energia reativa. Muitas vezes a gente ouviu reclamações e as explicações dadas na época pelas pessoas, nas emissoras de rádio e TV, é que energia reativa era aquela energia perdida que tinha que ser cobrada do consumidor por serem aqueles consumidores que trabalhavam com alto consumo e todos aqueles equipamentos que trabalhavam com relés, que precisavam disparar, como congeladores, aparelhos de ar-condicionado, entre outros. Gostaria também que a direção passasse essa informação.

No mês passado, na Paraíba, após o início da CPI, foi feita uma discussão e lá, naquela oportunidade, foi averiguada uma cobrança elevada, que resultou no ajustamento de conduta da concessionária, a sociedade civil e também a ANEEL, em uma redução de 15% naquele Estado. Aqui no Maranhão, segundo informação que foi demonstrada, houve uma redução de 1,64%. Eu queria também que passassem essa informação por que chegaram à conclusão que tinham de reduzir em 1,64% aqui no Maranhão, se dentro dos cálculos feitos não poderia ter reduzido, eu diria, com maior percentual. Também gostaria de obter essas informações.

A Companhia de Roraima declarou que fica, do que é cobrado, com uma faixa de 22% e a CEMAR declarou que fica com 37%. É a parte que a CEMAR fica. Também gostaria que nos dessem essas informações também.

Eu gostaria também que a CEMAR informasse aqui, se possível, mas ainda que informasse aqui que viesse também para a relatoria da CPI, o lucro efetivo dos



últimos 5 anos para que a gente também pudesse estar colocando no relatório desta Comissão.

Aqui ficou demonstrado que a CEMAR configura, no momento, como uma das empresas com o menor número de reclamações, o que foi contraditado pelo PROCON. O PROCON aqui disse que a CEMAR, de acordo com relatórios, de acordo com o número de reclamações, está figurando como uma das empresas com o maior número de reclamações. Eu também queria — na hora o senhor ia passar alguma informação ou contraditar — que fossem passadas essas informações. Ao mesmo tempo, solicito ao representante do PROCON o relatório dessas informações, inclusive os casos que foram solucionados e os casos que ainda estão para ser solucionados também.

O José Maria Borges, representante de Coroadinho, fez aqui uma denúncia muito grave, muito grave: que um casal de idosos teve sua casa invadida quando a CEMAR, a Companhia Energética do Maranhão, detectou um “gato” na residência dessas pessoas. Aquela residência foi invadida para ali serem quebradas as paredes para detectar se havia alguma “gato”. Gostaria também de explicações, se a presidência tem essas informações. Se não, que seja fornecida para a CPI, até porque para entrar na residência de qualquer pessoa, sem a permissão dos donos, só pode entrar se for com ordem judicial. Também gostaria de obter essas informações para constar no relatório desta Comissão.

Ao Ronaldo eu iria solicitar, mas ele já forneceu aqui, todas as contas de energia do consumidor de Itaqui-Bacanga, que nós vamos também estar colocando em nosso relatório.

Por fim, eu ia solicitar também do Dr. Guilherme Zagallo que já forneceu aqui todas as informações técnicas, inclusive algumas muitas graves que ele colocou aqui, que eu vou estar colocando no nosso relatório e, oportunamente, irei solicitar informações escritas direto da CPI para a CEMAR.

Por enquanto, eram esses meus questionamentos e aguardo oportunamente as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra, para responder os questionamentos já levantados, a Dra. Lízia Cavalcanti. Em seguida, o Dr. Carlos Augusto Leoni Piani.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu gostaria de sugerir que, após as respostas dos dois que foram citados agora, nós fizéssemos blocos de 3, 4 para agilizar o trabalho da CPI e não cansar tanto a população que aqui permanece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Vamos fazer, dando sequência ao que solicita o nobre Deputado, um bloco de 8 perguntas, que vai inclusive fechar com os participantes que fizeram registro, e inscritos, os nobres Deputados Federais e Estaduais. Em seguida às perguntas dos senhores comunitários que aqui estão, está sobre a Mesa para que possamos oportunamente passar e perguntar a quem devido for a pergunta.

Com a palavra a Dra. Lízia Cavalcanti.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Para encaminhar também, Sr. Presidente. A Dra. Lízia me questiona aqui se ela está sob juramento.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não, eu queria saber o seguinte. É porque eu recebi um convite. Então, assim, eu queria saber, nessa ordem, se eu estou aqui para colaborar com os trabalhos da CPI porque, no caso, eu tenho todo, claro, eu acho que toda a população tem interesse em ter um mercado de energia saudável e pagar uma energia justa, ou se eu estou aqui depondo. Qual é a qualidade eu estou aqui, porque eu recebi um convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quero registrar à Dra. Lízia Cavalcanti que vai estar aqui na condição de convidada desta CPI. Agora, os senhores convocados têm a obrigação de falar a verdade, que será obviamente...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não, inobstante de eu ter obrigação, isso faz parte mesmo da minha própria personalidade. Eu custumo realmente dizer a verdade em qualquer circunstância, viu Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Então, com a palavra V.Sa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só pela ordem.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - É porque eu fiquei assustada que eu digo... Quero saber pelo menos o que está acontecendo, né?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria fazer a seguinte sugestão para ajudar nos procedimentos. Parece-me que o maior volume de



questionamentos vai ser dirigido ao representante da CEMAR. Então, nesse sentido, eu sugiro que, para os demais convidados, se aproveite e se faça logo todas as perguntas que se tenha. Por exemplo, para a Dra. Lízia, que vai falar, eu tenho algumas perguntas bem objetivas, porque, aí, para a CEMAR, a gente daria um tratamento diferenciado, porque é a companhia que tem mais informações, tem responsabilidade. Eu acho que ajudaria na celeridade dos trabalhos. Ou seja, quem tiver pergunta para a Dra. Lízia, para o Dr. Zagallo ou para algum comunitário, que faça logo e responde em bloco, e deixaria a CEMAR, que tem essa função nobre de nos dar a energia para o nosso Estado, separado e de forma mais dirigida.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Na verdade, aqui só a doutora está como convidada. Obviamente que ela, na posição que ocupa, não tenho nem dúvida de que falará a verdade, porque sempre contribuiu e colaborou, e aqui ela está também como colaboradora. Aqui eu não perguntei; disse assim: a senhora tem que responder. Não. Apenas eu solicitei que fossem fornecidos os inquéritos para contribuir com o relatório da Comissão. Foi nesse sentido.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Deputado, para mim é uma grande honra, eu lhe digo de todo o coração, porque as lutas que a Promotoria do Consumidor tem enfrentado, ela tem enfrentado na figura de duas pessoas, que sou eu e um secretário, que trabalha até 2 da tarde. Então, quer dizer, para mim ter uma colaboração dessa magnitude é realmente uma honra, e se isso tivesse ocorrido há um pouco mais tempo e também nas próximas lutas que a gente tentando resolver e dar um respeito maior à questão do Maranhão... Porque me parece que as grandes empresas...

Eu não estou falando no caso de direcionado, mas, onde eu busquei, as grandes empresas não respeitam o consumidor maranhense. E elas vêm para cá para fazer tudo que não presta aqui no Maranhão. Isso daí eu cito vários casos de investigação com perícia técnica, porque eu não vou ser irresponsável de apontar onde eu não posso provar, porque eu posso reverter isso contra a minha pessoa. Então, no caso da Volkswagen, no caso da AMBEV, que ontem o pessoal da AMBEV estava aqui fazendo a maior festa dizendo que não tinha barata, mas eu estou com um monte de garrafão lá na Promotoria com inseto mesmo. Então, quer dizer, essa luta, ela é solitária, e eu queria assim que a Câmara Federal, que na



época que eu trabalhei na CPI da Pedofilia, com a Patrícia Gomes, e antes, com outros Deputados da Comissão de Direitos Humanos, eu sempre tive esse grande apoio.

Então, assim, para a gente mudar a concepção de um mercado como esse, que é o do Maranhão, e o consumidor maranhense, a gente precisa... Eu pelo menos eu lhe digo: sozinho é impossível. São grandes empresas mas, assim, vamos focar no caso da CEMAR, até em decorrência do adiantado da hora. Eu queria só, primeiro, esclarecer o seguinte: existe uma distinção entre a questão, que é a reclamação, a questão da tarifa, do valor da tarifa, que eu entendo, sinceramente, que é extremamente injusto, porque se você for buscar... Claro, vocês, Deputados andam no meio do povo mesmo; vocês vão *in loco* para ver como é que funciona a coisa, mas eu também, como promotora, eu não gosto de me deixar influenciar pelos ouvidos, pela opinião de outra pessoa. Então, sempre quando vem alguma coisa grave, que eu entendo que é grave, eu busco *in loco* verificar os fatos para poder tirar a minha conclusão; não deixar que outra pessoa me descreva os fatos. Então, assim, o pobre e o miserável, o pobre de São Paulo, do Rio, ele mora numa favela normalmente, mas ele tem um microondas, ele tem um DVD, ele tem uma televisão. O pobre do Maranhão ele não tem nada mesmo; ele tem só o bico de luz. E isso é verdade verdadeira mesmo.

O que os representantes comunitários falaram, e acho que não é novidade para os Deputados aqui do Maranhão, porque vão para o meio do povo mesmo para ver o que está acontecendo, realmente, o que a gente vê é o pessoal cozinhando na lenha hoje, nos dias de hoje, só com um bico de luz. Então, essa é a realidade da miséria, da pobreza do Maranhão. É diferente da pobreza do Sudeste e do Sul. Então, assim, no caso da CEMAR, eu vou fazer uma sinopse muita rápida, porque eu sei que vocês precisam aproveitar o tempo que estão presentes aqui no Maranhão.

As reclamações foram postadas ao Ministério Público pelos representantes do Polo Coroadinho, que, eu sempre digo, deram um exemplo de cidadania, porque muitos que a gente vê... Por exemplo, a questão da ANATEL, a questão das operadoras hoje, todo mundo briga, se joga na parede, mas ninguém faz uma peça perante o Ministério Público. Você está entendendo? Então, a gente vai e vai pelo



óbvio ululante. Então, no caso do Coroadinho, eles deram entrada na reclamação por quê? O que estava havendo lá, realmente, era, era assim, eu digo assim... Eu sou honesta com meus pensamentos e eu estou sendo muito honesta com a CPI. Acho que a CEMAR ela realmente errou, falhou, lesou, mas também entendendo o seguinte: que ela amadureceu e hoje ela está buscando um caminho como empresa, entendeu? Ela está tendo uma nova visão do mercado, ela está buscando respeitar mais o consumidor. Então, é isso que eu quero colocar, porque eu também não vou ser injusta com as coisas, já que eu tenho trabalhado em cima disso.

Então, na época, quando a gente buscava fazer as perícias que, na época, a Assembleia inclusive efetuou o pagamento das perícias do IE, que era o Instituto de Eletrotécnica da USP, e a gente foi nos locais onde havia o maior número de reclamação, houve casos, assim, que realmente doíam na alma da gente, até porque a gente é ser humano e a gente vê o ser humano naquele... Podia ser a gente também. Então, assim, teve caso de uma senhora, que eu lembro muito bem, que mora no Coroadinho, na Vila Natal, salvo engano, e que ela mora numa casa onde só tem um bico de luz. E não tem — isso é emblemático dos casos que eu estou colocando —, não tinha nem ventilador, não tinha geladeira, não tinha televisão. Não era uma coisa que, tipo assim, ah, a Promotoria está vindo aqui para fazer uma fiscalização. Não. Eu ia de rompante, tipo assim, vamos agora, e a gente ia. Então, não dava para organizar uma casa inteira, para esconder geladeira, fogão. Não tinha como. Podia dizer assim: ah, é preparado? Não era. Era uma coisa que eu fazia mesmo para verificar.

Assim, a gente chegou ao ponto de encontrar contas de 44 mil reais. Isso consta no inquérito; o inquérito civil público ele é público, qualquer pessoa pode ter acesso, pode pegar, pode tirar cópia. Então, o que houve? Durante esse tempo... Eu tive as minhas grandes dificuldades com a CEMAR, e a CEMAR sabe disso. Olha, todo mundo que brigou comigo está aqui presente, você está entendendo? Então, se a gente teve muitos desentendimentos, mas também o que aconteceu? Nós chegamos, fomos amadurecendo tudo isso durante um ano e, ano passado, no dia 6 de novembro, nós assinamos o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta. Nesse termo constava, como desde o início se sabia, que a CEMAR teria de ressarcir o consumidor lesado, principalmente o consumidor de baixa renda, que são pessoas



que englobam a maior parte dos consumidores do Maranhão. Então, o que houve? Só que, naquele momento, Deputado, infelizmente, os laudos da USP não estavam prontos, e isso me causou um dano muito grande, inclusive até mesmo na Promotoria, porque as pessoas iam lá, buscavam e eu não podia fazer nada porque eu não podia entrar com nada.

Eu só posso fazer um TAC se eu tenho munição para fazer, para entrar com uma demanda. Entendeu? Então, quer dizer, eu entendo isso, porque senão você não vai poder colocar o cara na parede para negociar — e o TAC é uma negociação. Eu estou errada? Não é isso aí? Então, eu deveria ter munição para poder chegar para a CEMAR: “Ó, você vai poder fazer assim, assim, vamos embora lá.” E eles iriam falar o que eles poderiam fazer. Mas eu, como no laudo, “Não, não vamos fazer”. Então, eu judicializo a questão. E, nessa época, eu não tinha elementos para isso, dia 6 de novembro.

Os técnicos, os peritos da USP vieram aqui, estavam aqui, nós assinamos, foi assim uma coisa realmente solene para haver a devolução, identificação das unidades consumidoras, devolução dos valores faturados a mais. E, além de tudo, o cancelamento de todos os consumos irregulares. Por que o cancelamento? Porque a forma como a CEMAR vinha fazendo fere frontalmente a 456, a Resolução 456 da ANEEL.

Então, houve tudo isso, a gente também fez perícia sobre qualidade de energia. Está na minha dependência a formulação de um termo, entendeu, de um termo de ajustamento. Agora, o que que acontece? Inobstante a assinatura do TAC, o pessoal de São Paulo não mandou... não remeteu os laudos para cá. Então, caiu num vazio, porque todo o tempo a gente ficava buscando uma... a gente ficava buscando a remessa desses laudos.

Então, assim, quando deu agora, agora neste momento, no dia 21 de junho, parece-me, assinamos o laudo definitivo depois que a perícia entregou esses laudos. E lá ficou constatado assim: você lê o laudo, mas na conclusão está confuso, você entendeu? Você lê o laudo e você vê que houve lesão ao consumidor sim. Agora, acho que a CEMAR evoluiu inclusive em termos de educação, de tratamento. Acho que também evoluiu, porque ela destratava o consumidor, inclusive chegou a me destratar — e eu estava com a arma apontada para a cara



deles. Entendeu? Então, chegaram a me destratar mesmo na Promotoria. Todo mundo aqui sabe disso, porque eles acompanharam tudo, entendeu? Mas isso é relevante.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quem chegou a te destratar, Sra. Promotora?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não isso é...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não, não. A CPI quer saber. Eu quero saber. Quem te destratou?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Sim, mas aí eu estou só fazendo um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas eu gostaria de saber, para que constasse...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Mas eu não quero. Não me importa, não me lembro mais.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, que fique registrado, Sr. Relator, que a Promotora...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Que isso, doutor?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - ...nós pedimos, nós gostaríamos de saber...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Eu não estou entendendo, eu estou querendo saber porque...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - A senhora disse aqui que pessoas te afrontaram, te ofenderam.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não. Isso foi um problema da época. E, se eu entendesse, naquele momento, Deputado, que eu estava sendo agredida de alguma forma na minha função, com certeza, não tenha dúvida, de que eu prenderia — prenderia, não, porque hoje vai para Juizado —, conduziria para a delegacia, porque quem bem me conhece sabe do meu trabalho. Agora, eu quero só lembrar que eu não estou aqui como depoente, mas, se quiser que eu esteja, não tem problema, o mesmo depoimento que eu estou prestando aqui eu presto em qualquer lugar. (Palmas.) (Manifestação nas galerias.) (Risos.) Pior que eu quero continuar, adoro



ser Promotora mesmo. Do fundo do meu coração, nem com a Procuradoria eu quero nada.

Então, o que ocorre? Nesse TAC, já com base nos laudos, que são laudos realmente confusos. A conclusão do laudo é confusa, e a gente sabe disso porque saiu uma matéria na *Carta Capital*, onde consta isso, ou seja, que precisam de complementação.

Então, diante de todos esses fatos, de tudo isso, a gente vê que, por exemplo, no caso, o Coroadinho, o Polo Coroadinho está há um ano e meio — que foi o que levantou a briga, a grande lide — nessa situação de não pagamento de conta, mas agora vai haver o encontro. Como o preço, o valor que eles vinham cobrando era absurdamente louco, assim, era totalmente fora de parâmetro... Aí eu quero dizer: não estou falando de tarifa, eu estou falando do inquérito civil público, que são 2. Então, não estou falando de tarifa, que é o objeto da CPI, eu estou falando da questão da leitura feita pela CEMAR.

Então, assim, como o valor é muito alto, então eu acredito que as coisas vão se encontrar. Agora, vai haver o ressarcimento, vai haver o cancelamento das multas. Inclusive eu acredito que alguns do Coroadinho já tenham recebido o documento constando que está havendo o cancelamento do consumo irregular de energia, que a gente chama de “gato”, que nem sempre é “gato”.

Agora, volto a falar, Deputado, os valores que o Deputado Pinto me questionou, isso foi uma especulação acho que da imprensa. “É quanto? É quanto?” A gente calcula... porque não tem como calcular, se ainda tem uma segunda etapa. E essa segunda etapa vai ser feita com o termo de ajustamento. Será colocado um perito, e já tem indicação do ITA, para fazer os cálculos individuais de ressarcimento. E fora isso, você calculando tudo isso, mais o cancelamento das multas por consumo irregular de energia, dá aproximadamente, eu acredito, mais de 5 milhões. Eu acredito, mas isso é mera especulação — eu quero deixar bem claro —, porque os valores exatos só depois, no decorrer. Porque essas questões, claro, a gente vai começar por quem deu o pé na bola, que foi o Coroadinho. Então, a gente vai começar, eu acho e vou até pedir que seja feito dessa forma, pelo Coroadinho, para valorizar a iniciativa.



Agora, no que se refere à questão do ressarcimento, aí sim, agora vai ser feito o recálculo e a devolução do dinheiro.

Agora, quero falar só mais esse tópico, porque eu sei que tá aperreado o tempo: a CEMAR era uma empresa horrível para mim, era uma empresa que não tinha respeito pelo maranhense, pelo consumidor. E isso 2 anos atrás. Eu digo do fundo do meu coração. E já disse para eles, entendeu? Porque você tem um grande poder, que é o consumo de produto de natureza essencial, que é energia. Ninguém vive sem energia. Até para você ter água você tem que ter energia elétrica. Então é complicado. Então, a gente acabava se submetendo à questão da CEMAR, até que houve toda essa... E acho que esse caso dos inquéritos foi mais educativo até para a CEMAR — claro que vai ter um ônus monetário, né — do que qualquer outra coisa, porque ela entra na nossa casa todo o dia, todo o tempo ela está lá. Então ela tem que respeitar o consumidor maranhense, tem que respeitar.

Agora o que eu vejo, o que eu observo — e aí quero fechar, para não me delongar e deixar vocês á vontade para perguntar o que quiserem, não tem problema —, e já chamei a atenção da CEMAR, é no que se refere às terceirizadas. Eu hoje vou para o Juizado toda a semana e faço umas 6 audiências. Hoje, o que está havendo? Está havendo as consequências do que houve durante a investigação, você está entendendo? Porque a gente mandava abrir inquérito, mandava lavrar o TCO, entendeu, para poder gerar os processos que hoje estão aí, entendeu, dos quais hoje a gente está tendo audiência.

Então, eu tenho realmente um volume muito grande de processos, mas, observando as datas, são todos de 2008. O fato gerador do processo é de 2008. Agora, para onde quero chamar a atenção? Hoje, acredito que melhorou, acho que ainda tem muito para melhorar, mas eu acho que deu um avanço. Agora, onde eu quero focar, Deputado, é na questão das terceirizadas. As terceirizadas da CEMAR estão ainda naquele tempo onde havia mesmo o coronel, quando a pessoa não tinha onde buscar ajuda. Porque realmente o fato que está sendo narrado aqui não é mentira. Eles entram mesmo, eles fazem mesmo, quebram a parede, eles humilham, humilham. Chega ao ponto de eu ligar na hora do fato acontecendo e o cara dizer assim: *“Então venha agora.”* E eu digo: *“Pois eu vou”*. E eu vou mesmo, entendeu?



Então, assim, é um negócio. Realmente, isso é uma verdade. E a CEMAR... infelizmente é uma terceirizada, mas a CEMAR vai responder, entendeu? Então, o que está acontecendo? a gente está todo o tempo com esse entrave por conta das terceirizadas, porque o que está precisando é o que o precisava a CEMAR fazer desde o começo: a questão da educação. Você vai entrar na casa de uma pessoa, você não sabe como ela está, se ela está doente, se ela perdeu um parente, se ela está se divorciando, se tem um filho numa UTI. Então, quer dizer, tem que ter essas cautelas, e eu acho que isso daí é uma questão somente de treinamento de pessoal.

Agora, eu fico à disposição de todos para... Eu me coloco mesmo à disposição para qualquer questionamento, mas só quero dizer que estou falando do inquérito civil. A tarifa de energia, na minha visão, é injusta, porque o Estado é extremamente pobre, e a pobreza daqui não é como é como a pobreza do Sul e do Sudeste, a pobreza daqui é a pobreza de não ter o arroz — você está entendendo? — é de não ter o que comer mesmo, é o estômago colado nas costas mesmo de fome.

Então, assim, a gente não pode comparar. E não é justo que um Estado tão pobre como o Maranhão pague uma tarifa tão alta como hoje é cobrada pela energia elétrica. E inclusive hoje a gente observa que a responsabilização de tudo, que, no caso, deveria estar presente aqui, seria a ANEEL, que não veio. Então, aí fica um pouco difícil de dar continuidade à discussão.

Obrigada. Era só isso que eu queria colocar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quero só registrar, Dra. Lízia Cavalcanti, que a ANEEL foi convocada tanto para cá quanto para o Maranhão, mas não compareceu. Na quarta-feira está sendo convocada para estar em Brasília, e esperamos que esteja ela presente lá.

(*Interrupção na gravação.*)

Então, vou fazer esse registro e dizer que a ANEEL foi convocada para a reunião da CPI na quarta-feira, em Brasília. A Comissão gostaria de receber cópia dos autos para que nós pudéssemos juntar. Desde já agradecemos. Vamos esperar essa documentação para juntar e formalizar nosso relatório.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Vou mandar. Não precisa nem formalizar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Agradecemos e vamos esperar.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu fiz uma sugestão no seguinte sentido: quem quisesse fazer perguntas objetivas à depoente que aproveitasse para fazer logo, para a gente depois não voltar ao assunto. Se V.Exa. a deferir, eu gostaria de fazer algumas perguntas objetivas à Dra. Lízia Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Eu gostaria, Dutra, que inicialmente ouvíssemos o Dr. Piani. Logo em seguida, vamos dirigir aos convidados perguntas e respostas bem objetivas. V.Exa. já está inscrito aqui para falar. Vamos falar em blocos de 6, para sermos mais objetivos.

O Dr. Carlos Augusto Piani vai responder as perguntas que foram formuladas a ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de esclarecer um ponto em relação ao PROCON. Foi afirmado que havia uma divergência de informação. A informação passada pela CEMAR foi fornecida por um superintendente do próprio PROCON, como reza o Código de Defesa do Consumidor. Eu tenho aqui a informação publicada pelo jornal *O Imparcial*, no dia 21 de setembro, dizendo que:

“O PROCON divulgou, na manhã desta segunda-feira, o ranking das empresas que mais receberam reclamações no órgão, no Estado do Maranhão, no ano de 2009.

Os dados fazem parte do Cadastro de Reclamações Fundamentadas de 2009.

Segundo o PROCON, foram 728 reclamações registradas, desde setembro de 2008, 84% já foram resolvidas.”

Foi dito pela representante do PROCON que havia mais de 2 mil reclamações da CEMAR. Aqui está dizendo que o total de reclamações é 728.



"A porcentagem de atendimentos no Maranhão é muito boa, comparada aos números de outros Estados".

A matéria cita quem são as 10 maiores empresas que lideram essas reclamações.

Então, eu gostaria que fosse consignado no relatório que a informação prestada pela Companhia foi uma informação pública, fornecida pelo próprio PROCON.

Eu gostaria de iniciar, em relação, primeiro, às colocações que foram feitas pelo representante do sindicato. É importante destacar, como eu coloquei anteriormente, que a Companhia, no ano de 2002, era uma empresa falida. A CEMAR era uma empresa quebrada, que o controlador, na época, a PPL, entregou a empresa porque achava que a empresa era inviável. Então, a Companhia, na época, tinha os piores indicadores em praticamente tudo: em qualidade de serviço, que é quantidade de horas em que falta a luz para o consumidor; no número de vezes que faltava luz para o consumidor; no nível de tensão. Enfim, em tudo.

E quanto a essa evolução que foi posta pelo representante do sindicato, a CEMAR apresenta a maior evolução do setor elétrico brasileiro de 2004 a 2008. Com certeza, não estamos onde gostaríamos, nem nós que trabalhamos na CEMAR. Mas ninguém avançou tanto no Brasil como a CEMAR.

Então, em relação ao nível de tensão, por exemplo, ele citou vários números. Existe no setor, para não ficar falando em dados técnicos, um índice de nível de tensão crítico, que no Maranhão, quando assumimos a Companhia, era da ordem de 63%. Esse número hoje é da ordem de 25% e vem sendo reduzido anualmente.

Então, todas essas colocações feitas pelo representante do sindicato, todas elas, junto ao Tribunal de Contas e em todas as esferas, têm sido respondidas, esclarecidas pela companhia. Essa evolução... Ainda não chegamos onde gostaríamos, mas ninguém no Brasil evoluiu tanto quanto o Maranhão.

Então, em relação ao histórico, eu gostaria de fazer esse esclarecimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Eu vou comentar a questão da tarifa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Vamos deixar as intervenções para a oportunidade do questionamento e deixar o Dr. Leone responder as perguntas.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Em relação, primeiro, aos questionamentos do Presidente da Mesa, a primeira pergunta foi em relação a onde foi publicada audiência pública em relação ao processo de revisão tarifária da companhia. Responderemos: esse questionamento não foi recebido pela companhia ainda, mas, de qualquer forma, eu o faço de público e depois o faremos por escrito.

O processo de audiência pública do processo de revisão tarifária é conduzido exclusivamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Não compete à CEMAR, no caso, nenhuma responsabilidade sobre esse processo. Ela é parte. Então, quem tem a obrigação de convocar é a Agência. E a Agência cumpriu todo esse rito. Foi publicado em jornais, enfim... É um procedimento da própria Agência.

O segundo questionamento foi em relação ao número de famílias ainda não atendidas. Foi feito um novo levantamento pelo Ministério de Minas e Energia no qual ainda faltam 90 mil famílias a serem conectadas pelo Programa Luz para Todos. A nossa expectativa é de levar energia a essas famílias até dezembro de 2010. Concluindo o programa, a nossa meta é fazer em torno de 40 mil ligações no ano de 2009 e em torno de 50 mil ligações no ano de 2010.

Em relação à questão dos medidores, eu também gostaria de fazer alguns esclarecimentos. O inquérito de São Luís foi um inquérito bastante exaustivo, detalhado, no qual foram periciados 20 medidores — apenas 20. Somos 1 milhão e 600 mil consumidores. Então, foram periciados 0,001% dos medidores. O que se verificou é que o medidor é preciso. Ele não mede nem mais, nem menos. Ele mede exatamente o que deveria ser medido. Isso foi ratificado tanto pelo INMETRO quanto pela USP.

O que foi verificado nessa análise foi que um lote específico desses medidores, por uma questão de implantação dos medidores, ficava sujeito à umidade. Essa umidade gerava uma intermitência, quer dizer, um apagar e desligar no *display* que mostra o consumo. Dando um exemplo, um tocador de DVD está tocando o aparelho, mas o *display* apaga e acende, apaga e acende, mas o funcionamento continua perfeito. Essa intermitência pode gerar um acúmulo de



consumo, levando o consumidor a sair da faixa de tarifa de baixa renda, que nós colocamos, que é um subsídio, fazendo com que eleve a tarifa de energia.

O estudo da USP levantou que, a partir desses 20 consumidores, poderia ter até 80 mil consumidores nessas características. A fase do termo de ajuste de conduta que nós estamos é que a CEMAR assumiu um compromisso de acompanhar essa perícia que vai ser conduzida pelo Ministério Público e devolver qualquer quantia que seja comprovada que foi cobrada indevidamente. A CEMAR não se isenta de responsabilidades. O que houve foi um estudo dizendo que pode haver um problema com 80 mil consumidores. E essa perícia está sendo conduzida.

Já foram duas empresas que validaram a medição: tanto INMETRO quanto USP. O problema foi a questão da umidade no medidor, que já foi corrigido, do ponto de vista de padrão. Vamos verificar se, no passado, houve algo de errado e vamos devolver, se for o caso.

Em relação ao outro assunto: quanto a CEMAR recebe da CDE? Presidente, a CEMAR recebe da CDE 11 milhões de reais por mês, aproximadamente. Isso é referente às contas de energia elétrica. Só exemplificando para todos, o que isso quer dizer? Uma pessoa que tem um consumo muito baixo, em torno de 30 quilowatts/hora/mês, que tem apenas uma televisão na sua residência, a conta desse consumidor seria da ordem de 10 reais. Só que ele não paga 10 reais, ele paga só 3 reais e 50 centavos, que é o desconto máximo, que é de 65%. Os outros 6 reais e 50 centavos são pagos por essa CDE, que foi citada pelo Presidente da Mesa, que é compensada para a CEMAR. Então, a CEMAR recebe os 10, só que o consumidor paga 3,50, e o Governo Federal paga os 6,50 complementares. Esse total soma um valor da ordem de 11 milhões de reais. Nós depois precisaremos para a Mesa.

É importante destacar outro ponto em relação à tarifa: a tarifa não reflete a vontade da CEMAR. A tarifa, como eu acho que já foi dito por vários integrantes da Mesa, ela é de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica. E, dentro da tarifa, ela tem inúmeros outros componentes, e o que representa para a CEMAR é 37%.

O Deputado perguntou por que a CEMAR só tem 37%. Porque isso depende das características de cada Estado, do ponto de vista de consumo e do ponto de



vista do tamanho da concessão. Supomos que esses 37% variam de Estado para Estado. A CPI deve estar presenciando percentuais diferentes em cada local em que ela se encontra. E dadas as características do Maranhão, esse percentual é de apenas 37% do total.

Um outro ponto eu queria colocar em relação a essa questão das contas elevadas: apesar do indicador — comparativamente a outras empresas do setor — de mais de 99,96% das contas serem corretas, há ainda contas que podem ter erro. E a CEMAR novamente não se exime de responsabilidade. A despeito do prosseguimento, estamos com a nossa agente ouvidora, a Márcia, e qualquer pessoa que ache que tem algo a reclamar, ela está à disposição. E temos também o nosso número da Ouvidoria, que é o 0800 2869803. Qualquer consumidor pode ligar e entrar em contato.

Foi colocado um ponto em relação à energia reativa. A energia reativa é algo que é cobrado aqui no Maranhão apenas dos consumidores trifásicos, porque são os consumidores que têm um consumo mais elevado. Respeitando a 456, poderia ser cobrado de todos os consumidores, conforme a regra, mas nós tomamos a decisão de só cobrar dos consumidores que têm trifásicos. Isso é uma aproximação dos grandes clientes.

Sobre outro ponto citado, em relação ao lucro da companhia, hoje a companhia investiu 1,8 bilhão de reais. Isso é mais de 3 vezes os dividendos que foram pagos, ou quase 2 vezes e meia os lucros registrados pela companhia. É importante ressaltar que o investimento representou mais de 2 vezes o volume total de ativos que a companhia tinha em 2004.

Então, foi uma quantidade de recursos bastante elevada, ainda não suficiente para resolver todos os problemas. Inclusive a questão do nível de tensão que foi posta, hoje esse problema está sendo endereçado com 2 ações, uma delas, com o auxílio até da bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados, quando conseguimos que o Ministério de Minas e Energia levasse ao Maranhão mais pontos de suprimento, porque hoje há uma deficiência muito grande — lembrando que a CEMAR é apenas uma distribuidora de energia e ela precisa receber energia para distribuir. E temos apenas 9 pontos, 7 da ELETRO NORTE e 2 da CHESF, que é na região do Piauí. E nós precisávamos, por exemplo, no caso que foi citado da



baixada, um ponto mais próximo para que nós possamos melhorar o nível de tensão.

Recentemente, num esforço conjunto da bancada do Maranhão no Congresso Federal com o nosso apoio técnico, conseguimos que fosse aprovado um ponto para Encruzo, no Município de Governadores Nunes Freire, que provavelmente será solicitado em 2010 e entrará em operação em 2012, dando continuidade a essa melhoria que tem sido feita.

É basicamente isso, Sr. Presidente. Caso V.Exa. queira que eu fale sobre alguma outra pergunta... em geral, acho que eu respondi os pontos, fora as solicitações de documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Gostaria de perguntar ao Relator se está satisfeito com as respostas ou se gostaria de fazer mais alguma indagação.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Que as informações nós vamos pegar das notas taquigráficas, mas que aqui fica a solicitação para que as informações sejam repassadas para a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra os inscritos. Pela ordem, o Deputado Washington Luiz, o Deputado Edio Lopes, Marcos Caldas, Marcio Junqueira, Eduardo da Fonte e Domingos Dutra, encerrando esse bloco de perguntas.

Antes de passar a palavra ao Deputado Washington Luiz, queria fazer um requerimento verbal, nobre Relator, pedindo ao Presidente Piani que encaminhe à CPI a relação de todos os consumidores que são contemplados com o CDE. Considerando que a CEMAR recebe 11 milhões de reais para fazer essa distribuição entre consumidores de baixa renda, eu gostaria que V.Sa. encaminhasse à CPI a relação de todos os consumidores do Maranhão que são contemplados com esse benefício.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Esta Relatoria acata o requerimento de V.Exa. e quer instar a direção da CEMAR a trazer todas essas informações para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra o Deputado Washington Luiz.



O SR. DEPUTADO WASHINGTON LUIZ - Deputado Cleber Verde, Presidente desta reunião; Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI; Deputado Domingos Dutra, Deputado Pinto Itamaraty, Deputado Edio Lopes, senhoras e senhores, Srs. Deputados Estaduais, eu considero que esta audiência pública feita aqui no Maranhão para discutir a questão da CEMAR, fundamentalmente, é de grande importância porque é o momento em que se pode avaliar e discutir com a sociedade civil, a sociedade maranhense, os avanços e os emperramentos de uma empresa que atua no setor energético e distribui energia no Maranhão.

É claro, naturalmente, que sempre vão existir questionamentos, embora também possa se admitir e ver, como já foi constatado aqui, que houve avanço em relação a anos anteriores.

É nesse sentido que eu acho que foi importante a realização desta audiência pública aqui, porque assim é que eu acho que nós podemos fazer do nosso Estado do Maranhão um Estado desenvolvido, com serviços públicos feitos com qualidade.

Eu acho que nós devemos dar aqui todo o apoio e respaldo à Dra. Lízia, Promotora de Defesa do Consumidor, pelo trabalho que vem realizando aqui no Maranhão. E acho, de fato, que as grandes empresas chegam aqui no Estado do Maranhão e não têm respeito pela população desse Estado.

Eu posso dizer o que nós observamos hoje das operadoras de telefonia, que é uma coisa realmente séria e de grande indignação que todos nós, maranhenses, devemos ter.

Acho que a bancada maranhense deve também trabalhar no sentido de nós realizarmos uma audiência pública como esta, convocando os dirigentes dessas operadoras aqui no Maranhão.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, poucas perguntas. Inclusive, Sr. Presidente, eu depois vou ter que me ausentar, não vou nem poder ficar, porque eu tinha que viajar agora à noite, como atrasou muito a audiência pública, acabei tendo que ficar. Mas eu gostaria de fazer algumas perguntas e deixar para que o Presidente da CEMAR pudesse esclarecer aqui.

Eu não sou integrante da CPI, inclusive estou aqui porque sou integrante da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, esta audiência pública está



ocorrendo em nosso Estado e eu fiz questão, então, de estar participando. Mas não sou integrante da CPI e, portanto, não venho estudando com detalhes, detidamente, as questões do problema da energia no Maranhão. Mas devemos estar atentos a algumas questões que já foram faladas aqui inclusive. Por exemplo, em 2000, antes da privatização da empresa, segundo dados do Sindicato dos Urbanitários, o Maranhão tinha uma das tarifas mais baixas do País; hoje é a segunda mais alta. A que se deve essa mudança no *ranking* da posição do Maranhão em relação a essa questão da tarifa? A gente sabe que a ANEEL é quem determina a tarifa, mas por que ocorre isso?

Eu acho que o Presidente da CEMAR poderia explicar, porque essa é uma realidade cruel para um Estado dos mais pobres, população mais pobre. O Maranhão não é um Estado pobre, o Maranhão é um Estado rico; o povo do Maranhão, a maioria, é que é pobre.

A outra questão que me preocupa é a questão do Luz para Todos. A ELETROBRÁS repassa e subsidia o referido programa em todo o País. A ELETROBRÁS vem repassando, dentro das metas, dentro dos prazos, os recursos para o desenvolvimento do programa aqui no Maranhão? É claro e evidente que observamos que o programa avançou bastante, e o Presidente informou aqui que 80% já foram realizados aqui, não é? Temos que acreditar na afirmação do Presidente. No entanto, observo que ainda falta muita coisa no Luz para Todos. Observo que foi feito muito mas falta também muito, porque a gente recebe solicitações das comunidades e das lideranças rurais. O que eu gostaria de saber é se até o final do Governo Lula a CEMAR tem previsão ou estima que pode concluir esse programa aqui no Maranhão, universalizando todo o Estado do Maranhão. Sei que falta tão pouco. Como está essa discussão? Acho que é uma das coisas que o povo rural do Maranhão quer saber, porque há uma preocupação enorme das comunidades que ainda não foram atendidas com este programa.

Era isso mais ou menos. Só mais uma informação importante para nós, maranhenses: 37% de toda arrecadação da CEMAR, pelo que entendi, 37% fica com a empresa; quanto disso é investido na área rural e na área urbana? Era isso que eu queria saber, a contribuição que eu queria dar. E eu queria me despedir aqui, Deputado Cleber Verde, e desejar que a CPI, que vai a todo o País, possa contribuir



muito para que nós possamos avançar no sentido da distribuição da energia elétrica no nosso País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Esta Presidência agradece vossa participação. As suas perguntas foram anotadas pelo Presidente, que vai respondê-las. E vamos juntar a documentação no relatório que o nobre Deputado Pinto Itamaraty irá apresentar. E com vossa saída, também, sairá o Sr. Ronaldo dos Santos Carneiro Diniz, que tem compromisso. A gente agradece a sua participação, nobre amigo Ronaldo. Um abraço.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Deputado Cleber Verde, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes e os demais membros da Mesa, senhoras e senhores, eu começo a minha fala exteriorizando o meu protesto com relação ao não comparecimento e sequer a justificativa da ANEEL. E eu solicito ao Presidente que, doravante, além do representante máximo da ANEEL, fosse também convocado o representante regional, porque se assim tivéssemos agido, eu creio que V.Exa. teria determinado à autoridade policial a condução imediata do faltoso. Eu acho muito importante a presença da ANEEL, porque é muito cômodo para as concessionárias jogarem toda a responsabilidade para cima da ANEEL, como nós vimos aqui, quando a ANEEL não está presente. E cada vez mais esta Comissão se convence de que grande parte dos males do setor energético nacional estão depositados justamente na ANEEL, que tem sido complacente, que tem sido bastante maleável à vontade das distribuidoras de energia por este País afora, ao ponto de um diretor da ANEEL, ao deparar com a proposta de uma determinada distribuidora de aumento de luz de 4% ou 5%, um diretor apresentou um voto em separado pedindo um aumento muito maior, sob a alegação de que o estudo e a planilha ali apresentada tinham deficiência. Mas isso são coisas que a CPI está aprofundando na busca desta apuração.

Eu quero chamar aqui a atenção da ilustríssima Sra. representante do Ministério Público, a quem quero reconhecer o grande trabalho que faz, a exemplo do que faz o Ministério Público em todos os Estados que nós temos visitado. Mas eu estou aqui de posse de algumas contas de luz, e o consumidor é lesado nessa questão por todo mundo. E é uma pena o Secretário de Fazenda do Maranhão não



estar aqui, porque nesta conta de luz, Sra. Promotora, eu estou vendo que está se cobrando de ICMS de multa, de juro, ICMS sobre PIS e COFINS, quer dizer, tributação sobre tributação... O consumidor aqui é lesado, como nós vimos lá no Acre, Sr. Presidente. Eles têm um consumo de 112 reais e, no entanto, a alíquota de ICMS é aplicada sobre o total da conta, aí já inclusos os impostos, juros e multas. Portanto, fica aqui esta observação.

Quero dirigir uma pergunta ao Presidente da companhia distribuidora local. Foi dito aqui que, numa averiguação, 49% dos consumidores estavam recebendo energia ou abaixo da tolerância ou acima da tolerância média admitida pela ANEEL. E nós sabemos que, quando isso ocorre alguém está tomando prejuízo, ou o consumidor está tendo no seu relógio uma contabilização de quilowatts a maior, por conta do aquecimento, por conta dessa defasagem ou dessa energia ofertada acima do normal, ou então, se não é o consumidor, a pergunta é se é a companhia que está tendo essa perda. Nós sabemos que nas perdas técnicas está embutido isso também, a perda normal pela transmissão, a perda pelo aquecimento, a perda por equipamentos e linhas obsoletas, inadequadas e não reparadas. Eu quero saber quem está arcando com isso, porque se for o consumidor, ele está pagando individual, se for a empresa, aí é todo mundo, porque nós sabemos que essas perdas são embutidas previamente na conta do consumidor, e ser distribuidor de energia neste país é um altíssimo negócio, porque ninguém corre risco. Tudo isso é “reembutido”, antecipadamente, na conta de todos os consumidores. Então fica essa pergunta.

Outra pergunta. Sabemos que 60% dos consumidores do Maranhão, segundo o que nós ouvimos aqui, são consumidores de baixa renda. E nós vimos uma reportagem onde visivelmente aquelas residências apresentadas na reportagem não têm como gastar ao final do mês 150 reais ou 400 reais, como mostraram ali. A pergunta é: aqueles consumidores são consumidores de baixa renda, no entendimento da empresa? Porque eu moro num apartamento da Câmara com uma família de 6 pessoas, e a minha conta de luz este mês veio 153 reais. O valor foi 153 reais. E eu moro lá, minha família mora lá. E eu vi ali família pagando 400 reais, pelo menos, pela conta de luz. Então, eu quero saber se a Companhia entende aquele tipo de consumidor como consumidor de baixa renda.



O subsídio é uma outra questão. Isso já está virando até um assunto maçante para nós desta CPI e nos causa indignação, pois todas as distribuidoras, quando vão mostrar aqueles quadros bonitos ali, apontam como culpado o tributo, o consumidor de baixa renda, porque consome pouco e a distância é grande. Mas já ficou claro aqui que o que ela não recebe do consumidor recebe de outra fonte. Então, não há que falar aqui em prejuízo, pelo menos na energia fornecida ao pequeno consumidor. Quem faz a medição da empresa distribuidora local? É a própria empresa ou é terceirizado? E se terceirizado, qual o valor por cada conta que essa empresa faz aferição para a empresa distribuidora?

Bem, nós sabemos que quando apresentam aquela planilha sempre dizem que é a ANEEL que é responsável, mas nós sabemos que a tarifa é calculada em cima de uma planilha que a empresa distribuidora apresenta naquelas famosas audiências públicas que quase ninguém fica sabendo. Eu quero saber qual o percentual embutido na conta do consumidor maranhense relativo à amortização da estrutura de energia elétrica no Estado? Estrutura. E aí estão a rede, o transformador, as subestações etc. Qual a carga de tributos? Eu já vi aqui numa conta de luz. Portanto, essa pergunta não se faz mais necessária.

Em princípio, Sr. Presidente, são esses os nossos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra o Deputado Marcos Caldas, do Partido Republicano Brasileiro — PRB.

O SR. MARCOS CALDAS - Boa noite. Quero cumprimentar todos em nome do Presidente desta Mesa, Deputado Cleber Verde. Hoje tenho uma alegria dupla, porque me filiei hoje ao PRB, do qual V.Exa. é o Presidente estadual. É uma grande honra para mim hoje fazer parte dos republicanos. E a segunda alegria é receber aqui no Maranhão esta CPI que há tanto tempo esperávamos. Eu quero abordar 2 assuntos, porque já está tarde. A energia no Maranhão. Eu sou filho do Maranhão, sou da cidade de Brejo, do Baixo Parnaíba. No Baixo Parnaíba, Srs. Deputados, a energia é de péssima qualidade. Para vocês terem uma ideia, a partir das 6 horas da tarde ninguém consegue ligar uma bomba de puxar água, ninguém consegue ligar uma televisão, um ar condicionado. E o Município de Brejo, que tem um sistema que puxa água do Rio Parnaíba, tem que ficar 24 horas com uma bomba ligada das 6h da tarde à meia-noite, mas a energia não consegue puxar. O Prefeito, agora, teve



que alugar um gerador. O Prefeito Zé Farias, que o Deputado Dutra conhece, que é do PT, para poder ligar esse gerador a essas bombas, para que a água não falte no Município... Os cidadãos hoje estão carregando água na lata na cabeça, porque a energia não puxa uma bomba para puxar água para o cidadão. E eu fiz parte aqui, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, no ano passado, de uma comissão que foi até a ALUMAR. E, para o meu espanto, chegando na ALUMAR, pude observar e averiguar coisa que quase ninguém no Maranhão sabe e, com certeza, a maioria de vocês não sabe, e até perguntar se alguém sabe: quantos por cento vocês acham que a ALUMAR consome da energia do Maranhão? Eu gostaria que alguém aqui me respondesse, alguém que tivesse curiosidade, quantos por cento da energia do Maranhão a ALUMAR consome aqui. Eu tenho certeza que aqui quase ninguém sabe. Setenta. Exatamente. Ela consome 2/3 de toda a energia do Maranhão! E para o meu espanto, sabem quanto é que ela paga? Vinte e cinco por cento do que o cidadão paga...

Então, esse subsídio que dão para a ALUMAR daria para pagar mais de duas vezes o salário que ela paga para os funcionários que ela tem no Maranhão — e ainda diz que veio trazer emprego, mas aqui ela não agrega nada. E a energia, que era para limpar a casa do cidadão, para a casa do maranhense, para que ele não queimasse o motor da sua geladeira, para que ele não queimasse a bomba de puxar água do seu poço, a sua televisão, é subsidiada para a ALUMAR, uma empresa que vem aqui para consumir nossas reservas de água e de energia e aqui não agrega nada.

Então, eu gostaria de saber e gostaria de pedir à CPI que averiguasse, para saber por que isso acontece aqui no Maranhão, que está entre os 4 Estados mais pobres da Nação e um dos 4 que paga energia mais cara, enquanto dão 75% de subsídio para uma empresa multinacional que veio para cá para transformar 10% da ilha, daqui a pouco, em deserto com esses tanques de soda cáustica.

Então, meus amigos, eu não quero me alongar. Eu só queria que a CPI, aqui representada por alguns Deputados maranhenses, que realmente têm compromisso com esse povo, e os Deputados de outros Estados que vieram aqui presentes, e eu quero agradecer a presença de todos eles, que pudesse apurar. Porque eu, como Deputado Estadual, já tentei, mas não consegui. Intimei e pedi que o Presidente da



ALUMAR viesse aqui, e ele não deu nem satisfação para nós. Pedi para que muitos outros...

Então, eu acho que a CPI realmente é o caminho. Eu pedi para abrir uma CPI aqui. Colhi 25 assinaturas no dia; no outro dia de manhã só havia 11, já tinham retirado 14. A imprensa não diz nada, porque a ALUMAR transformou o Maranhão na época do Brasil de Cabral: chegou aqui com espelho, santinho e levou as nossas riquezas. A ALUMAR chegou aqui patrocinando brincadeira de boi, quadrilha e levando nossas riquezas. E é isso que eu quero pedir a V.Exa., aos senhores: que façam esse levantamento, para que possamos descobrir por que é que o povo do Maranhão não tem energia de qualidade e a ALUMAR leva 2/3 da nossa energia. E o nosso povo é que paga o alto preço. É esse o pedido que eu queria fazer. Meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra o nobre Deputado Marcio Junqueira, do DEM de Roraima.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Deputado Cleber Verde; Presidente da CPI, Deputado Eduardo da Fonte; amigos, colegas, Deputados Pinto Itamaraty — os Deputados Washington e Pedro Fernandes já se retiraram —, meu querido amigo Domingos Dutra e meu colega de bancada e de Estado, Deputado Edio Lopes, eu quero primeiro me dirigir ao público, à população que até agora, de forma paciente, espera e participa. Esta CPI tem avançado muito. Eu quero aqui fazer esse breve relato de que, nos Estados que já percorremos e nas audiências públicas que tivemos na Capital Federal, em Brasília, de fato, vamos chegando à conclusão que o que existe é um verdadeiro assalto promovido contra a população brasileira. A população brasileira — e aí não só do Maranhão, mas de todos os Estados brasileiros — hoje é assaltada por um sistema nefasto, um sistema que tenta transparecer algo que não é.

O representante da CEMAR aqui coloca de uma forma simplória, bonita, os dados, e até nos dá vontade de ir embora — “Ah, está tudo bem aqui no Maranhão, não tem problema nenhum” — (palmas), quando não é verdade. Este é o fato. Porque o representante da CEMAR esqueceu de colocar, segundo o Canal Energia, que a CEMAR teve um lucro de 41,6% no segundo trimestre do ano. Entre janeiro e junho, o lucro desta companhia subiu 27,3%, alcançando um lucro de 141 milhões



de reais. Vender energia no Maranhão é um negócio extremamente lucrativo. Esta é a verdade. A CEMAR vem crescendo de uma forma que só mesmo... na velocidade da luz, sacrificando a população. Este é o fato. Nós temos que encontrar... E não estou aqui para ofender. Não. Mas a verdade tem que ser dita e cabe em todo o lugar. O que eu não posso aceitar, Sr. Presidente, e eu vou perdendo a paciência, como disse o Deputado Edio Lopes, porque parece que eles combinaram. "Olha, nós vamos às audiências públicas da CPI e lá vamos colocar um *slide*, mostrar 10%, 5%..." E ele coloca aqui: nós investimos 1 bilhão de reais. Não, vocês não investiram 1 bilhão de reais. Vocês pegaram o dinheiro que vocês ganharam do consumidor e reaplicaram para continuar ganhando mais. Esta é a verdade. Vocês não foram buscar esse dinheiro lá dentro de um cofre que vocês ganharam em outro lugar; não, vocês ganharam do povo daqui e reinvestiram para ganhar mais.

Eu pergunto ao representante da CEMAR, e de forma bem objetiva, porque eu acho que não cabe mais enrolação, já está tarde, e a população não aguenta mais isso. Então, eu pergunto ao representante da CEMAR, ao Sr. Carlos Piani: quanto arrecadou a CEMAR este ano? Vocês disseram que investiram 1 bilhão, mas quanto arrecadou?

Essas agências móveis, e o senhor colocou... — bonita aquela camionete, eu achei até bonita aquela camionete com aquela casinha em cima, bonita aquela camionete —, agências móveis. Aquela camionete cobra também a conta de energia? Ela vai lá? Porque parece que está fazendo um favor. Vai lá buscar um doente ou alguma coisa? Não, ela vai lá para cobrar você. (*Risos.*) Aí se diz: afinal investimos numa camionetezinha bonitinha...

Temos que aferir, Sr. Relator, Sr. Presidente, os números exibidos aqui pelo Dr. Carlos. Ele já disse que... Ele reafirma o que apresentou, mas a moça do PROCON — ela já se retirou — me disse aqui, durante a exposição do Sr. Carlos Piani, que não era condizente com a realidade, que as reclamações são inúmeras, que não seria... E não poderia ser diferente. Mas eu faço questão que nós possamos aferir de forma oficial esses números, Sr. Presidente.

Outra coisa que tem de ficar claro para os senhores que estão aqui até essa hora, os senhores e as senhoras, é que tudo, tudo, tudo, quando se coloca um disjuntor, quando se coloca um medidor, quando se coloca um poste, quando se



coloca divisor, tudo é cobrado de nós, tudo. Tudo é repassado para nós. Não tem nada de graça. Vocês fiquem muito à vontade para fazerem as reclamações ao Ministério Público, à CPI, ao PROCON, porque os senhores e as senhoras estão pagando tudo. Quem paga a conta somos nós.

Eu queria saber do Sr. Carlos — e me desculpe a insistência porque, na ausência do pessoal da ANEEL, acaba sobrando para o representante da CEMAR... Mas eu queria saber do Sr. Carlos Augusto Leoni Piani, também de forma bem objetiva, não precisa enrolação, como eu já disse, se o senhor acha, o senhor concorda que a tarifa cobrada do Maranhão é justa? Na sua visão, é cara ou é barata? Sim ou não? Se é cara, diga sim. Se é barata, o senhor diga que é barata. Se é justa, o senhor diga que é ou não.

E, para a Dra. Lízia, eu só quero esclarecer que quando nós questionamos se tinha alguém fazendo algum tipo... Era para poder exatamente auxiliá-la, pois, diferente do que as pessoas pensam, infelizmente, em determinados momentos, a mídia dá uma certa conotação ao Congresso Nacional, de forma pejorativa, mas, por exemplo, eu não sou eleito pelo Maranhão, não sou eleito por Pernambuco, não fui eleito por Alagoas, não fui eleito pelo Acre e tenho ido a todos esses Estados porque eu entendo que quando se assume uma função pública, quando são as pessoas que pagam o seu salário, você é funcionário de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Então, quando nós nos dispusemos a andar pelo Brasil é porque no final desta CPI nós vamos dar uma resposta ao povo brasileiro. Apesar de as pessoas, algumas pessoas, não quererem respeitar o que nós representamos... Eu represento uma parcela do povo brasileiro. Eu sou diferente do funcionário público, do empresário. O funcionário público faz concurso, eu sou escolhido. O empresário monta um negócio. Eu não, eu fui escolhido. Eu trago dentro da alma a mágica da democracia. Essa é a diferença. Eu posso falar em nome de uma parcela da sociedade brasileira. E eu tenho certeza de que grande parte da sociedade brasileira, do povo brasileiro, não quer mais ser assaltado pelas companhias de energia. O povo brasileiro está cansado de pagar uma tarifa absurda, e nós estamos pagando.

Então, eu quero dizer à Dra. Lízia que nós queremos auxiliar, porque, no final, repito, desta CPI, no nosso relatório, nós vamos ter a condição de mudar as leis.



Quem faz as leis neste País é o Congresso Nacional. Pode ser que lá tenha uma parcela que não esteja comprometida com isso, mas está aqui o Domingos, tem o Cleber, o Pinto Itamaraty, tem Deputados que querem sim fazer um Brasil melhor, um Brasil mais justo. É por isso que nós estamos aqui.

Então, eu tinha necessidade de externar esse sentimento, dizer para cada um dos presentes que nós não estamos aqui a perseguir ninguém; nós estamos aqui a defender aquele que paga a conta e quem paga a conta é o povo. E nós estamos aqui do lado do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Só para complementar o que disse o Deputado Marcio Junqueira, o crescimento da lucratividade da CEMAR é em cima da miséria do povo do Maranhão. Então, a CEMAR tem que dar explicações claras ao povo do Maranhão. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Deputado Domingos Dutra, antes de V.Exa. usar a palavra e fazer as suas perguntas...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com a devida permissão do democrata Domingos Dutra, só para que não percamos o momento. Aqui se falou do enorme subsídio...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria que V.Exa. retificasse...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Por que democrata?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... como está registrado na Taquigrafia, porque sou do PT. Democrata é do...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, democrata porque o senhor é um homem que preza e cultiva a democracia. Logo, o senhor é um democrata. Não é para confundir com o Democratas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas não é isso...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu queria dar as boas-vindas ao democrata Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Bem, falando sério, Sr. Presidente, só para que não percamos o momento, falou-se aqui do enorme subsídio que se dá à indústria do alumínio instalada no Maranhão, e nós sabemos que o gato é diluído na



nossa conta, ou a perda natural, ou a perda porque não trocam os equipamentos, também é diluída na nossa conta. Eu quero fazer de forma bem objetiva: o subsídio dado à empresa de alumínio no Maranhão é rateado nas contas do povo maranhense? Ponto de interrogação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Cleber Verde, que preside esta reunião, quero mais uma vez dar boas-vindas ao Deputado Edio Lopes, ao Deputado Marcio Junqueira, ao Deputado Eduardo da Fonte e registrar aqui o caráter democrático do Deputado Eduardo que cede, ele, como autor do requerimento desta CPI, como Presidente da mesma, aqui no Maranhão, a Presidência e a Relatoria para os Deputados Cleber Verde e Pinto Itamaraty que também fazem parte da Comissão.

Portanto, quero deixar registrada essa forma salutar de dar espaço para os Parlamentares do Estado, mesmo que V.Exa. não tivesse esta obrigação.

Quero cumprimentar o Presidente, representante da CEMAR, Dr. Carlos, cumprimentar todos os Deputados Estaduais, na figura do Deputado Marcelo Tavares, Presidente desta Casa, que não só nos brinda com espaço decente para reunir, mas está aqui até agora acompanhando esta audiência que interessa a todos.

Quero cumprimentar a Dra. Lívia pela bravura, pela coerência e pelo compromisso, não apenas pelas obrigações que estão na Constituição, mas também pelo compromisso com a população maranhense.

Eu queria dizer rapidamente, que apesar de esta CPI não ter aquele caráter que o Brasil acostumou a ver as CPIs, a CPI que sai prendendo, botando algemas, esta aqui tem outro caráter, mas não deixa ser importante por esse caráter diferente. Aqui tem um caráter mais de audiência, mas se discute um assunto fundamental para a sociedade brasileira, para a grande maioria da população, que é pobre, que é excluída, e aqui nós não estamos falando do Maranhão. Eu não componho a CPI, mas acompanhei a angústia do Presidente para sua instalação, porque não foi fácil, mas esta CPI diz respeito ao Brasil. Estamos discutindo a questão da energia elétrica, mas este tema se estende a todas as prestadoras de serviço que



lamentavelmente não prestam bom serviço ao consumidor, principalmente ao consumidor que não tem proteção, que é a população mais pobre.

Portanto, aqui nós queremos que todos falem a verdade. Como não tem um caráter policialesco, é um caráter de cidadania, e eu reconheço que a CEMAR, pela falência que estava, avançou, creio que todos os representantes da CEMAR estão imbuídos de se encontrar aqui alternativas para que tenham lucro, mas prestando um serviço de qualidade a essa população.

Eu queria fazer algumas perguntas objetivas à Dra. Lízia. Se a senhora pudesse objetivamente dizer quantas reclamações a senhora tem e qual a natureza delas? E dentro dessas reclamações, quantas têm referentes a contas consideradas abusivas pelo consumidor e quantas reclamações têm de invasão de domicílio? Porque eu entendo que o gato é crime, está na lei, mas a companhia não pode entrar na casa de nenhum cidadão se não tiver ordem judicial. Se não tem ordem judicial, é invasão de domicílio.

Eu queria que a senhora pudesse explicar se tem e quantas reclamações nesse sentido. Se a senhora pudesse fazer uma síntese breve sobre o conteúdo dos 2 inquéritos, os pontos principais do ajustamento de conduta que vai ser homologado e se a senhora pudesse dizer o que diz o laudo da USP. Porque a senhora, me parece, que fundamenta o inquérito e fundamenta o ajustamento de conduta.

E se a senhora pudesse falar também sobre a questão dos medidores, porque o Presidente da CEMAR já falou também que o número de irregularidades pode chegar a 80 mil, e que pode ser corrigido — as pessoas que pagaram a mais podem ser ressarcidas —, se esse é o número mesmo, se já houve devolução, qual é o valor dessa devolução e que tipo de consumidor foi atingido? Porque o grande tem mil proteções, tem advogado bom, tem políticos de toda a natureza. Agora, aquele que está na periferia ele só tem a presença do Estado só quando a polícia vai lá ou então o IML vai buscar para levar para fazer o exame.

A Dra. Cláudia não está. Eu queria deixar consignado, Sr. Presidente, que era importante que ela dissesse os dados que foram... que desapareceram, ou que foram prejudicados. Até que ponto? Se foi por má-fé e até que ponto prejudicou o trabalho dela.



Para o Dr. Guilherme Zagallo, eu não sei se ele está aqui. Saiu? Acho que saiu. Eu queria perguntar para o Dr. Carlos, primeiro que o senhor pudesse falar da evolução do lucro da empresa. O senhor fez um quadro que encontrou a CEMAR falida em 2002. E que o senhor pudesse dizer... Há informação de que a CEMAR foi vendida para os americanos. Os americanos parece que entraram pelo cano, devolveram, o Governo Federal tomou conta, e depois foi privatizada por 1 real, 1 conto de réis antigo. Que o senhor pudesse explicar essa simbologia de 1 real, para também não passar, nós, da Oposição, que a gente fica usando essas coisas para fazer proselitismo político. Eu não faço dessa forma. Que o senhor esclarecesse essa questão de 1 real. Se o senhor puder informar porque a companhia foi adquirida por 1 real.

Eu queria que o senhor explicasse se o custo de 1 megawatt para um grande empreendimento é o mesmo calculado para um consumidor residencial. Aqui já foi falado da questão da Vale, que paga 25% a menos.

Eu queria que o senhor dissesse da ALUMAR. Eu queria que o senhor informasse quantas empresas no Maranhão têm subsídios, pagam uma tarifa diferenciada sob a alegação de que é atração para investimentos? Se o senhor pudesse dizer quantos são, quais são os valores que essas empresas têm de subsídios e se o senhor acha justa essa tarifa de subsídio dada para os grandes grupos econômicos.

Se o senhor não tiver agora, porque eu acho que é impossível ter, mas que pudesse informar quantos mil consumidores, em valores absolutos, são beneficiados pelo subsídio, e depois nos mandasse a lista por município. Eu mesmo vim tomar conhecimento dessa portaria há pouco tempo, e estou tentando verificar se em todos os municípios, porque a maioria é de população pobre, se a população sabe. Então, queria que o senhor pudesse informar à CPI, município por município, a relação das pessoas beneficiadas com subsídio.

O senhor já falou que parece que são 11 milhões ao ano que recebem de subsídios. Pelo que entendi, se o senhor pudesse confirmar qual é o valor anual que a companhia recebe pelo subsídio que a população pobre, carente, deixa de pagar para a companhia.



Queria que o senhor informasse qual é o percentual, no orçamento da companhia, advindo do Luz para Todos. Tem 100%, qual é o percentual que o Luz para Todos entra no subsídio da companhia e qual o valor absoluto, por exemplo, deste ano? Quanto a companhia já recebeu do Luz para Todos?

Que o senhor se referisse um pouco sobre os medidores. Eu também queria saber do senhor, quando uma pessoa reclama que a conta veio elevada, qual é o procedimento que a companhia adota, qual é a rapidez, qual é o tempo de resolubilidade dessa queixa? Porque quando a CEMAR foi reorganizada, muitos postos da CEMAR foram fechados. Havia muitas queixas de que não havia postos de atendimentos. Eu queria que o senhor pudesse explicar qual é a facilidade que tem um consumidor de pouca informação, de poucos recursos, a quem ele se dirige, qual é o procedimento, qual é o tempo que a companhia leva para dar uma resposta sobre a queixa apresentada por um consumidor?

Queria que o senhor falasse melhor dos gatos. Qual é o número de gatos que a CEMAR tem anualmente? E quem é que faz gato no Maranhão? Se só é o gato miudinho, raquítico, ou se tem algum gato, daqueles gatos bem peludos, fornidos, de papada? Que o senhor pudesse dizer quem é que faz o gato aqui na CEMAR e qual o valor que a CEMAR tem de prejuízo com gato? E como é que a CEMAR procede para verificar isso? Tem uma suspeita de gato, a CEMAR pede ordem judicial ou faz como disse o Relator aqui, o comunitário? E dando um exemplo concreto. Que o senhor pudesse informar esses procedimentos.

Que o senhor pudesse informar qual o custo médio da ligação do Luz para Todos, uma ligação individual do Luz para Todos, que o senhor pudesse informar se a CEMAR tem o número das chamadas gambiarras que existem no Estado do Maranhão, na periferia das cidades e qual o número de gambiarras que a CEMAR já regularizou, a partir do momento que a CEMAR passou para o novo controle acionário.

E também a questão que já havia questionado antes, quando era Deputado Estadual, sobre a contabilidade de ligações em periferias contabilizadas como o Luz para Todos. E aí o senhor me desculpe, o senhor falou que tem 90 mil ligações para completar o Luz para Todos. Eu não tenho dados claros sobre se o senhor está falando a verdade ou não. O que eu sei é que eu recebo muitas queixas,



diariamente, de comunidades que estão sem luz e que não chega. Eu dou o meu exemplo. Eu nasci num quilombo chamado Saco das Almas. Nasci lá. E lá não tem escola, aliás, há um ano construíram uma escola. Lá onde eu nasci não tinha água, eu consegui emenda para cavar o poço. Está um ano o poço cavado, perfurado, e até agora não tem luz. Está desde 2005 na programação. E lá onde eu nasci é área desapropriada desde 1976, é quilombo, já declarado pelos órgãos, tem o IDH lá embaixo, e não tem luz elétrica. A empresa que está lá não consegue colocar luz.

Então, eu recebo queixa de todo canto. Recentemente teve Amarante, que os índios fizeram lá um movimento, ameaçaram destruição porque não há energia elétrica. E o senhor falou que esse ano a companhia vai ter que fazer 40 mil ligações, 50 no próximo ano para fechar. Então, eu queria que o senhor depois me mandasse, para a CPI, a relação de todos os povoados atendidos e a programação de 2005 para cá porque o Dr. Adriel... Já fiz até um requerimento pedindo informações porque eu já disse que eu vou para o Ministério Público. Porque eu como Parlamentar daqui, como base do Governo, vendo a população pobre não ser o destino do País, a partir de 2011, e vai ser um prejuízo muito grande se a partir de 2011 o Maranhão não for atingido, não tiver a sua universalidade. Porque o senhor sabe que o Luz Para Todos gera renda, gera cidadania, fixa o homem ao campo. Cada casa ligada vem uma geladeira, vem uma televisão e isso gera renda no campo e no interior. E eu tenho dúvidas de que chegue 2010, venha uma eleição presidencial, eu não sei quem vai assumir, eu tenho dúvida sobre a continuidade com o mesmo compromisso que o Presidente Lula hoje tem de garantir energia elétrica no campo. Então, por isso queria que o senhor me mandasse, mandasse para a CPI a relação de todos os povoados atendidos, a programação de 2005 até agora para a gente conferir essa execução.

Queria saber do senhor se a companhia ao vir para o Maranhão e ter adquirido a CEMAR, ou o cadáver da CEMAR, se foi tomado empréstimo, se houve empréstimo, qual o valor, qual a taxa de juros, qual o tempo e se já foi pago? E, por último, mais duas últimas perguntas. Se a CEMAR tem perdas? Ou se todas as perdas de gato, etc., se elas são diluídas na conta do consumidor, como disse o Deputado Edio Lopes? Ou se a CEMAR dilui os prejuízos e não tem prejuízo nenhum. Se o senhor disser se a CEMAR assumir algum prejuízo, que V.Sa.



pudesse informar. "Olha, a CEMAR de todos os prejuízos que tem, de furto de energia, de gato, de gambiarra, etc., a CEMAR ficar com 10% de prejuízo. Esse 10% corresponde a X em reais. E, por último, o Maranhão, pelo menos nas páginas dos jornais, vai atrair uma série de investimentos pesados, refinaria, etc. Nós estamos construindo lá a Hidrelétrica de Estreito.

Eu queria saber do senhor diante dessa possibilidade de, nos próximos 10 anos, o Maranhão ser destinatários de vários investimentos grandes, de grandes obras, qual é o plano de investimento da CEMAR para poder ofertar energia de qualidade já que a queixa é geral, que em todas as regiões do Estado a energia não é de qualidade? A partir das 18 horas não tem a mesma frequência e, mesmo reconhecendo os esforços da companhia, eu sei, uma companhia que se recebe falida não se consegue sanear de uma hora para outra. Mas é importante saber disso porque eu conheço povoado, regiões, onde a partir das 18 horas a energia perde a sua qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, eram esses os primeiros questionamentos, sei que são vários, mas, de forma objetiva, eu sei que poderão ser respondidos. E quero parabenizar a CPI e dizer mais uma vez que toda Comissão Parlamentar de Inquérito é valiosa, é um instrumento parlamentar do qual o Brasil não pode abrir mão, não existe CPI sem resultado. Só o fato de estarmos aqui reunidos com pessoas que estão aqui até agora, a repercussão que a mídia traz, isso é fundamental para a cidadania, portanto, parabenizo o Deputado Eduardo pela insistência de requerer, colher assinatura e pela instalação, e parabenizo também o Deputado Cleber Verde e o Deputado Pinto, que são membros titulares e suplentes, pelo trabalho que fazem e agradeço aqui ao Deputado Junqueira, do Democratas, e o Deputado Edio Lopes, do PMDB, ambos de Roraima, pelo trabalho de estarem aqui visitando o nosso Estado, compartilhando conosco a nossa angústia pela pobreza, infelizmente, que o nosso povo, na sua grande maioria, passa.

Portanto, são esses os questionamentos, e agradeço. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Só para informar ao povo do Maranhão e a todos aqui presentes que esta CPI pediu auxílio ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, e que esta Presidência determinou que todas as informações recebidas por esta CPI fossem encaminhadas



simultaneamente, pelo Secretário da CPI, ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para que eles possam nos auxiliar, investigar, e, depois, com o término da CPI, dar continuidade às investigações para que possam tomar as providências devidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - V.Exa., nobre Relator, queria fazer um adendo ao requerimento?

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Só para fazer um adendo ao requerimento que o Deputado Cleber Verde fez quando ele solicitou o nome de todos os consumidores de baixa renda. E o adendo é que, além do nome, seja fornecido também o endereço de todos juntamente com o valor das contas pagas pelos mesmos. O endereço e o valor das contas; o nome, o endereço e o valor de cada conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Dos que são absorvidos pelo Programa do CDE, o requerimento inicial?

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Só que o nobre colega Deputado pede também que seja colocado o período. O Deputado Cleber Verde pode dizer o período que quer das contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Os últimos 12 meses.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Então, portanto, um ano para cá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Antes de passar.... Para que o Dr. Leoni possa responder as perguntas, e a nossa Promotora também, antes de passar à nossa Promotora, eu queria só...

Tem algumas perguntas registradas aqui, todas direcionadas ao Presidente da CEMAR, que eu vou fazer questão de lê-las, e sendo bem objetivo, e já passar para que sejam pontualmente respondidas porque são perguntas que vieram exatamente da platéia.

A primeira pergunta é: "Qual é o projeto que a CEMAR tem para comunidades pobres vítimas desses abusos aqui apresentados de altos valores de contas cobradas pela CEMAR?" Segunda: "O que a CEMAR tem feito a pessoas vítimas de abusos por parte de funcionários da empresa?" Terceira: "Desse lucro da CEMAR,



inclusive ao ser questionada pela Deputada Dutra, solicitou, qual o percentual desse valor direcionado a projetos sociais?"

Essas perguntas foram formuladas pelo Sr. Paulo Arte, de Coroadinho. O Sr. Antonio Edmilson Silva Correia pergunta: "Eu quero saber da CEMAR por que a conta na Vila São João continua vindo alta naquela comunidade?" Vila São João.

Aqui há uma pergunta que não foi identificada, mas a pergunta é a seguinte: "É verdade que a CEMAR comprou um jatinho para ser utilizado pelos diretores do Grupo Equatorial e que o custo desse avião está dividido na tarifa como despesa operacional no custo da tarifa?" Aqui foi anônima a pergunta.

Benedito Borges pergunta: "O medidor da minha casa foi mudado de local, sendo colocado em um poste. Não foi feita qualquer inspeção na rede da minha casa e eu lhe pergunto: isso causou comentários na rua que eu tinha gato na minha casa. Isso não caracteriza danos morais, abusos morais com vistas a danos morais?"

O Sr. Paulo Pereira pergunta o seguinte: "por que não retirar dos relógios analógicos para troca os..." "por que não retirar os analógicos, considerando que os mesmos...." "por que não retirar dos relógios analógicos..." Perdão. "Por que, na retirada dos relógios analógicos para troca, os mesmos são levados para uma delegacia, onde são necessários, e sempre é dito que a troca é em função de gato e só depois de uma semana é que se efetiva esse registro, a conclusão desses fatos?"

O Sr. Ronaldo dos Santos, que já saiu, cobrar... "Por que a CEMAR cobra retroativo de uma comunidade que não existia anteriormente, portanto não existia energia naquela comunidade?"

A D. Maria Inês Araújo Pacheco pergunta o seguinte: "Por que minha conta de energia era de 4 reais e agora está em 128 reais?"

Essas perguntas eu vou passar ao Presidente, mas antes passo a palavra à Promotora, Dra. Lízia Cavalcanti, para responder às perguntas a ela direcionadas e, em seguida, ao Dr. Piani.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Obrigada, do fundo do coração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Sra. Promotora Lízia Cavalcanti, a pergunta do Dr. Borges, na verdade, não foi direcionada ao Dr. Piani. Ele pergunta se a retirada do medidor da sua casa, colocado num poste, e a rua



inteira comenta, indaga se lá tinha gato, ele pergunta se isso não causa a possibilidade de um processo por danos morais. Essa pergunta é direcionada a V.Exa.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - É porque tem várias outras perguntas do Deputado Domingos Dutra. Eu anotei aqui, mas eu respondo logo a essa, depois eu respondo às outras de uma forma bem objetiva.

No caso, eu entendo — e isso daí a discussão com a CEMAR na época — que os medidores, existe aquela dificuldade de aferir a quantidade, o registro, como eles falam, que às vezes está dentro da casa, etc. Eles colocaram os medidores na calçada. E eu entendo — e já disse isto para eles e já disse para a ANEEL —, eu entendo o seguinte: que o medidor na rua, primeiro... Num caso de consumo irregular de energia, que na maioria dos casos é o famoso gato, que é furto de energia, na verdade, tecnicamente falando, existe uma previsão no Código Penal, no art. 155, que trata exatamente do furto de energia. Então, quem faz gato está furtando energia, quem furta energia é ladrão, está cometendo um crime. Então, um caso desses é grave. A conduta que, quando a CEMAR chega, as terceirizadas, no caso, que é o que está ocorrendo agora, chegam e fazem essa averiguação e, se não tem como comprovar, ela pode estar cometendo inclusive um crime de calúnia. Agora, voltando à questão do medidor... E também o usuário, o consumidor, por sua vez, também pode estar cometendo um crime de furto qualificado.

Agora, voltando à questão da resposta do medidor, eu entendo o seguinte: que o medidor, na rua, deixa de individualizar a autoria, porque na rua ele pode ser danificado por qualquer pessoa, inclusive pode ser retirado o selo, pode ser danificado mesmo, quebrado, pode ser furtado daquele local. Tudo pode acontecer. Então, eu entendo que a responsabilização do medidor — inclusive isso está no TAC —, a responsabilização, ainda mais criminal, que é muito grave, não cabe aí por falta de condições de individualizar a autoria delitiva, entendeu? A pergunta sobre se há condição de uma indenização por danos morais: claro que cabe, em todos os casos, inclusive nos que foram objeto do TAC. Porque, no caso do TAC, a gente firmou um Termo de Ajustamento de Conduta, o que também não impede que o consumidor, ainda assim, se sentindo lesado, busque a reparação pelo dano moral. No caso aqui, como a gente fez o TAC, o Ministério Público poderia também



entrar com uma reparação coletiva, como vai fazer no caso das operadoras. Mas nesse caso, como houve um acordo, um Termo de Ajustamento de Conduta, a gente preferiu não mexer. Então, devolve o dinheiro, refaz... faz... entrega... é *ipsis litteris*: o que foi cobrado indevidamente... E o consumidor que se sentir lesado pode adentrar também com as ações. A gente sabe que no acordo nada é o melhor, tudo é o razoável. Eu acho que eu respondi à pergunta, não respondi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Eu pergunto ao...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Eu só entendo que, nesse caso, esse tipo de coisa deveria ser encaminhado à ANEEL, porque a ANEEL realmente não tem... As reguladoras, de modo geral, são muito falhas em todo o Brasil. Inclusive agora, o caso da ANATEL, sem querer me delongar, mas aproveitando a presença de vocês aqui, é gravíssimo. Eu liguei, passei 8 minutos e 40 segundos para ser atendida no *call center*, no *call* que eles têm lá para a gente ligar. A ANATEL, 8 minutos e 40, quando, na lei do *call center*, é 1 minuto, no máximo, estourando. Entendeu? Então, se eles... Eu passei 8 minutos. Quando eu liguei, disse que era Promotora, representava todos os consumidores do Maranhão, de São Luís, no caso, foi a maior dificuldade para entrar em contato, era uma grande barreira. E hoje a gente sabe que os conglomerados das telefonias, do ramo de telefonia, de telecomunicações, são dos maiores conglomerados do Brasil, e já tem denúncia no CADE contra eles. Então, isso é muito grave porque existe um indício de forte cartelização no ramo dos telefones.

Mas voltando à questão sobre qual a natureza das demandas, das reclamações, Deputado Domingos Dutra, e quantas reclamações, eu não sei lhe responder porque a Promotoria não faz um trabalho... Lá na Promotoria a gente faz o atendimento pela sensibilidade que a gente tem em relação ao consumidor, que aqui no Maranhão eles não têm para onde recorrer mesmo. Mas a quantidade... São muitas as reclamações. Agora, não posso lhe dar um número específico, porque todo dia tem essa demanda ali dentro. Agora, a natureza eu posso especificar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora disse que o consumidor não tem para onde correr. Para onde ele deveria correr na sua opinião?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Acho que deveria haver uma melhor estruturação dos órgãos. Aí é a questão: o consumidor aqui não é respeitado,



porque não se faz respeitar, porque o Estado não dá condição para os órgãos e as autoridades trabalharem. Então, do momento em que você tem... Você pode ter uma promotoria, pode ter uma delegacia, pode ter um PROCON, pode ter tudo, mas se não tem estrutura, é para inglês ver. É aquela coisa: está ali, existe, mas não funciona. Você entendeu? Então, o que acontece é que, além da questão do... Tudo isso que está sendo descoberto agora já vem acontecendo há muito tempo. Só que o que ocorre? O consumidor... A autoridade que está imbuída para proteger é a primeira... As instituições mesmas são as primeiras a ferir o direito do consumidor aqui no Maranhão, porque não têm como trabalhar, não têm como. Então, assim, eu recebo por isso, porque a gente se sensibiliza. Por isso que eu lhe digo, eu não sei lhe dizer quantos tem, quantas reclamações, mas já teve muitas reclamações, e continua, de uma forma menor, mas tem.

A natureza, vamos para a natureza. Inicialmente era a questão das contas abusivas, era a questão das contas com valores discrepantes, não condizentes com a realidade da carga instalada naquele domicílio, a maioria, 99%, de residencial. Hoje, atualmente, as demandas contra a CEMAR, não só na Promotoria, mas eu lhe falo assim, na Promotoria e no Juizado Criminal, onde eu também trabalho — mas também se quiser me encontrar no Cível e na Justiça Criminal, também estou lá, viu? Tudo pelo consumidor. Então assim: quanto à natureza, no começo, era mais a questão da abusividade das contas. Hoje é a questão das terceirizadas no momento de autuar ou de entrar na casa do cidadão. Então, eu acho isso extremamente grave porque, além da invasão de domicílio, que é uma pena pequena, existem outros crimes ali, inclusive existem vários outros delitos, que inclusive eu já cheguei a presenciar. Em todos eu pedi para abrir inquérito, ou TCO, de acordo com o entendimento que a delegada tem, mas todos os que chegam ao meu conhecimento, em nenhum momento eu me furtei de agir. E hoje a maioria das demandas no Juizado se referem exatamente a essas ditas ações que eu pedi para a delegacia, a DECON, apurar.

No caso do conteúdo do ICP, Inquérito Civil Público, dos 2 inquéritos civis públicos, um diz respeito à questão da qualidade de energia, e o outro diz respeito à questão dos medidores, porque na época ficou muito conhecido... Eu estou sendo o mais rápido que eu posso. É impossível ir mais rápido do que isso.



No caso da qualidade de energia, foi feita uma perícia também pelo IEE, e foi constatado que efetivamente existe... Como eu sou Promotora de São Luís, embora essas ações que a gente tenha feito o efeito é *erga omnes*, elas vão além da Promotoria, elas atingem todo o Estado... Por quê? Porque elas têm um impacto de massa. Então, o que ocorre? No caso do primeiro inquérito civil público, foi a questão da qualidade de energia. Realmente foi constatado. E a gente está finalizando isso também com um TAC, porque o TAC... Nos meus TACs, o que eu coloco é uma antecipação de uma demanda judicial, de uma prestação jurisdicional que eu iria adentrar para o Juiz deferir. Então, no caso, o que eu coloco dentro do TAC é exatamente isso, é uma sentença antecipada. Eu entendo isso. E, no caso dos medidores, que ficou muito conhecido — o caso dos medidores, o caso dos medidores —, efetivamente a gente fez a apuração. Eu percebi que, na época, logo que foram instalados os medidores eletrônicos, houve muita queima de visor, dano ao medidor, até pela situação em que ele foi colocado ali, onde havia a caixa de poliuretano. Tinha vazamento. Mas a gente fez a pesquisa dentro da USP. E eu lembro que foi muito pesquisada essa questão do medidor. E, no final, o que a gente concluiu? Concluiu, na verdade, que era um erro humano mesmo, de falta de orientação na hora de medir, na hora da leitura. Na hora que o leiturista ia... Por exemplo, tem casos em que eles não cumpriam a 456. No caso das leituras por média, não era descontado depois o que o cara tinha pago, o consumidor tinha pago antes. Então, existe uma série de falhas na leitura. Po isso...

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Só um questionamento: má intenção dessas pessoas, que são vários erros ou...?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - São vários erros.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Então, há uma orientação para que haja esse erro ou... A senhora acha que pode haver essa orientação?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Deputado, eu observei muito e me questionei muitas vezes sobre isso, sobre o elemento subjetivo. E eu realmente não constatei. Porque eu lhe digo mesmo que se eu tivesse constatado eu não faria um termo de ajustamento com a CEMAR, porque eu não negocio a parte criminal. O senhor está entendendo? A parte cível, tudo bem. A gente entra, faz, antecipa a decisão e tal. Mas o que houve neste caso? Eu acho que a maior comprovação... Claro que a



CEMAR é uma empresa, ela visa lucro e tudo. Mas tem que seguir as regras de mercado e a realidade social, obviamente. Mas o que eu estou lhe dizendo é o seguinte: na época, a prova disso tudo foi que em novembro eles assinaram um TAC no escuro. No escuro, porque não tinha laudo. Embora, não obstante, como eu lhe digo, o pessoal tenha ficado de entregar os laudos nessa época. Mas ele, realmente... A gente formulou um TAC no escuro no que a gente já vinha acompanhando, porque não tinha formalização do laudo mesmo não. O senhor está entendendo? Então, não vi, em nenhum momento, dentro da minha ótica, posso estar equivocada, mas eu não observei em nenhum momento má-fé. Por isso que a gente fez o Termo de Ajustamento. Com isso eu não estou querendo, em nenhum momento, proteger a CEMAR. Pelo contrário, eu quero pegar alguma coisinha contra eles.

Mas vamos lá. A questão do TAC. Vamos lá, dos termos do TAC. No caso do TAC, eu vou mandar uma cópia para vocês, para todos vocês, sobre esse TAC. Eu lhe digo: eu posso não fazer o melhor trabalho, mas eu dou o melhor de mim. Entendeu? A gente tentou fazer o melhor TAC que pudemos. Então, o que foi resolvido? Tendo em vista a questão dos cálculos das faturas terem vindo errados, equivocados, de qualquer forma lesou o consumidor, isso é que importa, porque a responsabilização aí, a responsabilidade, no Código de Defesa do Consumidor, ela é objetiva... Então, assim, ela lesou o consumidor, eu entendo que sim. Então, a CEMAR ficou de observar cada fatura, fatura por fatura, individualizada, para poder fazer o ressarcimento do valor exato cobrado a maior, que já é o caso aqui, já respondendo a sua última pergunta, é o caso dos 80 mil consumidores. Efetivamente, são os 80 mil consumidores mesmo, que se acredita terem sido lesados. E não só aqui em São Luís...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem noção de valores?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não, isso que eu estou lhe dizendo, porque isso já é um tema para a segunda etapa. Já é o cumprimento do TAC com o recálculo de todas as faturas. Essas 80 mil, inevitavelmente, têm de ser recalculadas. E isso aqui não é só em São Luís. Ribamar... Em todo o Estado há lesões ao consumidor. Então, isso aqui eu estou lhe falando de uma maneira do Estado e não só de São Luís.



No caso do ressarcimento. Vai ser feito esse ressarcimento em conta, para o consumidor que foi lesado. Houve... Diga.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Vai ser devolvido em dinheiro ou vai ser abatido em contas futuras?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Olha, a gente, lá na Promotoria... Eu achei até melhor abater em contas futuras, e eu vou lhe dizer o porquê. Porque senão isso iria gerar um caos tão grande que o senhor não tem noção. Imagina transformar uma empresa num banco. Porque ela está aqui: "Quanto é?" Tipo assim. Então, não tinha condição. Iria desvirtuar muito. Então, a gente preferiu fazer, até por questão de praticidade, abater na conta, na fatura. E como o pessoal da classe baixa renda, já tem um tempo que muitos não pagam conta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Esse TAC vai ser corrigido? O dinheiro dos consumidores? Porque, quando o consumidor atrasa, paga multa. Então...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Olha, não está... Seria o caso de, não só de corrigir, mas de cobrança maior, sem cobrar dobrado, porque a gente sabe que tem uma previsão expressa no CDC. Também seria o caso da própria indenização por danos morais, porque houve casos que realmente a gente previa que... Tinha casos assim que doíam no coração. Mas o que eu lhe digo é o seguinte. Como a gente estava fazendo um termo de ajustamento para regularizar... E outra coisa, no caso dos reclamados, que foram os principais, que são Vila Natal, Vila São João, Polo Coroadinho, Itaqui-Bacanga, aquela região ali, eles não estão pagando. Então, assim, durante esse tempo que houve, a gente... Eu mandei um ofício para a CEMAR requerendo que fosse suspensa a ordem de corte para eles, tendo em vista que a gente não sabia se aquela conta... Estava óbvio que não era correta. Mas eu tinha dito que tem um lastro científico para poder comprovar. Então, como não houve o real pagamento dessas contas, então hoje vai ser feito um encontro. Então, se a CEMAR cobrou a mais, ela vai ter de devolver, mesmo que eles não tenham pago.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Eu gostaria de colocar a CPI à sua disposição, Dra. Lízia, para que seja também solicitada a correção também disso que a população pagou a maior, porque a população, quando não paga em dia,



paga juro. Então, a CEMAR tem de pagar juros à população. Eu acho que é uma mão de via dupla. Então, vou deixar essa sugestão e colocar a CPI das Tarifas de Energia Elétrica à disposição da senhora, para que possamos também participar desse novo ajuste de conduta.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Certo. Só existe um pequeno... A gente pode fazer um aditivo, mas existe um pequeno entrave aí. Esse processo já está na Procuradoria para homologação amanhã. Agora, no caso só... Eu vou só sugerir. Como existe ainda um outro TAC em aberto, que é o do caso da qualidade de energia, a gente poderia sentar e verificar, já junto com a Comissão da Câmara Federal, para fazer esse TAC junto com vocês e a Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Não, sem dúvida. No próximo...

A SRA. LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI - Não, já vai ser agora. Já vai ser por agora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Isso... Pode ser feito também um novo. Então, solicitando o pagamento dos juros. Então, não dá prejuízo nenhum a esse que vai ser homologado amanhã.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não, não. A gente pode... Porque existem 2.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Mas eu acho que é importante para a população ter o direito também de receber da empresa o que a empresa cobra à população quando fica inadimplente. Então, está caracterizado que a CEMAR está inadimplente com o consumidor do Maranhão. Então, ela tem de arcar também com juros e multa, as mesmas que ela cobra ao cidadão.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Certo. Só... Eu concordo. Então, a gente pode colocar já, fica a título de sugestão. Eu agradeço muito, porque às vezes a gente não observa alguns detalhes, não é? E a gente pode embutir no próximo TAC, que vai ser assinado pela qualidade de energia junto com a CEMAR, a gente pode sentar e conversar sobre esse termo.

Agora, eu só queria colocar uma coisa, que eu tive essa cautela na época, que foi exatamente por conta da situação, que eram contas muito altas e não tinham uma paridade com a carga instalada dentro da Casa. Se você for nesses lugares onde eu andei na época, você vê que a casa é tão pobre, tão pobre, de taipa, aquele barro mesmo, às vezes a divisão é uma cortina daquelas de chita, tem um bico de



luz, onde o pai, a mãe e os filhos dormem tudo no mesmo canto. Então, assim, não tinha como uma casa daquelas gerar uma conta alta como era. Então, hoje essas questões... Eu deixei para a gente discutir ulteriormente as questões das indenizações, porque o que eu mais queria era regularizar a questão da fatura, porque eu acho que era o que mais estava doendo. No ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Dra. Lízia, só para esclarecimento...

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Tudo por etapa. A senhora está certa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Este primeiro TAC, que já está pronto para assinatura, Dra. Lízia, ele se refere somente...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Ao Inquérito Civil Público 001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - O Termo de Ajustamento de Conduta é referente somente à área Polo Coroadinho? Ou diz respeito a...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não, não. No caso o que eu estou colocando para vocês é que na época as comunidades mais pobres: Alta Esperança, Coroadinho, algumas comunidades muito pobres, eu pedi que fosse feito, porque eles mandam... Tem um comando na central de informática da CEMAR para que não fosse efetuada a suspensão do fornecimento de energia. Porque a ANEEL, na 456, ela prevê as causas de suspensão de fornecimento. E uma delas é o inadimplemento da conta, a inadimplência do consumidor. Mas essa sugestão, eu já lhe disse, eu achei muito boa, eu vou tentar colocar aqui no outro termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Esse Termo de Ajustamento foi em função do Estado como um todo?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - É porque como a Assembleia Legislativa pagou toda a perícia técnica, que na época o Ministério Público não pôde pagar, foi uma perícia, acho, de 100 mil reais, 98 mil reais, a perícia que foi paga para o pessoal da USP para fazer o levantamento, a averiguação do software da CEMAR e também dos medidores eletrônicos. Então, foi uma conta que foi paga pela Assembleia. Como tinha uma comissão, a gente preferiu fazer um trabalho meio que em conjunto: eles pagaram a perícia, eu investiguei o resto. Como a Assembleia tem



abrangência em todo o Estado, ficou o TAC. Mesmo que não fosse, ele teria um efeito *erga omnes*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Tudo em função dos medidores que foram trocados?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não. Aí, a pergunta do Deputado Domingos Dutra: no caso, o que houve? Qual o conteúdo? O TAC e a questão também dos medidores...

Só para colocar mais um tópico, foi doado pela CEMAR ao ICRIM do Maranhão, um caso ASSPMA, porque é o ICRIM mesmo que vai ser beneficiado, junto com o IML, a quantia de 800 mil reais para a reforma do ICRIM daqui e a construção do ICRIM/IML de Timon.

Inclusive o Deputado Cutrim, que hoje é Secretário de Segurança, pediu que não fosse doado em dinheiro, mas que fosse pago diretamente para a empresa como doação da CEMAR, para poder ficar a critério de a gente investigar, levantar, ver se está sendo aplicado direitinho.

Hoje, não sei se o senhor sabe, no ICRIM daqui e no IML, os peritos trabalham com água de cadáver no pé. Estão os cadáveres ali dentro congelados, degelando no pé do perito. Não há condições de prosseguir dessa forma.

Posso ir para outra pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pode sim, já registrando inclusive, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que eu gostaria de receber essa denúncia formalmente...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Ah, doutor, tenho as fotos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - ...que V.Sa. faz nesta oportunidade, para mandar para a Comissão de Direitos Humanos,...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Eu tenho as fotos. Um horror!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - ...que eu e o Deputado Domingos Dutra representamos aqui, nesta oportunidade.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - São um horror! Uma indignidade! Uma vida de uma pessoa: cheguei lá, a última vez, tinha uma senhora, bem velhinha, nua, em cima daquela pedra, o perito todo sujo, quebrado, a água degelando, os cadáveres ali dentro, degelando em cima... Uma coisa altamente insalubre. Ali é só porque eles



amam demais o que eles fazem. Eu lhe digo mesmo, porque não é brincadeira não! Mas eu mando as fotos.

No caso do laudo da USP, o que ficou constatado é exatamente que não houve problema no medidor, no medidor em si. O que houve foi um erro na parte humana, na falha humana da própria CEMAR.

Por exemplo, quando há fatura cobrada por ciclo, quando eles não podem ler, que acumula, eles não estavam deduzindo o valor pago, que era o mínimo, não estavam deduzindo da conta. Então, tem conta que, por exemplo, o cara pagou 30 quilowatts/hora, depois tem uma conta de 600 quilowatts/hora, depois de 3 meses. Eles acumulam, mas o valor dos 30, 30, 30, que são 90 quilowatts/hora, não é deduzido da conta do consumidor.

Existe uma série de questões. Inclusive por isso seria interessante a ANEEL estar aqui para fazer essa adequação.

O que ficou constatado lá — nós fizemos inclusive a perícia nos softwares de faturamento — efetivamente é que houve sim dano ao consumidor, não obstante o laudo. E vou lhe entregar o laudo porque vou lhe entregar a cópia do procedimento todo. Falou, falou muita coisa, mas quando chegou ao final, ante o exposto, infelizmente, dizia “*parece ter havido*”, “*acho que teve*”, e tal. O laudo tem que ser “*teve*”. “*Foi morto de quê?*” “*Foi morto com uma facada, um elemento perfurocortante*”. Não é assim que é? Laudo é laudo. Laudo tem que afirmar, ou ele fica inconcluso.

Então, nesse caso, infelizmente, o “ante o exposto” não foi muito bom. Mas se você ler, você percebe que é efetivamente o que a população vinha dizendo que é o dano. Houve o dano. Diante disso se fez esse termo. Agora o que a gente está fazendo é indicando uma nova equipe de peritos para poder acompanhar a aplicação, a adequação e a fiscalização, dentro da CEMAR, da 456.

Então, eu acho que sobre as perguntas que vocês tinham formulado está claro. E eu vou mandar toda a documentação para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - A Comissão agradece.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Obrigada.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, só para perguntar à representante do Ministério Público se ela tem se atentado ao cálculo.



A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Não. Eu realmente não atentei, até porque, eu vou lhe dizer, essa área de tributo é uma área que tem uma promotoria específica. Salvo engano, o promotor de lá me mandou um procedimento já iniciado lá, pela cobrança de ICMS, e ele disse, salvo engano, no parecer que era legal à cobrança e tal. Então, como não é minha área, eu não ouso dar nenhuma opinião, porque eu acho que é uma área muito específica.

Mas eu vou fazer essa observação, já anotei aqui na minha agenda, para remeter para a Promotoria da Ordem Tributária mesmo, porque eu acho que aí, no caso, ela é que tem que fazer essa observação.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É porque a sistemática do Maranhão é a mesma do Estado do Acre, diferente de outros Estados, em que o cálculo do ICMS é em cima do que o cidadão consumiu. Ponto.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - É. Exato.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Aqui parece que soma tudo, porque o cidadão consumiu 112, depois o cálculo é feito sobre 140 e pouco. Quando ele deveria pagar só 12 reais de ICMS, ele está pagando quase 20. Então, há aqui uma situação no mínimo diferente da situação dos outros Estados — no mínimo diferente! Se legal ou não, não vou entrar nesse mérito, mas diferente dos outros Estados, com certeza.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Deputado, não tenha dúvida de que amanhã mesmo eu vou estar na Promotoria e vou entrar em contato com o Promotor da Ordem Tributária para que ele averigüe isso, abra um procedimento administrativo na Promotoria dele para averiguar a legalidade e a forma como está sendo cobrado, tributado o ICMS nas faturas de energia da CEMAR.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Tem a palavra o Dr. Carlos Augusto Piani para responder.

Antes tem mais uma pergunta que nos chega aqui, perguntando à CEMAR — pelo Sr. Belém foi formulada — quantas empresas do Maranhão e de outros Estados prestam serviços para a CEMAR, apontando o índice de emprego gerado por essas empresas específico e quanto de emprego é gerado ao povo do Maranhão no tocante a essas empresas que prestam serviços diretamente ligadas à CEMAR.



Com a palavra o Sr. Carlos Augusto Piani.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Presidente, eu estou com um jornal aqui que foi a fonte em relação ao PROCON. Eu gostaria de deixar registrado, para comprovar a informação que foi dada, o jornal *O Imparcial*.

Foram feitos inúmeros questionamentos. Eu vou responder a alguns e depois fazer o registro das demais respostas por escrito.

A primeira colocação em relação ao Baixa Renda, quem é baixa renda? Então, esse subsídio do Baixa Renda tem 2 critérios. O primeiro é relacionado ao consumo: todo consumidor que consome até 80 quilowatts/hora/mês faz jus a esse benefício. Se o consumidor consumir mais de 80, de 80 a 220, deve ser participante de um programa de assistência social do Governo Federal, como o Bolsa Família; se ele assim o for, terá o direito de um subsídio, se ele consumir mais.

Em relação à quantidade de consumidores que foi colocada, depois passaremos o número preciso, ela é da ordem de 1 milhão e 20 mil consumidores. Então, temos 1,6 milhão de consumidores e, no nosso Estado, um pouco mais de 1 milhão de consumidores faz jus a esse desconto da subvenção do Baixa Renda.

Em relação ao segundo ponto que foi colocado pelo Deputado em relação a Brejo, eu gostaria de comentar que é impossível nós resolvemos todos os problemas ao mesmo tempo. Essa evolução do atendimento da CEMAR tem se dado paulatinamente, ano após ano. A Subestação de Brejo, Deputado, será inaugurada em dezembro de 2009, melhorando o nível de tensão na sua região.

Buscamos atender todos. Infelizmente não conseguimos fazer na mesma velocidade em todo o Estado. E Brejo está previsto para energização em dezembro de 2009, melhorando o nível de tensão na sua região.

O outro ponto em relação a ALUMAR, grandes consumidores de energia elétrica são clientes diretos do gerador e não das empresas de distribuição de energia elétrica. É o caso da ALUMAR e da Companhia Vale do Rio Doce. Ambas as empresas são clientes da ELETRONORTE e não da CEMAR. É verdade que a ALUMAR consome dois terços da quantidade de energia que é recebida pelo Estado do Maranhão, mas ela não é cliente da CEMAR, não tem nenhum tipo de relacionamento com a Companhia Energética do Maranhão. O relacionamento é direto com a ELETRONORTE.



A questão do PROCON eu já coloquei.

Gostaria de fazer um esclarecimento em relação ao nosso processo de fiscalização. Temos investido pesadamente em treinamento para melhorar a abordagem, o relacionamento de toda a nossa força de trabalho, seja ela própria, seja de empresas parceiras, no intuito de melhorar o relacionamento com os nossos consumidores.

Não apoiamos, não há nenhuma determinação da companhia para que haja invasão de domicílio de qualquer natureza. Todo procedimento de fiscalização segue critérios técnicos. Só há uma fiscalização com a anuência, com a concordância do consumidor. Se assim não for feito, eu gostaria que fosse denunciado à companhia, porque a companhia não apoia esse tipo de iniciativa.

Então, novamente: onde poderia ser acessado? Nas nossas agências, no 116, na nossa Ouvidoria — a nossa Ouvidora está aqui —, que também tem um 0800. Qualquer canal de comunicação conosco. Eu gostaria que essa denúncia fosse realizada para que a gente possa averiguar, investigar e punir, caso esse comportamento tenha ocorrido de fato.

Foi perguntado em relação à aquisição da companhia. Eu gostaria de ter a oportunidade de esclarecer esse ponto. A companhia, como eu coloquei antes, foi privatizada no ano de 2000, a empresa faliu no ano de 2002 e tinha mais de 820 milhões de reais de dívida, para um lucro operacional da ordem de 80 milhões de reais. Isso era mais de 10 vezes a capacidade de geração de recursos da empresa. Por isso, o antigo controlador, que era a PPL, foi embora, largou a Companhia, literalmente, na mão da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Quando uma empresa está num estado falimentar, ela não vale nada. Ela só vale o valor da dívida. A Equatorial, quando assumiu, assumiu essa dívida de 820 milhões de reais e não tomou nenhum financiamento para fazer essa aquisição e teve um aporte de 150 milhões de reais para quitar os compromissos de curíssimo prazo que a companhia tinha à época — 100 milhões de reais em forma de capitalização de dívida e 50 milhões de reais em recursos próprios —, o que houve, tanto por parte da companhia como por parte da ELETROBRAS.

Basicamente eram esses os pontos que eu gostaria de esclarecer. Os demais pontos faremos por escrito, Presidente.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu não me sinto atendido nas perguntas que fiz. Quero acrescentar ainda que o Sr. Carlos, na sua explanação, coloca que não tem controle sobre a tarifa de energia homologada pela ANEEL. O que ele deixou de mencionar é que a ANEEL fixa o máximo que pode ser cobrado. Ou seja, a CEMAR, se assim o quisesse, poderia cobrar um valor menor do que aquele fixado pela ANEEL. Aqui o representante da CEMAR várias vezes repetiu que a culpa da tarifa, quando não é dos tributos, é da ANEEL.

Então, repito aqui e que fique registrado nas notas taquigráficas: a ANEEL fixa o máximo! Portanto, a CEMAR cobra o máximo, mas poderia cobrar menos.

Todas as informações que a ANEEL utiliza para fixar as tarifas são fornecidas pela CEMAR. Essas informações não são totalmente checadas pela ANEEL. Daí a importância da presença do representante da ANEEL, para, se tivesse como, e não tem, me questionar. Mas amanhã nós estaremos com ele em Pernambuco. O que eu não perguntei para eles que não estavam aqui, amanhã vou perguntar lá.

Ou seja, basta a CEMAR, se quiser, eu não estou dizendo que o faz, mas se a CEMAR quiser supervalorizar os números, como, por exemplo, o índice de perdas, a tarifa vai ficar mais cara do que deveria ser. Não estou dizendo que o faz.

Portanto, eu gostaria de solicitar da CPI que requisitasse esses índices, essa tabela de índice da CEMAR, para nós podermos fazer uma comparação com o estudo que foi realizado pela Assembleia Legislativa do Estado. Nós fazemos uma confrontação de informações.

E, por último, o senhor disse que o custo da operação da CEMAR é alto, porque o Estado do Maranhão é muito grande. Ora, o Estado da Bahia é quase do mesmo tamanho do Maranhão — é até maior, não é? —, e lá a tarifa da COELBA é menor do que no Maranhão. Como é que se explica isso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - E também, Deputado Marcio Junqueira, quero dizer ao Sr. Carlos Augusto que ninguém está querendo que ele responda por escrito, não. Ele tem que responder aqui. Não vamos aceitar respostas por escrito. O senhor tem que responder as perguntas que lhe foram feitas aqui e agora.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós também não nos sentimos satisfeitos com as respostas apresentadas, mesmo porque, quando perguntamos, naquele índice de 49% dos consumidores tinham a sua energia chegando acima ou abaixo do índice considerado como normal, nós, que não somos entendidos em questões de energia elétrica, mas entendemos, até mesmo por depoimentos anteriores nesta Comissão, que alguém está perdendo ali, porque, se a energia está chegando abaixo, ocorre naturalmente um aquecimento e há uma demanda maior. E eu perguntei ao senhor: quem paga essa demanda maior por conta dessa ineficiência no fornecimento lá na ponta, se é o consumidor ou se a companhia junta tudo isso e dilui de novo na conta de todo mundo.

E depois, ainda uma questão quanto à diluição da estrutura de energia elétrica, se isso faz parte da planilha e em que percentuais está sendo diluído isso e quem recebe essa fatia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, também quero fazer o registro de que formulei um conjunto de indagações e também não me sinto contemplado pela fala do Sr. Carlos.

Portanto, não sei se ele quer que eu repita, se ele anotou, mas tem algumas coisas importantes como gambiarra, sobre Luz para Todos, sobre investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quero até sugerir...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Deputado, se for uma por uma, para mim facilita. E eu me coloco à disposição de responder todas, sem nenhum problema. Só que a quantidade de perguntas foram tamanhas que fica difícil de organizar. Se for uma por uma, eu respondo todas, sem nenhuma exceção, sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Eu sugiro ao Presidente Cleber Verde que encaminhe agora Deputado a Deputado para fazer perguntas e que ele seja objetivo nas respostas e que cada um pergunte objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Considerando que os Srs. Deputados que formularam suas perguntas não se sentiram contemplados, Sr. Carlos Augusto Piani, faço uma sugestão a V.Sa., caso não tenha essas informações — tenho certeza de que muitos técnicos da CEMAR o acompanham. O



senhor pode inclusive convidar algum para auxiliá-lo nas respostas, caso o senhor não tenha as informações precisas a dar.

O importante é que esta CPI saia daqui com as informações que os Srs. Deputados nesta oportunidade solicitam e para registro inclusive taquigráfico para que nós possamos, na medida do possível, fazer o levantamento do nosso relatório. Por isso a importância de suas respostas. Caso não as tenha, ou que não tenha a segurança para respondê-las, pode convidar alguns dos técnicos que possam porventura complementá-las.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - O.k. Vai ser um Deputado fazendo perguntas.

Deixa eu responder em relação a gambiarras. Havia um levantamento de que o numero de gambiarras era da ordem de 45 mil ligações, e nós concluímos quase integralmente esse número no ano de 2009. Fizemos aproximadamente 20 mil ligações no ano de 2008 e fizemos já quase 23 mil ligações durante este ano. Remanescem algumas ligações em áreas de litígio, que nos impossibilita de resolver. Então, no nosso entendimento, a questão do ponto de vista estrutural de gambiarras no nosso Estado está quase exaurida. E tem questões pontuais que, por problemas de propriedade, nós não conseguimos endereçar. Então, o nosso entendimento é que já eliminamos 45 mil. Isso não faz parte de nenhum programa do Luz para Todos. Isso é com capital próprio da companhia, que foi eliminado nos últimos 2 anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor pudesse informar, só para confirmar, qual é o valor que a companhia recebe dos subsídios, se são 11 milhões anuais.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Correto, 11 milhões de reais por mês.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por mês?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Isso. Correto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Subsídios. Qual é o valor absoluto e o percentual no orçamento da companhia recebido pelo Luz para Todos?



O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - O orçamento da companhia é da ordem de 450 milhões de reais de investimentos para o ano de 2009, aproximadamente 50% desse valor são referentes ao Programa Luz para Todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual o valor médio de uma ligação do Luz para Todos?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Isso varia, Deputado, de contrato a contrato. O valor inicial iniciou o custo direto de aproximadamente 3 mil reais, 3 mil e poucos reais. Depois podemos precisar, fornecendo informações contratuais para os senhores. Mas é em torno de 3 mil reais. O último contrato está na ordem de 5 mil e poucos reais por ligação, do quarto e último contrato assinado com a ELETROBRÁS.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a questão dos gatos, eu perguntei se o senhor tem o número e quem mais faz gato aqui, quem é que utiliza essa prática ilegal.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - O.k. Então, só para esclarecer o conceito para todos, perda de energia, a CEMAR compra 100 unidades de energia da empresa que gera energia. A CEMAR só distribui, ela não gera. Então, a CEMAR adquire e distribui para os seus consumidores. De cada 100 unidades que a CEMAR recebe, ela fatura para os clientes aproximadamente 72 unidades, 28% se perde, é perda de energia. Então, a perda de energia terminada em junho de 2009, Deputado, era da ordem de 28,1% de todas a energia que a companhia adquiria.

A composição dessa perda é aproximadamente 40%. Ela é uma perda técnica, por dissipação de calor, por grandes distâncias, e aproximadamente 60% são perdas não técnicas que têm inúmeras razões: problemas de fraude, que efetivamente, como a promotora colocou, é um crime — infelizmente, isso ainda ocorre não só aqui mas em todos os Estados, não é algo específico do Maranhão. E várias outras consequências. Então, é algo bastante pulverizado. Não há um grande perfil desse fraudador.

O que eu posso dizer, com bastante tranquilidade, é que não é algo motivado apenas por pessoas com baixo poder aquisitivo. Existem vários grandes consumidores com alto poder aquisitivo no nosso Estado que infelizmente também se utilizam dessa mecanismo de não pagar, da irregularidade. Infelizmente. Então,



eu diria que abrange a todos. Não é um aspecto relacionado apenas com a condição financeira do consumidor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A companhia absorve que tipo...
Nesse percentual de 28, qual é o percentual que a companhia fica para si?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Em relação a perda, 25,6% estão embutidos na tarifa. Esses 28,1, a diferença é arcada integralmente pela concessionária. É importante destacar que, do ponto de vista da inadimplência, o que está embutido na tarifa é de ordem de 0,9% do nosso faturamento. E a inadimplência no Maranhão, infelizmente, é de 3,5%. Então, esses 2,6% são arcados integralmente pela concessionária. Então, se nós somarmos aproximadamente 2 pontos e meio com esses 2 pontos e meio, 5%, seja por uma inadimplência, seja por fraude, são arcados integralmente pela concessionária do Maranhão e não são repassados via tarifa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As duas últimas, Sr. Presidente. É sobre o plano de investimento da empresa, para poder atender esses investimentos que o Estado está trazendo para o Estado, e, por último, sobre o programa Luz para Todos. Se o senhor garante que essas metas serão atingidas, os 40 mil este ano e os 50 mil no próximo. E o senhor mandar para a CPI os povoados atingidos e as metas de 2005 para 2009.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Nosso orçamento para o ano de 2009, a estimativa que nós temos, é da ordem de 500 milhões de reais, aproximadamente, de investimentos. Desse montante, cerca de metade é para o Luz para Todos, em torno de 200 e poucos milhões de reais, que dependem fortemente da periodicidade de repasse da ELETROBRÁS. Acredito que já é tema de conversa com alguns membros da bancada do Maranhão, é algo que precisa funcionar para que nós tenhamos a capacidade de executar a integralidade das 90 mil ligações.

Também foi questionada a origem desse número. Quem diz que são 90 mil ligações? Não é a CEMAR. Esse número foi validado pelo Ministério de Minas e Energia, e ele que forneceu esse número que constou de uma resolução da ANEEL, que estipulou o número de ligações ainda pendente no Maranhão e em todos os outros Estados da Federação. Então, daí a fonte das 90 mil ligações, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Com a palavra o Deputado Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Gostaria de perguntar, objetivamente, ao Sr. Carlos Augusto qual é o cargo que o Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa exerce na CEMAR e na Equatorial.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Ele é conselheiro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Conselheiro da CEMAR e da Equatorial. O Sr. Paulo Jerônimo foi diretor da ANEEL e relatou vários processos de interesse da Equatorial e da controladora da CEMAR e da Light, do Rio de Janeiro, entre eles o que homologou o índice de reajuste tarifário da CEMAR nos anos de 2004 e 2005, provocando um aumento de 19,73% nas contas do povo do Maranhão. E hoje esse senhor é conselheiro da CEMAR. Isso foi um prêmio pelos serviços prestados à CEMAR?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Não, não foi nenhum prêmio, nem tipo de relacionamento com o Dr. Paulo. Ele foi um diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nós, enquanto Equatorial Energia, somos negociados na Bolsa de Valores de São Paulo, no maior nível de governança corporativa, que é o novo mercado. E o novo mercado exige que 20% dos seus conselheiros sejam conselheiros independentes do controle acionário da empresa. E o Dr. Paulo representava os acionistas minoritários, que representava os 20%.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Mas ele não mostra ser independente, já que ele foi relator — certo? — de revisões tarifárias que homologaram aumento. Então, ele não é independente, ele é totalmente dependente da CEMAR.

Nisso aí há uma questão que esta CPI tem que investigar, inclusive solicitando a quebra de sigilo fiscal desse senhor e da CEMAR. Porque é no mínimo estranho, senhoras e senhores aqui presentes, um ex-diretor da ANEEL homologar um reajuste de 19%, que não é um reajuste pequeno, bem acima dos índices inflacionários, e de repente, quando ele sai, vira conselheiro da empresa que ele relatou. Então há, no mínimo — certo? —, uma questão aí que tem que ser investigada profundamente, porque o bom senso não permite um tipo de coisa dessa natureza. Ele deveria ter se julgado suspeito e não aceito o cargo de



conselheiro da CEMAR, já que ele relatou, quando membro da ANEEL, uma questão tão importante para o povo do Maranhão, que resultou, sem dúvida alguma, no comprometimento ainda maior da renda familiar do povo do Maranhão. É uma questão que realmente esta CPI tem que investigar porque coloca em dúvida a conduta da CEMAR e a conduta do Sr. Paulo Jerônimo. Não podemos admitir um tipo de coisas dessas. Esta CPI vai investigar essa questão. E há várias outras.

É uma coincidência muito grande. Existem mais de 60 distribuidoras. Por que ele foi justamente ser conselheiro da distribuidora que ele autorizou um aumento, relatou um aumento de 19,73%? (Palmas.)

Isso mostra a falta de responsabilidade da CEMAR com o povo do Maranhão. Isso mostra a falta de responsabilidade da ANEEL e dos senhores com o povo do Maranhão, porque deveria ter existido bom senso, deveria ter existido respeito ao povo do Maranhão, para não colocar em dúvida esse reajuste de 19,73%, que foi homologado em 2005.

Então, eu peço ao Relator Pinto Itamaraty que encaminhe os autos desta audiência pública. Peço ao Presidente Cleber Verde e aos demais membros desta CPI que possamos investigar a fundo, pedindo a quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal desse senhor e dos diretores da CEMAR. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - V.Exa., Deputado Eduardo da Fonte, traz uma informação que nos parece extremamente grave. Certamente o Relator já fez o registro e vamos tomar providências.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Temos cópias aqui inclusive que eu vou encaminhar ao Ministério Público, que está presente, mostrando uma ata da CEMAR, de hoje, em que coloca o Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa como conselheiro. O relatório homologa o reajuste, assinado pelo mesmo, no dia 23 de agosto de 2004, e a revisão periódica da Light Serviços de Eletricidade S.A, da qual o Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa era diretor, também assinada no dia 3 de outubro de 2003.

Então, esta CPI tem que investigar esse tipo de coisa, porque não podemos admitir que funcionários saiam da ANEEL e recebam prêmios pelos serviços prestados, quando eram diretores, fazendo parte dos conselhos dessas empresas que eles relataram quando eram funcionários públicos e ocupavam cargo. Deveriam



estar defendendo a regularidade e as leis do nosso País e não beneficiando quem diz que esse aumento deveria ser realmente de 19% ou de 5% ou deveria ser negativo. Hoje se coloca em dúvida a conduta desse senhor, quando exerceu o cargo de diretor da ANEEL.

Então, entrego aqui em mãos ao Ministério Público, para que também tome as providências cabíveis. Esta CPI está encaminhando ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União todas as informações que recebe, para que esses órgãos possam, juntos com a CPI, também tomar as providências cabíveis. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Feito o registro, nobre Deputado Eduardo da Fonte. As providências certamente serão tomadas. O nobre Relator já fez o registro do que foi aqui falado por V.Exa.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Pinto Itamaraty.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Há três pontos fundamentais. A Relatoria acata e será encaminhado o pedido de quebra de sigilo bancário e telefônico do Sr. Paulo Jerônimo, além da solicitação da cópia do seu Imposto de Renda. Segundo ponto: se o representante da ANEEL não comparecer amanhã em Pernambuco, fica feito o requerimento verbal aqui nesta Mesa e solicito a minha assessoria jurídica que apresente, por escrito, na primeira reunião desta CPI, a condução de qualquer parte do Brasil, pela Polícia Federal, até à Comissão.

Nós não queremos constranger ninguém, entretanto a CPI precisa dar continuidade aos seus trabalhos, sem que seja atrapalhada por ninguém. Então, nós, primeiro, convidamos, a título de colaboração. Se isso não for possível, a CPI vai usar daquilo que é sua prerrogativa, fazer a condução, através da Polícia Federal.

E por fim, eu queria solicitar todas as informações escritas de toda a direção da CEMAR, tudo que foi dito aqui, porque tudo está gravado, tudo está taquigrafado, para que nós possamos, diante das documentações oficiais, confrontá-las com o que foi dito aqui. Alerto que por qualquer informação contraditória ou informação que não tenha sido dada corretamente, a direção da CEMAR será responsável cível e criminalmente. Isso é uma determinação da CPI. A gente quer colaborar e quer que todos colaborem com a gente. As informações precisam ser feitas corretamente. Por



isso o Presidente pediu que fosse falado, não só pelo representante da Mesa, por qualquer outro diretor. Nós solicitamos, também, todas as informações, por escrito, ora colocadas aqui pelo representante da CEMAR.

Desta forma, eu devolvo a palavra ao Presidente dos trabalhos, Cleber Verde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Prosseguindo, nós tínhamos 3 perguntas que ficaram sem resposta. Eu gostaria que o Presidente da distribuidora regional de energia nos respondesse, se tiver a informação.

A primeira é com relação àquela informação de que 49% dos consumidores têm aquela questão de recebimento de energia acima ou abaixo, se isso traz prejuízo e quem está bancando esse prejuízo.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - A questão do nível de tensão é diferente é da questão das perdas de energia. São 2 conceitos diferentes. Então, quando há uma queda do nível de tensão, há um consumo menor por parte do consumidor, porque não chega efetivamente energia a ele num nível suficiente para que ele possa utilizar todos os seus equipamentos. Não há nenhum tipo de compensação via tarifa ou não sobre questões relacionadas ao nível de tensão. Todas as questões relacionadas a tarifas referem-se a perdas de energia e não ao nível de tensão, foi o que já respondi na outra colocação. A perda de 18,1% e 25,6% está embutido na tarifa.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, o senhor, embora de maneira controversa, afirma à CPI que essa perda... Porque há uma perda. Não sou engenheiro elétrico, mas tantos depoimentos já colhidos nesta CPI, quando isso ocorre, ocorre inevitavelmente um aquecimento. Quando há o aquecimento, há perda de energia. Certo ou errado?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Sim.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, alguém está pagando. O senhor recebe 1.000 megawatts de energia, fornece só 800, mas vai cobrar do consumidor os 1.000 que o senhor recebeu. Então, a pergunta é: quem paga isso? É aquele consumidor individual ou está diluído? O senhor já falou que está diluído.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Só fazer uma... Augusto Miranda, Vice-Presidente da companhia.



O SR. AUGUSTO MIRANDA PAES JUNIOR - Boa noite a todos. Eu sou, por formação, engenheiro eletricista, acredito que posso esclarecer.

Na verdade, Deputado, o que a gente tem... Na hora que o senhor tem um chuveiro elétrico, por exemplo, o senhor tem o que se chama potência. O senhor tem duas componentes: a tensão e outra coisa é a corrente que faz chegar aqui. Então, se o senhor compra um chuveiro, por exemplo, de 4.000 watts, ele é a combinação da tensão, que é como se fosse... é a tensão vezes a corrente que dá esse resultado. Então, é o que ele está dizendo. Se eu fizer uma correlação com o sistema hidráulico, é como se fosse o seguinte: a força da água é a tensão, e a corrente é o fluxo, a água que está passando, está certo? Então, essa combinação é que vai... Então, a tensão é, como o Piani está dizendo, não vai influenciar nessa questão do consumo de energia. Então, a conta, por exemplo... Se eu tenho um nível de tensão mais baixo, a minha conta não vai influenciar. É o que o Piani falou.

O que acontece é que se eu tenho um nível de tensão baixo, às vezes a minha geladeira não parte, eu não consigo partir o motor da minha geladeira, eu não consigo, por exemplo, ligar uma carga mais pesada. Quer dizer, então a lâmpada ela acende, ela vai ficar ali. Então, o fruto daquela tensão que ela recebeu vezes a corrente, essa combinação, a multiplicação disso aqui é que vai me dar o resultado do que eu estou consumindo. Não sei se eu consegui explicar ao senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Eu queria só fazer uma complementação, que, de repente, pode ser isso que está sendo questionado. A perda de energia que está na tarifa... Tem uma perda que é uma perda técnica, que é por dissipação de calor, por extensão, e há efetivamente essa perda. Então, dos 25,6% que estão embutido na tarifa, tem aproximadamente 2,5% — podemos precisar, é um número estimado, de cabeça — são perdas técnicas que se assemelham ao conceito que o senhor está colocando que estão embutidos por uma dissipação de calor. O nível de tensão é questão que o ...

O SR. AUGUSTO MIRANDA PAES JUNIOR - Piani, Deputado, só complementando um ponto, é o seguinte: na hora em que eu tenho... O que aconteceu? Eu tenho um condutor, eu tenho um fio, um fio de energia. Então, esse fio, o que é que acontece? Eu tenho uma tensão, que é uma força.



O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Peço que deixe o microfone perto, para que sejam registradas as respostas. Porque, às vezes, você está fugindo com o microfone e não está gravando.

O SR. AUGUSTO MIRANDA PAES JUNIOR - O.k. Então, explicando, é como se eu tivesse um fio. Eu tenho uma tensão que é a força que faz com que essa corrente passe. É o que o Piani está dizendo. Uma corrente vai passando nesse condutor. Se ele é mais grosso, se ele é mais fino, se ele é mais distante, eu vou ter uma perda. Ou seja, é como se fosse o seguinte: se eu tenho uma distância muito longa, essa energia não chega com aquela força, mas o consumidor vai pagar. Quer dizer, se eu tive uma queda de tensão, ele vai pagar aquela tensão que eu tenho por aquela corrente, mas é o que ele falou também. Ou seja, essa perda... Há uma perda de energia por a corrente passar, se ela é maior ou menor, que é isso que ele fala da perda técnica.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k. Isso significa dizer que aquele consumidor não vai pagar, mas o todo vai pagar essa perda técnica.

O SR. AUGUSTO MIRANDA PAES JUNIOR - A perda técnica é o que ele explicou, que é 2,5%.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k. Então, aqui vejam bem os senhores: 50% dos consumidores do Maranhão contribuem para essa perda técnica, que depois é distribuída entre todos os senhores. É isso que eu entendi.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Dois e meio por cento estará embutido na tarifa.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A segunda questão é: quem faz a medição – se é a empresa, se é terceirizado. E quanto custa *per capita* essa medição?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - A empresa que faz a leitura do consumo, em geral, em grande maioria, é terceirizada. O custo eu não sei precisar neste momento. Vamos questionar o preço e informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Perdão, pode falar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Se algum assessor tem essa informação...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Tem um diretor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Poderia usar o microfone, para ficar gravado a fim de registro oficial?

O SR. MARCOS ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA - Ela depende se é urbana, rural ou se é entrega simultânea. Ela varia de 0,38 centavos a 2,50 reais por atividade.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor poderia dizer quais são as faixas que obedecem essa variação?

O SR. MARCOS ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA - Se ela é urbana, se ela é rural...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Se ela é urbana, é quanto?

O SR. MARCOS ANTÔNIO SOUZA DE ALMEIDA - A depender do local. Por exemplo, São Luís, 38; uma cidade mais distante onde tem que colocar vai a 90 centavos. Para cada local onde tem um custo de deslocamento tem uma tarifa diferenciada para fazer o custo da leitura.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A outra questão é aquela questão que é difícil de entendimento para o ser de senso comum, da diluição da estrutura de energia elétrica no Brasil na conta do consumidor. *Grosso modo*, nós pagamos a nossa conta de todo o dia, isso é no Brasil inteiro, o custo da rede que está ali. Todavia, diferentemente daquele sistema da telefonia antiga, em que o cidadão adquiria uma linha telefônica, mas recebia da empresa, no caso a EMBRATEL, ações e se transformava automaticamente em pequeno acionista da empresa, no caso da energia, o consumidor paga a rede, paga o transformador, paga tudo, mas não é dono. A pergunta é: qual é o índice dessa diluição que está embutida na conta do consumidor maranhense?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Não sei precisar, Deputado. Temos que fazer a conta para lhe fornecer esses dados.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Vou fazer uma segunda pergunta.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - O.k.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quem fica com essa fatia? A distribuidora ou a ELETROBRÁS?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Na política tarifária vigente, há uma compensação pelos ativos existentes na prestação do serviço.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Significa dizer que fica com a distribuidora?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Isso. Fica naquela parcela da distribuidora.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Estou satisfeito, Sr. Presidente. Só para a Comissão, Presidente. Uma questão que nós temos que buscar aprofundar — talvez, no Pernambuco, amanhã seja o momento oportuno — é a questão explicada aqui do subsídio recebido pelas empresas de grande porte, no caso a empresa de alumínio, que é um número expressivo, já que ela consome 75% de toda a energia que vem ao Maranhão. Aqui ficou dito pelo representante da distribuidora que é um tratamento direto com a ELETRO NORTE. Como nós sabemos que não tem almoço de graça, nós precisamos saber como é feita essa operação, porque, de toda a forma, tem a participação da empresa distribuidora local, haja vista que a energia, para chegar lá, passa pelas linhas de transmissão, passa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, não é assim? Bem, mas fica aqui já para o Relator, para que nós possamos buscar explicações dessa questão. Como é feita essa operação? Como é feita essa triangulação? E quem efetivamente está pagando esse subsídio à empresa aqui, que deve ser exemplo de outras ao redor do Brasil?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Deputado, eu só gostaria de fazer um esclarecimento adicional a sua pergunta. Qualquer investimento que tenha sido realizado com subsídios ou doados por qualquer consumidor, não há qualquer tipo de compensação na tarifa. Então, para deixar isso claro. Só há compensação por investimentos da rede onde esse investimento é feito com capital próprio da própria concessionária. Se há uma doação ou uma subvenção do Governo Federal, do Governo Estadual ou de qualquer natureza, não há qualquer tipo de compensação na tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Eu pergunto ao nobre Deputado Márcio Junqueira se quer fazer uso da palavra, para fazer de forma individual os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Gostaria, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Apesar de que, depois dessa questão do Paulo Jerônimo, conselheiro, funcionário da ANEEL, Relator, um aumento de 19%, fica difícil a situação da CEMAR. Eu até entendo a situação do Presidente, do seu representante, o Sr. Carlos. É difícil explicar se foi um equívoco, deve ter sido um erro, mas nós vamos ter oportunidade de esclarecer.

Eu perguntei ao senhor representante da CEMAR, o senhor colocou no início da sua explanação que houve um investimento de 1 bilhão de reais, mas se arrecadou quanto nesse período? Vocês estão tendo prejuízos? A CEMAR tem prejuízos hoje, é uma empresa que trabalha com prejuízos?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Não, a CEMAR não tem prejuízo. A CEMAR investiu, Deputado, quase duas vezes e meia o seu lucro, nesse período de 2004 a 2008, que é o período no qual eu estou na CEMAR. Então, duas vezes e meia, mais esse 1 bilhão e 800 milhões de reais representam duas vezes e meia o lucro obtido, até porque é necessário recursos para realizar os investimentos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas não tem tido prejuízos a CEMAR?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Não. Após a troca de controle, a companhia tem sido sustentável e tem conseguido fazer frente a seus investimentos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Tem tido lucro então?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Tem.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Está certo. O senhor acha justa a tarifa que o povo maranhense paga hoje? O senhor acha que ela é cara ou barata?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Acredito que a tarifa do Maranhão respeita as regras vigentes, Deputado. Mas acredito que existem oportunidades de que a tarifa seja reduzida no Brasil. Eu acho que tem duas frentes: a primeira, com os investimentos que nós estamos fazendo...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não, mas eu diria, sem querer te interromper, até porque o senhor usa sempre a linguagem técnica, para responder para a população que está aqui. Vocês informam a ANEEL das perdas dos índices e a ANEEL fixa o máximo que pode ser cobrado. O senhor não poderia hoje dizer a



essa população aqui que tem como abaixar essa energia e a CEMAR vai abaixar na próxima revisão tarifária, como fizeram em Roraima? Em Roraima disseram para nós. Lá nós conseguimos já, a CPI conseguiu uma redução de 17%. Por que a CEMAR, que tem tido esses lucros absurdos aqui... Olha, só no semestre deste ano a receita bruta fechou em 730 milhões de reais. O ano passado vocês ganharam — a receita bruta — 623 milhões. Do ano passado para cá, vocês acresceram aí mais de 100 milhões de reais. Por que não dizer para o povo do Maranhão que nós vamos baixar o preço da energia? Vocês podem, não podem, Sr. Presidente?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Deputado, dessa receita bruta, só recapitulando, só 37% fica para a concessionária. E no momento da revisão tarifária, que o senhor citou, é assumido o compromisso de melhorias de qualidade e de investimentos a serem realizados.

Então, na medida em que haja qualquer redução discricionária, por parte da concessionária, ela está dificultando a capacidade que ela tem de cumprir suas obrigações assumidas no momento da revisão tarifária...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas o senhor afirmou que tem lucro. O senhor afirmou que é uma empresa que tem bastante lucro, o senhor disse aqui, que não tem problema. Os números dizem isso.

Será que não é possível... Eu faço esta pergunta, encerro, e insisto: o senhor acha que o povo do Maranhão tem como pagar o preço dessa energia?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Como eu coloquei, eu acredito que existem... É muito propícia esta Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir formas de redução tarifária. Eu acredito que existem 2 componentes: a tarifária já foi dita extensivamente, mas a redistribuição do subsídio hoje no Brasil, como foi dito até pela promotora, que acredito que infelizmente já tenha saído... Ah, não está aqui.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Está aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Perdão. Que o pobre do Maranhão é diferente do pobre de outras regiões. Eu acho que a tese defendida pelo Diretor-Geral da ANEEL, Dr. Nelson Hubner, da simetria tarifária, tem como um dos objetivos, reequilibrar a distribuição desse subsídio.



Então, acredito sim que existem mecanismos que podem surgir desse trabalho que venham diminuir o valor da tarifa no Maranhão. Acredito que isso é possível.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Vamos achar esse caminho.

Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só, pegando a deixa do Presidente da CEMAR, que abre a possibilidade de se revisar, de tal forma que aqueles que ganham menos possam ter uma tarifa mais suave, eu queria só perguntar ao Dr. Carlos e também à Dra. Lízia se não tem nenhum comitê que possa discutir qual seria a melhor forma de se discutir a possibilidade de haver uma redução da tarifa. Porque eu notei que há boa vontade. É evidente que, como ele não veio preparado para dizer aqui que estava... que isso é possível, mas a porta está aberta, desde que a gente possa verificar o lucro, etc. E outros componentes.

Eu queria só perguntar à Dra. Lízia e ao Dr. Carlos — só para dar consequência, Sr. Presidente —, se a CPI também poderia participar desse processo, de tal forma que a gente estabelecesse um mecanismo, uma metodologia de examinar a possibilidade de redução da tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Nobre Deputado Domingos Dutra, nobre Deputado Pinto Itamaraty, Deputado Edio Lopes, Deputado Marcio Junqueira, Deputado Eduardo da Fonte, Dra. Lízia Cavalcanti, Dr. Carlos Augusto Piani, nobre Deputado Marcos Caldas, senhores e senhoras, diante do questionamento do Deputado Dutra, por tudo aqui levantado e por tudo dito, esta Presidência entende que, até pelo ajuste de conduta celebrado entre o Ministério Público, a CEMAR e esta Assembleia Legislativa, e diante do questionamento do Deputado Dutra... Nós queremos — esta CPI, esta Presidência, que é do Estado do Maranhão, que, mais do que ninguém, sabe das dificuldades que vive o povo do Maranhão para pagar a sua tarifa de energia elétrica, a sua conta de energia...

Fiz questão de mostrar a reportagem da *TV Mirante* que mostra alguns exemplos, entre muitos, pelo Estado afora, que são acometidos de injustiças, cujas cobranças, a exemplo do que foi mostrado lá, chegam ao montante de 490 reais, para um cidadão que é aposentado e ganha 465 reais.



Portanto, nobre Promotora, Dr. Piani, esta CPI quer, nesta oportunidade, sugerir a V.Sa., a exemplo do que fez com a Assembleia Legislativa, que nesta noite, até em homenagem também ao idoso...

Hoje é o Dia do Idoso. Quero aqui homenagear a Dona Maria, tia Loló, e, em nomes das senhoras, homenagear todos os idosos do Brasil, em especial do Maranhão.

Aquele idoso que estava ali, mostrado na reportagem, cuja conta chegou a 490 reais... V.Sa. percebeu a reportagem, o Ministério Público também. Tenho certeza que já tem essa reportagem registrada no Ministério.

Então, em homenagem a esses idosos, a essas famílias carentes do Maranhão, ao Estado que tem a segunda menor renda *per capita* e que paga a maior tarifa de energia do Brasil, eu formulei requerimento pedindo os 12 últimos meses, com o nome e endereço — está aqui “adendado” pelo Pinto Itamaraty — das famílias que são contempladas pelo CDE. Vamos reduzir para 6 meses, para não ficar por demais essa listagem.

Mas, em compensação, eu queria solicitar ao nobre Presidente da CEMAR, que já demonstrou aqui muita boa vontade — e a quem agradecemos a presença nesta CPI, aos senhores técnicos todos da CEMAR, que estão aqui, que nós sabemos e conhecemos todos pela sua reputação e capacidade ilibada... Nós gostaríamos de, até diante de tudo o que foi falado aqui, que foi colocado... E o próprio Presidente reconhece que ainda faltam 90 mil famílias — diz o Presidente. Mas a Secretaria do Ministério de Minas e Energia nos disse, lá na CPI, em Brasília, que são 100 mil famílias, sendo que 40 mil seriam contempladas este ano e 60 mil... Eu fiz questão de perguntar isso por duas vezes ao Secretário, que lá esteve presente, Presidente, e ele nos respondeu que foi 100 mil. Faltam aí complementar 10 mil. Cem mil famílias. Isso são já... E V.Sa. inclusive reconhece: 90 mil ou 100 mil tem um número bastante aproximado.

Da mesma forma, V.Sa. também registrou — palavras suas; não estão ditas por mim, mas por V.Sa. — que, de fato, a exemplo do que ocorreu, naquela reportagem, com aquele senhor e as contas que aqui aparecem, V.Sa. reconhece que há erros ocasionais em contas, em cobranças que são encaminhadas ao



consumidor. V.Sa. disse isso aqui e está registrado. Nas notas taquigráficas também se registrou.

Então, diante de tantos argumentos que nós colocamos aqui... E V.Sa. coloca sempre que essas cobranças injustas, injustificadas são, muitas vezes, culpa da ANEEL, da alta taxa tributária.

Nós queremos, assim, pedir que nós possamos, nesta noite, fazer um Termo de Compromisso entre a CEMAR, o Ministério Público e esta CPI, para que nós possamos... e o PROCON, que não está aqui, mas certamente não se furtará a também subscrever esse Termo de Compromisso, para que nós possamos, Sr. Presidente, diante de tudo o que foi abordado aqui, principalmente em homenagem aos nossos idosos e às famílias carentes do Maranhão, fazer uma revisão — e aqui colocado pelo Deputado Dutra também —; uma revisão de todas as contas que tiveram oscilações iguais ou superiores a 10% nos últimos 6 meses. Que nós possamos fazer um Termo de Compromisso aqui, hoje, diante de tudo... Porque entendemos que o que foi colocado aqui nos parece verdadeiro, até porque há registros claros e há contas que comprovam isso. E reconhecidamente comprovado por V.Sa., como disse, que há erros. Então, se há erros pontuais, pode haver erros maiores ainda do que V.Sa. imagina.

Diante inclusive de que essas pessoas que têm erros em suas contas muitas vezes não sabem a quem recorrer e como recorrer, não sabem nem onde é que fica a CEMAR e, se não pagarem, corta... Então, diante desses fatos aqui, que nós levantamos hoje — Deputado Pinto Itamaraty, Cleber Verde, Domingos Dutra e todos os Deputados do Maranhão que aqui estiveram; Deputados que gentilmente comparecem aqui para nos ajudar a esclarecer questionamentos como esse que leva o Maranhão a pagar a maior tarifa de energia do Brasil —, nós vamos apelar a V.Sa. para que nós possamos fazer esse Termo de Compromisso hoje, para revisarmos aí as contas que tiveram oscilações iguais ou superiores a 10% nos últimos 6 meses.

Da mesma forma, registrar — que V.Sa. também possa nos atender nessa solicitação —, conforme colocado pelo Presidente Eduardo da Fonte, que todo valor cobrado de forma indevida ao consumidor, a este consumidor seja pago, obviamente, com os devidos juros e correções.



Esta CPI, tenho certeza, a exemplo do que V.Sa. fez com esta Assembleia Legislativa, que tem, obviamente, interesse em esclarecer essas cobranças abusivas que chegam à casa do consumidor... Nós, nesta oportunidade — e já perguntando ao nobre Relator se tem algum questionamento a mais a fazer, e aos Srs. Deputados —...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só... Se me permite, Sr. Presidente, só para melhorar a sua proposta, eu queria sugerir assim: que ficasse acertada, acordada uma espécie de comitê composto pela CEMAR, pelo Ministério Público, pelo PROCON, pelos 3 Deputados do Maranhão que estão aqui — 2 da CPI, um só de atrevido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pela Comissão de Direitos Humanos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu, pela Comissão de Direitos Humanos. E a gente acertasse o compromisso de fazer uma reunião de trabalho, pegasse todos os pontos que fossem levantados, acrescidos pelo ajustamento de conduta que vai ser homologado, e a gente veria todos os pontos de comum acordo, para saber aquilo em que é possível haver uma mediação. Porque há a possibilidade de revisão da tarifa, há os 80 mil que podem ser reparados, há a questão do pagamento daqueles que tiveram a cobrança feita, tem uma estrutura de que o contribuinte possa se valer na hora em que uma empresa terceirizada, que — a CEMAR disse aqui que não concorda com os métodos —... que entra na casa do cidadão, etc.

Portanto, o que quero sugerir é: que ficasse esse comitê, o compromisso de uma reunião de trabalho, a partir do levantamento de todos esses dados, com a assessoria da Comissão e, o compromisso mais importante, a boa vontade da companhia de rever aquilo que à luz do bom senso é possível rever, inclusive a redução da tarifa dos consumidores de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - E de forma pontual, considerando que a secretaria está aqui atrás, inclusive, só aguardando vossa resposta, para que nós possamos consolidar esse Termo de Compromisso com a CPI, que nesta oportunidade vem ao Maranhão com a maior boa vontade, que é



justamente esclarecer, dirimir dúvidas e, obviamente, pontualmente, encontrar respostas àquilo que a sociedade do Maranhão reclama.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Deputado, a Companhia...

(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Perdão. Em relação à variação de contas que o nobre Deputado colocou, ele já... parte do objeto do TAC, como vai poder ser visto pela Comissão Parlamentar de Inquérito, ela visa ver exatamente essas variações. Temos a disposição de fazê-lo, mas acredito, se me permite, que esse comitê sugerido vai-lhe dar se o que vai ser feito no TAC atende a esse pedido do Deputado ou se há uma demanda adicional. Porque parte do TAC, essa revisão dos 80 mil, ela segue esse critério de variação também. Não só se esse critério atende; se num período lhe atende. Então, para não haver redundância... mas faríamos de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Não há nenhuma dificuldade na redundância, até porque, aquilo que na verdade se soma, que abunda, não prejudica.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - A gente gostaria de poder registrar na Secretaria — que pudesse já começar a redigir — o Termo de Compromisso entre CEMAR, CPI, Ministério Público e PROCON, para que nós possamos sair daqui com esse Termo de Compromisso lavrado, na perspectiva de podermos de fato encontrar respostas não só aos consumidores, individualmente, que fazem essas reclamações, mas a todos os consumidores, obviamente, do Estado do Maranhão, que se sentem, obviamente, lesados com cobranças abusivas no tocante àquelas que chegam às suas casas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - A senhora pode utilizar... Por favor... Você poderia utilizar o microfone aqui, Paulo Duarte, por favor. Logo em seguida, eu passo a...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Ela é diretora da CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Quando ele concluir, a senhora pode complementar.



O SR. PAULO DUARTE - Boa tarde a todos aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Fale o seu nome. O seu nome.

O SR. PAULO DUARTE - Eu sou Paulo Duarte. Sou vice-presidente, hoje, da Casa das Mães Maranhenses, a entidade que entrou com ação contra a CEMAR, e hoje a gente também está nessa luta ainda.

E eu queria também sugerir que nesse, nessa discussão, que as 4 entidades, que começaram essa luta contra esses medidores digitais pelos analógicos, que também façam parte dessa discussão. Também. Porque a gente está ali, há 2 representantes aqui das entidades, há mais 2 que estão ausentes, e a gente também quer a participação. Porque, como já foi dito anteriormente, ainda está havendo esses erros. Porque, recentemente, eu estive no Ministério Público, na Promotoria, levando um grupo de quase 20 pessoas. Onde foi colocado agora os postes. Porque era gambiarra. Porque a gente tinha solicitado, nunca tinha sido feito. E agora fizeram.

O primeiro mês que veio a conta, veio conta altíssima. Veio conta até de 800 reais, onde tinha... Onde tinha, não, onde tem morador que não tem um pau para matar um gato (*risos*). Mas as contas vieram pesadas demais para o bolso da gente, e eu queria só deixar isso aqui registrado, viu, Deputado Cleber Verde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Feito o registro, nobre amigo Paulo Duarte, Diretor da CEMAR.

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - Boa-noite a todos. Meu nome é Patrícia Pugas. Eu sou diretora da CEMAR e também respondo pela parte jurídica, e queria fazer uma contribuição. Na verdade, o Termo de Ajuste de Conduta firmado... Eu não sei se a Dra. Litia... Dra. Litia, a senhora quer esclarecer sobre isso ou quer que...

A SRA. LITIA CAVALCANTI - E, realmente, no próprio TAC que a gente lavrou aqui e firmou, aqui na Assembleia, consta essa previsão dessas unidades consumidoras que vão ter efetuada a reavaliação individual, onde existem indícios muito fortes de que houve lesão ao consumidor.

Então, na época, quando a gente fez a... quando a perícia fez, os peritos fizeram esse levantamento, foi baseado exatamente nessas oscilações que levaram



a essa conclusão. E já existe isso. Já existe essa cláusula no TAC. Mas eu... assim, eu não me oponho a nada. Acho que, quanto mais ajuda, melhor. Mas aí, no caso, também, eles aí é que sabem...

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - Na verdade, Deputado, o que eu queria esclarecer — e queria aproveitar para esclarecer a todos — é que inclusive o nível de variação de contas que justificaria uma... um questionamento, uma análise diferenciada também foi definido pelos peritos da USP. Inclusive porque as contas, elas variam até mesmo em função do período de leitura. Porque o período de leitura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Qual o percentual?

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - Ele pode ser... O período de leitura pode ser de 28 a 33 dias — se eu estiver enganada, vocês me corrijam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Não, não...

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - ... de 27 a 33.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - Exatamente. Então, há uma série de coisas que contribuem. O próprio período de leitura regulamentar pode interferir numa variação de consumo e pode interferir num percentual. A USP definiu, na perícia realizada, um universo de contas que podem ter tido efetivamente algum problema, em função de uma variação que ela identificou como sendo justa e razoável — a partir de uma perícia técnica, de dados técnicos —, que pode ser justa e razoável e que mereça uma perquirição: de que se efetivamente houve algum tipo de prejuízo ou se não houve algum tipo de prejuízo.

Ao nosso ver, o comitê tem um sentido muito forte, no sentido até de fazer um acompanhamento desse TAC, mas todas as providências que foram sugeridas nesse outro termo de conduta, na realidade, estão previstos no termo de conduta ajustada, e esta Casa inclusive fez parte disso. Esta Casa acompanhou todo esse trabalho.

Então, só registrando, até a gente assumir um compromisso de 10% ou daqui a pouco dizer que é de 20 ou que é de 30, isso, ao nosso ver, é um critério técnico e deve ser definido por peritos — o que, aliás, já foi feito; só a título de esclarecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Alguma observação, Relator?

O SR. MARCOS CALDAS - Sr. Presidente? Eu não sei se posso... Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pois não, Deputado.

O SR. MARCOS CALDAS - Eu estava aqui pensando, e queria fazer um pedido para a CEMAR e um pedido para a CPI, porque, se a energia consegue chegar até as empresas aqui do Maranhão com um desconto de 75%, o que para mim é, realmente, um desconto absurdo, não haveria uma maneira de se estudar para diminuir esse desconto dessas empresas, que têm um lucro absurdo, e repassar um pouco desse lucro, desse desconto, para que descontasse para o consumidor? No lugar de 75, só descontasse 50, e esses 25 passassem para o consumidor. Porque, se consegue dar um desconto de 75%, e a população paga 100%...

Então, eu queria fazer este pedido aqui: para que a CPI pudesse estudar essa maneira e que a CEMAR conseguisse diminuir, através desse mesmo caminho em que essa energia chega tão barato para essas empresas, e passasse para o consumidor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - O nobre Relator gostaria de fazer de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Eu entendo a boa vontade de toda a Direção da CEMAR, sei que está sendo realizado um ajustamento de conduta, mas diante de a relatoria estar sob a minha... eu diria, a minha orientação e a minha condução, eu gostaria que fosse feito com a CPI, para que nós possamos ter também a prerrogativa legal. A hora em que o ajustamento de conduta está sendo feito com o Ministério Público...

O Ministério Público tem uma prerrogativa estadual, a CPI tem uma prerrogativa federal. E aqui não deve haver nenhum constrangimento, visto que nós estamos propondo um acordo e que tudo aquilo que já está contido no ajustamento do Ministério poderá fazer parte também desse ajustamento ora proposto, com o adendo de algo mais que também foi colocado aqui.



Então, eu queria deixar essa proposta, como Relator dos trabalhos, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Há uma pergunta sobre a mesa?

A SRA. PATRICIA PUGAS DE AZEVEDO LIMA - Na realidade, a questão... a maior preocupação — a única, inclusive, que nós temos — é no sentido de não haver nenhum tipo de assunção de responsabilidade sem uma base técnica. É a nossa preocupação. E por isso é que nós...

Ora, todo esse processo foi embasado em uma perícia, e uma perícia que inclusive demorou muito tempo e que foi exaustiva. Daí porque, se houver... se a proposta for — talvez eu não tenha entendido bem e peço esclarecimento aos nobres Deputados nesse sentido —... se a proposta for a ratificação do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público para que tenha esse âmbito federal e para que tenha esse controle, e mais acompanhamento por parte da CPI, nenhum problema. Caso haja outras coisas ou alteração desses critérios, mereceria uma análise mais detida, exatamente porque... até porque sabemos a seriedade. Sabemos a seriedade como conduzimos as coisas dentro da companhia, sabemos a seriedade com que a CPI conduz esses trabalhos e, por isso mesmo, sabemos a seriedade de um compromisso dessa natureza.

Então, só ratificando, só reafirmando: se for a ratificação do termo de conduta, nenhum problema. Até porque isso já foi assumido, exaustivamente debatido, exaustivamente periciado e pesquisado.

Outros compromissos, a gente precisaria pelo menos entender a complexidade, a profundidade, para assumir uma responsabilidade, porque a CEMAR, efetivamente, cumpre tudo o que assume. E, por isso mesmo só pode assumir efetivamente o que sabe que tem condição de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Muito bem. Então, a senhora entendeu perfeitamente o que nós estamos querendo, que é exatamente isso.

Está sendo lavrado o Termo de Compromisso, que será assinado pela CEMAR, pela CPI e pela Promotoria de Justiça.

O nobre Relator quer usar a palavra?



O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Só para complementar, dizer que é isso mesmo que nós vamos fazer e colocando algum adendo. Aqui nós não estamos colocando a CEMAR na parede e nem vamos cometer a irresponsabilidade de fazer isso. O que a gente quer é uma discussão para encontrar soluções. Ninguém quer prejudicar o trabalho de uma companhia que ora se propõe a prestar um serviço de qualidade, até mesmo, como já foi dito aqui pela Promotora, que tem melhorado o serviço. Entretanto, a gente consegue vislumbrar a possibilidade de crescimento da companhia, melhorando também a qualidade desse trabalho ao consumidor.

O que nós estamos propondo é até no sentido da colaboração e contribuição, e que nós podemos estar inserindo para discutir conjuntamente CPI, a companhia energética e também a Promotoria Pública.

Aquilo que nós entendemos, dentro do campo técnico da CEMAR...

E, claro, evidentemente, a CPI buscará também condições técnicas necessárias para discutir com vocês. Nós apenas não podemos entender que tudo o que vocês estão colocando está devidamente certo e correto. Por isso, nós estamos aqui discutindo, e queremos discutir os meios corretos e legais. A gente não quer constranger ninguém.

Então, dessa forma, a gente quer contribuir também com a CEMAR, porque eu entendo que ganha a CEMAR, ganha o consumidor e ganhamos nós, que não vamos estar com o nosso trabalho perdido. Rodamos todo o Brasil, em especial defendendo a bandeira do consumidor maranhense, que foi quem nos elegeu, para nós os estarmos aqui representando. Então, fiquem tranquilos disso. Eu sou uma pessoa de compromisso. Não preciso fazer nenhum meio político aqui, neste momento, para me promover.

Então, o que eu quero com vocês — já disse anteriormente... Inclusive, pedi, anteriormente, ao representante da CEMAR, e não chegou à minha mão, pedi todas as informações técnicas, que não chegaram à minha mão, inclusive para discutir aqui com mais bases fundamentadas e técnicas, está certo, para que eu pudesse...

Vocês sabem do meu compromisso e da minha responsabilidade. Agora, como Relator, eu preciso estar fundamentado, preciso ter todos os meios legais para que eu possa formar o meu relatório. E dentro do relatório nós vamos poder apontar aquilo que está correto ou não e aquilo que pode ser melhorado ou não.



O que nós queremos é a compreensão de V.Sas., juntamente com esta Comissão, para que a gente possa chegar na melhor situação possível e todos possam sair ganhando. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - E esta Comissão agradece, até porque...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Pela ordem...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu só queria fazer um breve comentário, porque a doutra... a Diretora Patrícia falou aqui da perícia, do embasamento. Mas ninguém vai fazer perícia quando um consumidor não consegue pagar a conta de luz, porque ele não recebeu, porque ele está desempregado. Aí, a companhia de energia corta a energia. Não faz perícia para saber por que ele não pode pagar. (*Palmas.*) Ninguém faz perícia para saber se ele está desempregado. Esse é o grande problema entre as distribuidoras e o consumidor. E aí, o Congresso tem que intervir, para que as coisas fiquem equacionadas, que haja justiça.

Nós não podemos ver um pai ou uma mãe de família como um mero contador, um número, um cofrinho, que fica ali, dia e noite, depositando dinheiro na conta das distribuidoras.

Portanto, é importante, sim, que nós possamos avançar aqui nesta noite, que a gente abra efetivamente o diálogo, para a gente encontrar um ponto justo, porque, eu volto a repetir, vá um cidadão de bem ou um pai, uma mãe subir em um poste para fazer um “gato” e a polícia chegar, até às vezes patrocinada e motivada pelas próprias distribuidoras. Vai preso. E ninguém foi lá periciar por que aquele cidadão fez isso. Então, eu queria registrar isso.

Entendo a sua posição, até porque a senhora está a defender a companhia em que a senhora presta serviços, e nós temos aqui a obrigação de defendermos aquele que está... estava sem voz, porque o povo do Maranhão pode ter certeza absoluta de que nós vamos chegar a uma conclusão disso tudo.

Então, era isso o que eu queria colocar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Agradeço o vosso esclarecimento, nobre Deputado, até porque, de fato, quando na casa do cidadão, costumeiramente, chega uma conta, por exemplo, de 10 reais e logo no mês



seguinte chega uma conta de 100 reais, então não há necessidade de fazer perícia; está comprovado que se tem que fazer uma revisão. E é isto o que nós estamos querendo: que a CEMAR proceda à revisão das contas dos nossos maranhenses, para que nós possamos identificar de fato as cobranças abusivas e, assim, sendo identificado, devolver a ele o que é dele, que é legítimo e que está sendo cobrado de forma abusiva.

Mas eu queria, nesta oportunidade, dizer que há uma pergunta sobre a mesa, do Sr. Francisco de Assis, e vou encaminhar ao Presidente da CEMAR. Quero, nesta oportunidade, também, agradecer, de forma especial, a presença da Dra. Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor de São Luís; do Dr. Carlos Augusto Leone Piani, Presidente da Companhia Energética do Maranhão — CEMAR; da representante do PROCON; do Sr. José Maria Borges, líder comunitário; do Sr. Ronaldo dos Santos Carneiro Diniz, líder comunitário da Área Itaqui-Bacanga, que também esteve aqui presente; a todos que se manifestaram com perguntas formais, que inclusive já foram entregues ao Presidente da CEMAR.

Em nome do povo do Maranhão, em nome dos Deputados da bancada do Estado do Maranhão, eu quero agradecer, de forma muito especial — eu, que acompanhei a dificuldade de instalação dessa CPI; CPI que foi retaliada em todos os sentidos, para que não fosse instalada, considerando, acredito eu, algumas dificuldades de explicações de alguns setores do setor energético... E, aqui, eu quero primeiro cumprimentar, em nome do povo do Maranhão, parabenizar e agradecer ao Deputado Eduardo da Fonte, que foi idealizador desta CPI, que, de pronto, quando tomei conhecimento, não hesitei em assiná-la, em estar junto com V.Exa. nesta Comissão.

Da mesma maneira, agradecer e parabenizar ao Deputado Marcio Junqueira, que é do Estado de Roraima, que já é considerado quase que irmão nosso, porque em Roraima acho que 50% da população é maranhense. Para quem não sabe, ele faz esse registro sempre no plenário, que ele já se sente um maranhense, porque há muitos irmãos maranhenses vivendo em Roraima.

Quero agradecer ao Deputado Edio Lopes, que tão gentilmente nos acompanha nesta CPI aqui no Estado e que tem feito um trabalho exaustivo e muito comprometido com esta causa, que, eu não tenho dúvida também... Deputado Chico



Lopes, que esteve aqui presente. Enfim, a esse conjunto de Srs. Deputados que fazem parte dessa CPI, que se somam aqui aos Deputados do Maranhão, que aqui estiveram e àqueles que não puderam vir, mas que com certeza acreditam nos resultados que esta CPI vai ter; resultados práticos para a vida do cidadão brasileiro. E muito bem colocou o Deputado Marcio Junqueira quando disse que não é Deputado do Maranhão, que não recebe voto do Maranhão, mas que os resultados desta CPI vão beneficiar o povo brasileiro. E nós somos Deputados do povo brasileiro.

Eu, quando saio do Maranhão, Deputado Pinto Itamaraty, que vou à Câmara Federal, eu não sou somente representante do Estado do Maranhão; eu sou representante do Estado do Maranhão e de todo o povo brasileiro. É por isso que nós estamos nesta causa e em tantas outras que dizem respeito à dignidade, ao respeito do cidadão do nosso País.

Nesta oportunidade, também quero, portanto, ao concluir, agradecer aos ilustres presentes Deputados que aqui acabei de mencionar, agradecer a todos os senhores e senhoras — CEMAR, dirigentes, diretores da companhia, que tão gentilmente receberam nosso convite. E aqui os senhores perceberam que não houve, e não há, na nossa forma, qualquer vontade deliberada de diminuir ou, quem sabe, constranger alguém. Os senhores perceberam isso. Nós queremos encontrar respostas. E essas respostas, tenho certeza, vamos encontrar com o desenrolar de todo o trabalho que vamos estar discutindo, e temos discutido isso semanalmente.

Há toda semana, duas vezes por semana, reunião desta CPI. Daqui vamos ao Estado de Pernambuco. Acho que... Talvez vamos... três Estados, semana que vem, vamos estar percorrendo. Tudo com o objetivo de encontrar solução para essa cobrança abusiva da tarifa de energia.

É óbvio que, além da questão local, tem que ser observada também a questão macroeconômico: ANEEL, geração de energia, distribuição de energia, preço dessa energia. Há um conjunto de fatores que hoje entendemos ser preciso discutir amplamente, e aqui foi muito bem pontuado que a ANEEL é um dos grandes responsáveis, e essa ANEEL vai estar quarta-feira conosco lá, não é Eduardo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Amanhã e quarta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Amanhã e quarta. E nós vamos ter... e o Deputado Pinto Itamaraty, nosso Relator, já disse que, se não forem, a Polícia Federal vai ter que levá-los à nossa presença, e exatamente utilizando as prerrogativas dessa CPI. Porque esta CPI, os senhores perceberam, é uma CPI tranquila, de pessoas equilibradas, mas que também sabem utilizar os seus instrumentos. Instrumentos da Comissão, que são necessários utilizar, quando for preciso.

Portanto, esse é o nosso papel, essa é a nossa função, e esta é a nossa missão: de chegar ao final desta CPI encontrando um relatório, encontrando soluções, para que nós possamos chegar ao final dela e dizer ao povo do Maranhão que nós pontualmente identificamos e temos certeza que vamos buscar uma solução que possa atender aos interesses da população maranhense, com certeza com o apoio da Companhia, que já mostrou a boa vontade que tem. E já conhecia. Tive oportunidade de conversar com o Dr. Piani, e tenho certeza, pelo que conheço dele e dos dirigentes com os quais tive oportunidade de conversar pessoalmente, tenho certeza de que nós vamos ter uma solução melhor para todo o povo do Maranhão.

Portanto, Srs. Deputados que aqui estão conosco, ao devolver a palavra ao Presidente da CPI, quero agradecer a gentileza, porque não está, obviamente, transscrito em ata que, ao chegar ao Estado do Deputado, o Deputado assuma a Presidência e, respectivamente, a relatoria. Mas, pela humildade, pelo gesto de grandeza desse Deputado, que é do meu tamanho, é pequeno, mas é grande — é um grande Deputado —, que tão bem representa o Estado de Pernambuco (*palmas*) e que tem feito um trabalho grandioso para beneficiar o Brasil...

Portanto, eu devolvo a palavra ao Presidente da CPI, para que nós possamos, aqui, nesta oportunidade, agradecer a todos os presentes e, enfim, concluirmos o nosso trabalho nesta noite de hoje.

Muito obrigado e parabéns, nobre Deputado. (*Palmas*.)

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Eu só, antes de concluir, gostaria de fazer um pedido formal: que as notas taquigráficas fossem enviadas à Companhia, para que nós pudéssemos cumprir com tudo o que foi solicitado e não fique faltando nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) - Esta CPI fará o solicitado.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, com a devida vênia, só uma manifestação aqui. Eu sou de um município no interior de Roraima, Município de Mucajaí, onde dados oficiais nos dão conta de que 82% das famílias que vivem naquele município são oriundos do Maranhão. Portanto, nós lá também representamos o Maranhão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto a Secretaria se o Termo já está pronto, para que possa ser assinado antes do encerramento desta reunião, mas aproveito para agradecer ao povo do Maranhão, a todos que aqui estiveram, demonstrando a necessidade de discutirmos esse assunto, que é tão importante para o Maranhão e para o Brasil, porque hoje compromete a renda familiar de todos os brasileiros, em especial aqui no Maranhão, onde o poder aquisitivo é um dos mais baixos e a tarifa é uma das mais altas. Daí, então, o grau de comprometimento da renda familiar do povo do Maranhão com o pagamento das tarifas de energia elétrica.

Tenho certeza que esta CPI está prestando, não só ao Maranhão, mas a todo o Brasil, um grande serviço, porque este era um assunto que não era discutido, este era um assunto do qual o povo brasileiro não tinha conhecimento, mas que, graças a esta CPI, o povo brasileiro está tendo a oportunidade de discutir e de dar as suas opiniões.

Então, meus amigos e minhas amigas, tenho certeza que, no final dos trabalhos desta CPI, iremos apresentar propostas concretas; propostas que irão poder beneficiar os consumidores brasileiros.

Agradeço aqui à Promotora de Justiça, Dona Lízia Cavalanti, que demonstrou a sua garra, a sua coragem de estar ao lado dos consumidores do Maranhão, defendendo-os dos absurdos cometidos pela CEMAR. Também agradeço aqui a um grande amigo que tenho em Brasília, Deputado Waldir Maranhão, que hoje está licenciado e ocupa a Secretaria de Educação. Deixo registrado que Waldir Maranhão também foi um dos primeiros Deputados a assinar esta CPI e, com certeza, estaria aqui fazendo parte, se hoje não estivesse licenciado para ocupar o cargo de Secretário de Educação do Estado do Maranhão.



Agradeço aos Deputados Pinto Itamaraty, Domingos Dutra, e ao meu amigo, Deputado Cleber Verde, que, junto com toda a bancada do Maranhão, tem lutado para defender os interesses do povo do Maranhão.

Também um especial agradecimento ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, filho desta terra, que tem colaborado muito com os trabalhos desta CPI, onde tivemos a oportunidade de realizar uma audiência na última semana com o Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Sr. Josias Matos de Araújo, onde ficou acordado que o Sr. Josias iria acatar as determinações do Tribunal de Contas da União, o qual emitiu um acórdão referente a um pedido de fiscalização e controle de minha autoria, do ano de 2007, em que o Tribunal de Contas da União determinou que a ANEEL mudasse a metodologia de reajuste das tarifas de energia elétrica. E o Sr. Josias, na reunião que tivemos, desta CPI, na semana passada, nos garantiu que, nos próximos 15 dias, a contar da semana passada, o Ministério de Minas e Energia estaria emitindo uma portaria interministerial que irá beneficiar todos os consumidores brasileiros, corrigindo esses abusos hoje cometidos pelas metodologias de reajuste das tarifas.

Então, tem uma grande participação essa portaria interministerial do Ministro Edison Lobão e de toda a sua equipe, do Secretário Josias Araújo, que, tenho certeza, irá começar a corrigir os abusos cometidos pela ANEEL e pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

Então, senhores, eu gostaria de consultar se o Termo de Ajuste já está pronto para ser assinado, para que, aí sim, possamos encerrar os trabalhos desta CPI, no dia de hoje, no Maranhão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - O nobre Deputado Relator está colhendo a assinatura do Presidente da CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, vamos aguardar.

Gostaria de consultar o Deputado Marcio Junqueira se gostaria de fazer uso da palavra e também aqui deixar registrado mais uma vez que o Sr. Paulo Jerônimo, porque talvez não tenha ficado claro, além de ter sido Relator do reajuste da CEMAR que aumentou a energia em 19,73%, quando era Diretor da ANEEL, também fez um voto em separado no relatório do Processo nº 48.500.003314/02-21 sobre a revisão tarifária periódica da Light Serviços de Eletricidade S.A. Esse



senhor, que hoje é do Conselho da CEMAR, também trabalhou para a Light, que é do mesmo grupo da CEMAR.

Então, a nossa Promotora, que já está com os documentos em mãos, tomará as providências, e a CPI também pedirá ao Ministério Público Federal que tome as providências cabíveis. Também iremos pedir ao Tribunal de Contas da União... Gostaria de deixar registrado aqui com a Secretaria da Comissão... Para que possamos solicitar ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria profunda no relatório de reajuste que originou esse aumento de 19,73% nas contas do povo do Maranhão, porque tenho certeza que o Tribunal de Contas da União fará um trabalho que será muito importante para o povo do Maranhão e para o Brasil. (Palmas.)

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só para perguntar ao Presidente se esse relatório é aquele em que a empresa havia apresentado uma planilha requerendo um aumento de menos de 5%, e o representante da ANEEL, que em tese deveria defender o Estado e o consumidor, apresentou um voto em separado, absurdamente pedindo um reajuste ainda maior. É esse o voto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu vou passá-lo a V.Exa. para que tome conhecimento, porque realmente é uma questão muito estranha que esta CPI terá de investigar profundamente. Como é que um diretor da ANEEL faz um voto em separado? Isto quer dizer que ele não era Relator — certo? — dessa questão para beneficiar uma empresa distribuidora de energia elétrica, no caso a Light, e que hoje faz parte do Conselho de uma empresa que pertence ao mesmo grupo da Light. Então, isso mostra que esse senhor estava... tem fortes indícios de que esse senhor estava lá... Ao invés de estar a serviço do povo brasileiro, estava a serviço dessas empresas distribuidoras de energia elétrica.

Isto é muito grave, isto é muito sério, e esta CPI irá apurar esses fortes indícios e tomar as providências cabíveis, Deputado Marcio Junqueira, junto com o Ministério Público Federal, com o Tribunal de Contas da União e com as autoridades pertinentes, para que isso seja esclarecido a todo o povo do Maranhão e a todo o povo brasileiro.



O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Presidente, eu não quero crer que a CEMAR vá se negar a assinar o Termo de Compromisso, a exemplo... Boa Vista, em Roraima, assinou. Os outros Estados assinaram o Termo de Compromisso, de revisão.

Presidente, aquele senhor que estava naquela reportagem não tem condições, não sabe nem aonde ir — tenho certeza —, para buscar o pedido de revisão dessa tarifa. Apesar de a CEMAR dizer, através da sua assessoria, que, uma vez ele solicitando, a CEMAR irá providenciar. O que nós queremos, a exemplo do que aconteceu com outros Estados... Boa Vista, em Roraima, o fez, todas as empresas também o fizeram, e a CEMAR vai se recusar a assinar um Termo de Compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado, vamos deixar a CEMAR bem à vontade. Vamos consultá-los, se realmente eles desejam assinar ou não. Vamos deixá-los bem à vontade.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Eu queria só complementar, Presidente. Inclusive eu até imaginei, diante das argumentações todas colocadas aqui — o Deputado Marcio Junqueira perguntou —, em outros Estados aconteceu. O Presidente inclusive disse: “Olha, vamos reduzir aí o percentual de energia no Estado. Vamos fazer uma redução no preço da energia.” Nós vamos sair daqui sem uma posição da CEMAR dizendo que vai reduzir a tarifa, considerando tudo que foi colocado aqui e levantado? E, além disso, ainda não quer assinar o Termo de Compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Cleber Verde, vamos deixar a CEMAR bem à vontade. Mas isso mostra que há alguma coisa estranha, porque amanhã será assinado um TAC...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Eu gostaria de falar o que a CEMAR...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aguarde, por favor...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ... porque terá a oportunidade de responder.



A SRA. LITIA CAVALCANTI - Eu só queria fazer uma colocação aqui. É porque essa proposta... Eu entendo que ela já está contemplada no TAC.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - O que eu...

A SRA. LITIA CAVALCANTI - Mas eu também acho que não. Eu também concordo. Eu acho que não... Para mim seria mais uma colaboração.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. LITIA CAVALCANTI - Agora, eu só queria colocar assim: que o que consta nos laudos... Agora, está claro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - No microfone, por favor, Dra. Lívia. Fale perto do microfone para que possa ficar registrado.

A SRA. LITIA CAVALCANTI - Para o Ministério Público qualquer espécie de auxílio é muito bem-vindo mesmo. Agora, eu acho que seria interessante, talvez... Não seria interessante a Comissão acompanhar esse cumprimento do TAC?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas é justamente isso que esta Comissão está ratificando para que possa acompanhar, e, independente da assinatura da CEMAR, nós vamos acompanhar, inclusive solicitar que a Polícia Federal também acompanhe, porque já temos indícios aqui de questões que já estão fugindo do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, Dra. Lívia.

A SRA. LITIA CAVALCANTI - É isso que eu entendo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas vamos deixar a CEMAR à vontade para que ela tome a sua posição à vontade, porque isso mostra que é um Termo de Compromisso. Então, a CPI está firmando um compromisso com o povo do Maranhão, e isso mostra que a CEMAR não tem compromisso algum com o povo do Maranhão, porque o que estamos pedindo aqui... (*Palmas.*)

Eu gostaria que o Deputado Cleber Verde lesse os termos do compromisso para que seja público, para que o povo do Maranhão tenha conhecimento do que a gente está solicitando que seja assinado. (*Palmas.*) E aí eu não vou perguntar duas vezes. Vou perguntar se a CEMAR quer fazer compromisso com o povo do Maranhão ou não. É simples.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Termo de Compromisso...

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Posso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou chamar o senhor daqui a pouco. Deixe o Deputado Cleber Verde ler.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - No dia 1º de outubro do ano de 2009, às 21h15min, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, fica estabelecido o seguinte Termo de Compromisso entre a CPI das Tarifas de Energia Elétrica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Cleber Verde, volte a leitura e fale ao microfone, porque não foi registrado. Por favor, reinicie.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Termo de Compromisso.

No dia 1º de outubro do ano de 2009, às 21h15min, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, fica estabelecido o seguinte Termo de Compromisso entre a CPI das Tarifas de Energia Elétrica da Câmara dos Deputados, a Companhia Energética do Estado do Maranhão — CEMAR e o Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de que seja promovida revisão de todas as contas de energia elétrica dos consumidores do Estado do Maranhão que tiveram oscilação igual ou superior a 10%, nos últimos 6 meses.

E, por ser justo e de boa fé, subscrevem:

Já subscrevi como Presidente local; Presidente Itamaraty, como Relator; Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor de São Luís; e Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI, faltando apenas a assinatura do Dr. Carlos Augusto Leone Piani, Presidente da CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, tornado público o Termo de Compromisso, eu pergunto ao Sr. Carlos Augusto, Presidente da CEMAR, se ele concorda ou não em assinar o Termo? Eu quero que responda "sim" ou "não".

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Eu não sou advogado, Presidente, e eu estou consultando os meus consultores. O que eu posso lhe dizer, e já disse para o Deputado Cleber, é que a boa vontade da CEMAR há, inequivocamente, em fazê-lo. A única preocupação que nós temos é de fato assumir a obrigação de algo que não podemos cumprir, porque a questão está um pouco ampla e tem questões técnicas. Agora, basicamente, conceitualmente, estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O senhor não entendeu a pergunta. Eu estou perguntando se o senhor irá assinar ou não o Termo de Compromisso. (Palmas.)



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu não lhe dei a palavra, então, não se intrometa! Não tem a palavra. O senhor não está convocado.

PARTICIPANTE - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tem pela ordem! O senhor não é Parlamentar, não tem pela ordem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tem direito! Não tem direito! *(Palmas.)*

PARTICIPANTE - Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consta em ata que o senhor não tem direito. O senhor não é convocado por esta CPI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu permiti que o senhor orientasse o Sr. Carlos Augusto, mas o orientasse, e não usasse a palavra.

A pergunta é simples: o senhor assina o Termo de Compromisso e se compromete com o povo do Maranhão ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Sr. Presidente, eu posso lhe pedir 5 minutos para consultar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pode. Cinco minutos. São cinco para as dez, às 10 horas eu aguardo a sua resposta.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - O.K. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Inclusive passo as suas mãos o Termo de Compromisso para que o senhor o retorne assinado ou não. *(Palmas.)*

Com a palavra o Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O que eu quero salientar aqui, Sr. Presidente, é que a CPI vai demonstrando que tem começo, meio e fim.

Quero parabenizar a postura firme do Sr. Presidente Eduardo da Fonte, que tem o nosso apoio, tendo em vista que o compromisso ora formulado propõe uma revisão. Ora, falou-se aqui em perícia, falou-se aqui em índice, falou-se em tanta



coisa... O que seria uma revisão nas oscilações de 10%, nas oscilações iguais ou superiores a 10%, nos últimos 6 meses?

Se há uma nota técnica tão confiável, que problema há em revisar? Ou será que a nota técnica... Isto vai agravando, inclusive: quando se argumenta este embasamento nessa nota técnica.

Deputado Edio, se a nota técnica reflete exatamente a veracidade, da forma que foi construída, não haveria por que a CEMAR, a meu ver, se negar a assinar este termo. Existe uma nota técnica.

Portanto, eu quero aqui registrar e solicitar à segurança do plenário que mantenha a ordem, tendo em vista que queremos realizar um trabalho dentro dos preceitos democráticos. Todos tiveram direito à palavra e não há a necessidade de se exaltar.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, dizer que o senhor tem o apoio dos membros desta CPI, por entendermos que o senhor está tomando uma posição verdadeiramente comprometida com a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Marcio Junqueira, tenho certeza de que o compromisso com o povo brasileiro é o verdadeiro objetivo desta CPI. Esta CPI não pode admitir os abusos cometidos pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, não só no Maranhão, mas em nenhuma parte do Brasil.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, mais para ocuparmos espaço, enquanto a empresa local decide se assina ou não o termo de compromisso, gostaria apenas de informar ao Maranhão que lá em Roraima 300 mil contas de energia elétrica estão sendo revisadas neste momento pela empresa distribuidora local, em um trabalho conjunto com o Ministério Público e o DECON. Todas as contas de 1º de janeiro a 31 de julho que tiveram oscilação igual ou superior a 10% estão sendo revisadas. E hoje, com os recursos técnicos de informática, isso é feito com o toque numa tecla de computador.

Gostaria de dizer ainda, Presidente, mais também para informar as pessoas que nos assistem com tanta paciência, que esta CPI já obteve informações que fogem ao racional, que é capaz de indignar até mesmo aqueles mais passivos. Por



exemplo, uma empresa espanhola firmou um contrato com o sistema energético brasileiro de montar uma termelétrica na Argentina e fornecer "x" megawatts de energia para o sistema brasileiro, se necessário. Depois de anos recebendo, ficou-se sabendo que sequer haviam construído a termelétrica na Argentina. E tudo isso que pagaram a essa empresa espanhola foi diluído irmamente na conta de todos os consumidores brasileiros.

Essas são informações que esta CPI está arrancando, e arrancando na marra. Porque o que nós temos visto neste Brasil afora é um jogo de empurra entre distribuidora, ANEEL e sistema ELETROBRÁS. É uma sopa de letras e de números. E, no fim, é o consumidor sendo assaltado de todas as maneiras possíveis.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Deputado Edio, o senhor me permite?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É a questão que eu levantei aqui — já te passo a palavra, colega — da tributação. Isso aqui nós descobrimos no Acre. E eu vim ver a mesma forma aqui, cobrando ICMS sobre PIS e COFINS e sobre o próprio ICMS. São coisas que fogem ao racional a vontade de lesar o consumidor do sistema energético.

Nós temos empresa no Brasil que no ano passado lucrou 109% sobre toda a sua receita líquida. Quer dizer, mais que dobrou o capital em 1 ano. Nem assaltar banco, nem vender droga, nem nada no mundo pode dar a margem de lucro que as empresas de distribuição estão tendo neste País.

E esta Comissão tem o duro trabalho com pressão, com resistência, com este jogo de faz-de-conta de números. Porque se nós, pura e simplesmente, fôssemos assistir àqueles *slides*, nós tínhamos que voltar para Brasília e votar uma moção de aplauso às distribuidoras nacionais, tal a maquiagem, tal a forma dócil, social com que apresentam seus números.

Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu só queria que o senhor comentasse sobre isso. É o caso dos linhões. Nós, em Roraima, em nossa ida com a CPI, descobrimos, não sabíamos — moro em Roraima, sou Deputado por Roraima, e não sabia, assim como o Deputado Edio —, que a nossa energia vem da Venezuela, do Complexo de Guri. Então, foi construído lá no Rio Orinoco. Esse



linhão passa pelo maior Estado da Venezuela, entra no Brasil, até chegar em Boa Vista. Pasmem os senhores que estão nos ouvindo aqui que nós é que pagamos por esse linhão, o consumidor. É cobrado na conta. E não pensem vocês que a gente paga só o lado brasileiro, também pagamos o lado venezuelano na nossa conta! Seria até, Deputado Edio, importante saber como são essas linhas de distribuição aqui no Maranhão, porque o povo maranhense, com certeza, vai descobrir que também paga pela construção das linhas, pela expansão. Tudo é repassado na conta. Agora, pasmem os senhores: além de pagarmos o lado brasileiro, pagamos também o lado venezuelano.

Então, eu queria fazer esse comentário, dentro do que o Deputado Edio estava dissertando aqui, do absurdo a que se chegou no sistema elétrico brasileiro.

Presidente, eu queria informar ao senhor que já são 10h02. O tempo que o senhor foi... Eu tenho certeza de que o consumidor, o povo do Maranhão, já está cansado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Marcio Junqueira, não tenha dúvida de que isso mostra a política que a CEMAR está tendo com o povo do Maranhão: não tem o mínimo de bom senso e de responsabilidade com o que é justo e o que é direito (*palmas*), e isso esta CPI não vai admitir.

Então, eu vou consultar, pela última vez, se esse termo vai ser assinado ou não.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria solicitar aos membros da CPI que tomassem assento, tendo em vista que o Presidente ora encaminha uma pergunta. Eu queria pedir ao Relator... E queria que o Presidente formulasse, mais uma vez; solicito que o senhor formule, para ficar clara a boa intenção da CPI e a intenção da CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu vou consultar o Relator Pinto Itamaraty se ele, em comum acordo com o Deputado Cleber Verde, tem alguma retificação para ser feita no termo, para que a gente dê também a oportunidade para que todos tenham conhecimento e que concordem também com qualquer modificação no termo aqui que foi lido.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Bom, nós estamos aqui discutindo com a direção da CEMAR, até para encontrar o meio-termo. O nosso objetivo é



tentar buscar um caminho viável. A gente não está aqui para pressionar, e muito menos para querer constranger ninguém. Entretanto, nos Estados que a gente já foi com a CPI, nós conseguimos, com a direção das concessionárias, assinar documento semelhante a esse. Na Paraíba, pelo menos, foi 15%. Foi feito isso, muito rápido, na Paraíba e nos outros Estados. Então, o que nós estamos colocando aqui para a CEMAR... Embora tenha um documento, assinado pela Promotoria Pública, na base do ajustamento de conduta... Só que o termo que está colocando lá é diferente. (*Palmas.*) Lá vai de 0 a 30%. Mas a questão não é percentual.

Ainda agora, eu estava ouvindo o Zé Jorge, que é muito experiente nessa área, que estava fazendo uma colocação com a qual eu concordo em termos quando diz que a contagem vai de 27 a 33 dias, e que nessa variação de 7 dias pode haver uma variação de até 20%. Concordo bem aí. Mas o que nós estamos colocando aqui, dentro desse ajustamento, é tirando essa base, é aquilo que está na conferência normal, na média de 30 dias, que se possa fazer isso aqui.

Se você pega os últimos 6 meses, por exemplo, você vai conferir a média. Você pegou a média, aquela que é conferida, umas até o dia 27, outra até o dia 30, então você faz a média dos últimos 6 meses e encontra o denominador. Embora eu concorde que se você fizer em cima de uma contagem de 27 dias ou de uma contagem de 33 dias, você tem essa variação.

Então, o que eu queria pedir... A minha proposta é a seguinte: é que vai constar do meu relatório... Eu, por toda a colocação da direção da CEMAR, acho que isso aqui, se os outros Estados concordaram, eu não vejo por que a CEMAR não concordar. (*Palmas.*) Se não concordar, eu não quero, a menos que a Presidência concorde, mas eu, como Relator, gostaria que fosse dado esse termo. Mas se os juristas da CEMAR entenderem que não assinam, não tem problema. Vai constar do meu relatório e vai constar dos trabalhos que, inclusive, nós vamos levar para os outros Estados. O que nós estamos colocando aqui é algo que está sendo colocado nos outros Estados.

Entendo que, como foi colocado, que aqui talvez o grupo de uma dúzia de diretores da CEMAR, que vieram muito bem preparados, não tenha condição de dizer que pode ou não fazer. Mas eu vou pedir, eu vou solicitar que o Deputado Eduardo da Fonte assine, como Presidente da CPI, e constará na ata a recusa da



CEMAR em assinar o termo. (*Palmas.*) Nós levamos isso ao conhecimento e, lá no final, vamos proceder aquilo que a CPI entender, tecnicamente, que é necessário.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Eu gostaria de afirmar que nós gostaríamos de assinar esse termo de compromisso, ratificando os termos do TAC. Temos interesse, ratificando o termo do TAC. É isso que eu gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ratificando de que forma?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Ratificando, Presidente, os critérios técnicos que foram discutidos exaustivamente no TAC. Me perdoem, mas nós ficamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quais são os critérios exaustivos? Porque o povo do Maranhão tem que ter esse conhecimento. Tem que conhecer quais foram estes termos exaustivos, para que possamos, inclusive, se for o caso, acrescentar aqui quais são as regras.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu peço à D. Lízia que também, se quiser aprimorar mais o documento, especifique aqui, no documento, e vamos assinar o documento claro e específico.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Sr. Presidente, eu já coloquei aqui. No caso do TAC, foi baseado no laudo feito por peritos, por *experts* na área de energia elétrica, e eles adotaram alguns critérios, critérios técnicos que constam lá no laudo, que está ali com uma cópia. Eles estão com uma cópia. Agora, eu não vejo nenhum problema, já que o limite do TAC, a sazonalidade, seria 30% para mais ou para menos. Até porque a própria CEMAR tem um critério de auditoria: quando aumenta ou para mais ou para menos, ou diminui, no caso, cada 10%, 15%, até chegar ao momento de ir no local onde está sendo feita a aferição. Mas o que eu acho é que só faz acrescentar, aí se expande para mais este universo de 10%. Porque a gente já fez até 30. Desceria para mais 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de consultar, para que nós possamos acatar ou não a sugestão da Dra. Lízia...

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI - Seriam os critérios do laudo, que está ali, que foi utilizado no termo de ajustamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de consultar os Deputados Edio Lopes, Pinto Itamaraty...

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - Eu queria só fazer a leitura, rapidamente, do relatório que eles estão propondo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY - É o seguinte:

"Levantamento e avaliação das unidades consumidoras potencialmente prejudicadas por faturamento indevido no Estado do Maranhão.

As análises realizadas nas unidades consumidoras periciadas, bem como procedimentos, registros de faturamento e ocorrências apontadas pelo leiturista, fornecidos pela CEMAR, e, ainda, das notas fiscais constantes dos autos do inquérito, nos permite concluir que nas situações em que houve a ocorrência de display apagado," — ou seja, o registro estava apagado — "impedindo a leitura, leitura nula ou, ainda, na situação de troca de medidor, o consumidor pode ter sido lesado, através de cobrança indevida. Com base" — prestem bem ao que estou lendo aqui e ao que nós estamos propondo ali — "nas constatações supracitadas, estabeleceu-se um critério para identificação das unidades consumidoras possivelmente prejudicadas por faturamento indevido. Esse critério contempla as unidades consumidoras nas situações definidas a seguir: classificação baixa renda, possui medição eletrônica, apresentação de variação de consumo superior a 30% em qualquer ciclo de faturamento, desde a instalação do medidor eletrônico; apresentação ou ocorrência de leitura nula; apresentação ou ocorrência de troca de medidor, apresentaram a ocorrência de faturamento pelo valor mínimo."



Então, veja bem o que nós estamos colocando ali e o que está colocado aqui. Aqui está colocando uma série de critérios que poderá ocasionar o *display* apagado, a conta lida errada, o faturamento, na hora do contábil, ter sido faturado erradamente — e erradamente é só para cima, nunca é para baixo. Nunca é para baixo, é só para cima. (Palmas.)

Então, por entender que as colocações aqui não batem com os interesses daquela colocação ali, eu me proponho, como Relator, a não mudar aquilo que foi proposto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou suspender a sessão por 2 minutos.

Gostaria de convidar os Deputados Pinto Itamaraty, Cleber Verde, Marcio Junqueira e Edio Lopes para que façamos uma reunião secreta aqui, entre nós, para tomarmos a posição final da CPI.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está reiniciada a presente reunião. Peço aos Deputados que tomem assento à mesa e que os assessores da CEMAR voltem para o plenário, já tiveram tempo suficiente para discutir com o Presidente.

Gostaria aqui de perguntar ao Presidente da CEMAR as últimas considerações e o que ele tem a nos dizer referente ao acordo.

Peço que eles se retirem imediatamente para o plenário. (Pausa.) O senhor também, o senhor não está convocado, desça. (Pausa.) Não tem excelência, não. Eu estou determinando que o senhor desça, senão vou chamar a Segurança da Casa! (Palmas.) Por favor, Segurança, venha retirar esse cidadão daqui, porque ele não está autorizado a ficar aqui em cima.

Gostaria de consultar o Presidente da CEMAR sobre quais são as considerações que ele tem a nos dizer para que possamos fazer as conclusões finais. Sr. Carlos Augusto com a palavra.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Nobre Presidente, depois de reavaliar com a minha equipe, temos interesse em assinar o termo de compromisso se for feita apenas a menção conforme os critérios da 456, que eu acho que não precisam ser discutidos. Eu acho que, nesses termos, está claro para nós...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, na 456 já está assinado, Sr. Carlos Augusto. Então, já está feito com o Ministério Público, não precisa da CPI para fazer parte. Eu quero perguntar ao senhor se quer assinar os termos que foram sugeridos pela CPI, pelo Deputado Pinto Itamaraty e pelo Deputado Cleber Verde. Se há alguma alteração, que seja...

Vou até facilitar um pouco. A Dra. Lízia me deixou um pouco a par. Eu peço aos Deputados Cleber Verde e Pinto Itamaraty que façam algumas sugestões se... Lá só se incluem os consumidores de baixa renda. Eu peço que sejam incluídos no acordo todos os consumidores do Estado do Maranhão, independente de baixa renda ou da sua classificação como consumidor. (Palmas.) E também que sejam especificados na redação os critérios sugeridos pela Dra. Lízia, a promotora, e que o percentual seja igual ou superior a 10%, nos últimos 6 meses.

Então, faço esta alteração especificando os mesmos critérios adotados pela Dra. Lízia. E lhe pergunto pela última vez: a CEMAR vai assinar esse termo ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, sejam redigidos os termos para que esse documento seja assinado, e que o povo do Maranhão tenha essa conquista, que é muito importante para todos os consumidores. (Palmas.)

Por favor, Francisco, redija, para que possamos assinar imediatamente.

Eu gostaria que a Dra. Lízia participasse da redação, já que ela é uma brilhante promotora, que com certeza defende os interesses do povo do Maranhão.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu solicito a V.Exa. que também convide a assistente jurídica da empresa para que possa participar da redação do documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está acatada a solicitação do Deputado Edio Lopes. Convido a diretora da CEMAR para que acompanhe.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Também. Agora pode subir, está autorizado. (Pausa.)

Quero informar ao Plenário que, logo que o documento seja redigido, iremos fazer a leitura do mesmo antes da assinatura, para que todos tomem conhecimento e fiquem cientes do acordo que foi celebrado aqui na noite de hoje. (Pausa.)

Gostaria de pedir ao Deputado Pinto Itamaraty que faça a leitura do Termo de Compromisso que será firmado por esta CPI, pelo Ministério Público e pela CEMAR, para que todos tenham conhecimento do que está sendo assinado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quero registrar a participação da Associação da Casa das Mães Maranhenses, na pessoa do Sr. Paulo. É de suma importância, tendo em vista que eles moveram esta ação lá no TAC. Quero registrar que, já consultada a promotora, essa ação continua e a Casa das Mães Maranhenses, com certeza, será reconhecida pela população do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Pinto Itamaraty, para que possa fazer a leitura do acordo.

O SR. DEPUTADO PINTO ITAMARATY -

“Termo de Compromisso.

No dia 1º de outubro do ano de 2009, às 21h15, na Assembleia Legislativa do Maranhão, fica estabelecido o seguinte Termo de Compromisso entre a CPI — Tarifas de Energia Elétrica da Câmara dos Deputados, a Companhia Energética do Maranhão — CEMAR e o Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de que seja promovida a revisão das faturas de energia elétrica de todos os consumidores do Estado do Maranhão que tiveram oscilação igual ou superior a 10% nos últimos 6 meses e que apresentarem quaisquer dos seguintes eventos: apresentarem variação de consumo superior a 10%; apresentarem a ocorrência de leitura



nula; apresentarem a ocorrência de troca de medidor; e apresentarem a ocorrência de faturamento pelo valor mínimo, a fim de evitar a cobrança de duplo faturamento nos ciclos posteriores.

E, por ser justo e de boa fé, subscrevem o Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI; o Deputado Cleber Verde, Presidente das reunião da CPI no Estado do Maranhão; o Deputado Pinto Itamaraty, Relator da CPI no Estado do Maranhão; o Sr. Carlos Augusto Leoni Piani, Presidente da CEMAR; e a Dra. Lízia Cavalcanti, Promotora de Defesa do Consumidor de São Luís do Maranhão.”

Esses são os termos do acordo que deverá ser assinado neste momento.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, queria uma cópia do termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Há um erro de redação: em vez de “e” é “ou”. Será retificado e comunicado à CEMAR, para que concorde com a alteração de “e” para “ou”.

O SR. CARLOS AUGUSTO LEONI PIANI - Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quero insistir, Sr. Presidente, até para a população que aguardou até agora, para ficar bem claro na cabeça de cada um: não são todos esses itens — vejam bem que existe um avanço. Qualquer um que apresentar um destes itens: se a sua conta teve uma variação de consumo superior a 10%, tem direito à revisão; se apresentou uma ocorrência de leitura nula, também tem direito à revisão; aqueles que trocaram o medidor mecânico pelo eletrônico e houve um aumento da conta também têm direito à revisão; apresentaram a ocorrência de faturamento pelo valor mínimo, a fim de evitar cobrança de duplo faturamento nos ciclos posteriores, ou seja, a pessoa tinha um faturamento mínimo e depois, pela média, passou a ser um valor maior e não foi descontado, também poderá reclamar e ter a sua conta revisada.



O povo do Maranhão hoje sai daqui vitorioso, porque foi atendido na sua totalidade (*palmas*) no que diz respeito à possibilidade de revisar as suas contas junto à Companhia de Energia do Maranhão — CEMAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Nós já estamos fazendo as assinaturas.

Gostaria de agradecer ao Presidente da CEMAR, Dr. Carlos Augusto, e a toda a equipe da CEMAR que o está acompanhando. Gostaria também de dizer da importância que é para o povo do Maranhão este acordo firmado pela CPI. Tenho certeza de que esse acordo poderá significar um novo momento na relação da CEMAR com os consumidores do Maranhão.

Estão todos de parabéns, a CEMAR e o povo do Maranhão. Com certeza, essa é uma grande conquista que irá marcar um novo momento na relação da CEMAR com os consumidores. Estão todos de parabéns.

Gostaria de agradecer a todos e dizer que me sinto feliz por este momento. Com certeza, estamos colaborando com os consumidores do Maranhão. Estamos colaborando com a promotora. Por sinal, todos os Estados do Brasil gostariam de ter uma promotora com suas qualidades: competente, responsável (*palmas*) e que, sem dúvida alguma, defende de corpo e alma os direitos dos consumidores do Maranhão. Parabéns, em nome de todo o povo Maranhão, à senhora pelo serviço que está prestando na Promotoria.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Está convidada para se filiar ao Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Inclusive, vou pedir à Secretaria da CPI que a convide para a audiência pública na próxima quarta-feira, na Câmara dos Deputados, em que estará presente o Sr. Nelson Hubner, Presidente da ANEEL, para que a senhora possa fazer as perguntas que deveriam ser feitas aqui, mas por ele se encontrar no exterior, não veio. Mas, na quarta-feira, tenho certeza de que irá responder todas as perguntas que a senhora desejar, para que possa contribuir com o seu trabalho em defesa dos consumidores do Maranhão. (*Palmas.*)

Passo agora à Dra. Lívia, que fará a assinatura representando a Promotoria de Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão.



Uma salva de palmas à Dra. Lízia, ao Deputado Pinto Itamaraty, ao Deputado Cleber Verde, que incansavelmente defendem, na Câmara dos Deputados, os consumidores do Maranhão. (*Palmas.*)

E também vamos reconhecer o novo espírito que a empresa, tenho certeza, a partir de hoje, irá adotar com os consumidores do Maranhão.

Também democraticamente gostaria de pedir uma salva de palmas ao Dr. Carlos Augusto, Presidente da CEMAR, por este ato de reconhecimento, sem dúvida, de algumas deficiências (*Palmas.*)

Quero fazer um testemunho, em nome do povo do Maranhão, do reconhecimento que estamos tendo nesta audiência pública do espírito que a CEMAR adotou de querer ter uma nova relação com os consumidores do Maranhão.

É dever desta CPI reconhecer que o Sr. Carlos Augusto mostra um espírito público, um espírito de que realmente irá melhorar muito a relação entre a CEMAR e os consumidores do Estado do Maranhão.

Então, gostaria de parabenizar, principalmente, o povo do Maranhão por esta conquista e por esta tarde de hoje que terminou, sem dúvida alguma, num começo que será importante para todos nós que queremos um Brasil mais justo, um Brasil onde a população tenha direito de dar as suas opiniões.

Nesta audiência pública pudemos ouvir vários questionamentos de pessoas que, sem dúvida alguma, dificilmente teriam a oportunidade de externar as suas preocupações e as suas reclamações.

Antes de encerrar esta reunião, quero informar que teremos audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, amanhã, dia 2 de outubro de 2009, meu Estado, onde foi iniciada esta CPI, depois de terem sido esgotadas todas as alternativas possíveis na Câmara dos Deputados. Eu sou autor de mais de 10 pedidos de audiências públicas, e a CELPE nunca concordou, Promotora Lízia, em discutir os valores das tarifas de energia elétrica, desrespeitando o povo pernambucano.

Mas, com certeza, esta audiência pública de amanhã será muito importante para o povo de Pernambuco, como esta de hoje o foi para o povo do Maranhão, e o povo pernambucano também terá oportunidade de se manifestar e dizer das suas dificuldades no dia-a-dia.



Espero que a CELPE tenha o mesmo bom senso que a CEMAR teve na noite de hoje e que possa, também, ter um entendimento com o povo de Pernambuco, para que essa reunião de amanhã marque um novo momento na relação entre a CELPE e os consumidores de Pernambuco.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe todos nós!

Amanhã está marcada reunião às 14h, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, para audiência pública da CPI das Tarifas de Energia Elétrica.

Está encerrada a reunião.